

Ata da reunião ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e nove de junho de dois mil e doze.

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e doze, pelas dezassete horas e quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Iniciada a reunião, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção inicial:

“Saúdo a nova Comissão Política do PSD – Partido Social Democrata, que foi eleita no passado dia oito, e também a nova Comissão Política do PS – Partido Socialista, que foi eleita no passado dia dezasseis, desejar-lhes os maiores êxitos e o melhor empenhamento na vida do Concelho, que é isso que os tempos que atravessamos pedem.

Quero dar os parabéns à ADN- Associação Desportiva Nogueirense, que vai disputar o campeonato da Segunda Divisão Nacional, situação com a qual naturalmente nos congratulamos.”

No seguimento dos trabalhos, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes a Sra. Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, o Sr. Prof. António Morgado Ferreira Alves, o Sr. Dr. Manuel Fabrício Santos, o Sr. Dr. Fernando José Ferreira Alves, a Sra. Dra. Regina Manuela Passinho Ferrão e o Sr. Aristides Gonçalves da Costa, tendo sido substituídos pela Sra. Dra. Andreia Sofia Ribeiro Lopes Vaz Patto, Sr. Sebastião Monteiro Soares, Sra. Dra. Gorete Maria Matias Pereira, Sr. António Moreira Lopes, Sr. Prof. Nelson Nunes Ribeiro e Sr. António da Silva Antunes, respetivamente.

A Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre, a Sra. Dra. Sónia Sofia Correia Martins, o Sr. Luís Tavares Pereira de Sousa e o Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis também estiveram ausentes, tendo solicitado a justificação da sua falta, o que lhes foi deferido.

Encontravam-se presentes nesta reunião da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

O Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação a ata da sessão ordinária de vinte e sete de abril de dois mil e doze, tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções.

Seguidamente, tomou a palavra o Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Temos aqui três deliberações da Câmara Municipal, enviadas a esta Assembleia para conhecimento, nomeadamente:

- Reunião Ordinária Pública de doze de junho de dois mil e doze – “4.1.3- Criação do Dia Municipal para a Igualdade de Género. No âmbito do Projeto “Igualdade Local:

Cidadania Responsável”, a Câmara Municipal, tendo presente a informação social nº05/ILCR, datada de 22 de maio de 2012 e por proposta do vereador José Francisco Rolo, deliberou, por todos os membros presentes, criar o Dia Municipal para a Igualdade de Género, designando para o efeito o dia vinte e um de junho (dia do solstício de Verão).”

- Reunião Ordinária Pública de doze de junho de dois mil e doze – “3.2 – Participação Financeira na Municíпия – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.,S.A. Sobre o assunto mencionado em epígrafe e tendo presente a informação nº 01/06/2012, datada de 1 de junho, que se dá como anexa à ata da respetiva reunião, subscrita pelo vereador Paulo Rocha, a Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea e), do nº 1, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, deliberou, por unanimidade, dar início ao processo conducente à alienação da participação financeira do Município de Oliveira do Hospital na empresa Municíпия – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. nos termos constantes da referida informação.”

- Reunião Ordinária de vinte e oito de junho de dois mil e doze – “2.7 - Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Autárquica. Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no nº2 do artigo 11º da Lei nº 22/2012, de 30 de maio, (Aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica), deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e a abstenção dos vereadores Mário Alves, José Carlos Mendes e Telma Martinho, conforme declarações de voto apresentadas, emitir parecer desfavorável à reorganização do território das freguesias do município, fundamentado na sua discordância quanto aos parâmetros de agregação e princípios e orientações estratégicas vertidas na Lei acima mencionada.”

Foi solicitado pela Câmara Municipal a inclusão de mais dois pontos na ordem do dia da presente reunião da Assembleia Municipal.

Os novos pontos a incluir, são: Ratificação de autorização, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à “Aquisição de uma plataforma eletrónica de contratação pública, e Autorização, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à Contratação da Prestação de Serviços para “Revisão do Projeto Educativo Local e Carta Educativa Municipal.

Para que fossem dadas as respetivas informações relativamente a estes dois novos pontos o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Vereador Paulo Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“ Estes dois pontos que hoje a Câmara solicita à Assembleia Municipal, que inclua na sua ordem de trabalhos foram aprovados ontem e daí esta premência. Terá que ser aprovada por dois terços a inclusão destes dois assuntos na ordem de trabalhos.

Decorre da recente aprovação do Decreto-Lei que vem regular a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e tem a ver com a obtenção de autorização por parte da Assembleia Municipal, para que a Câmara Municipal possa assumir despesa que tem caráter plurianual e que não está vertida nas Grandes Opções do Plano.

Aquilo que a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, entre outras grandes alterações, vem dizer, é que se os investimentos ou as ações não estiverem incluídas nas Grandes Opções do Plano, que são aprovadas pela Assembleia Municipal até ao final do ano anterior, terão que ser presentes em sessões da Assembleia Municipal para obtenção de autorização.

Como a Assembleia Municipal acontece hoje, e a Câmara decidiu ontem em reunião ordinária pedir essa autorização, toda a informação consta em documentação que será distribuída.

Uma das deliberações é uma ratificação e a outra é uma autorização. Necessariamente que isto vem alterar o modo de funcionamento da Câmara, porque basta pegar num exemplo muito claro: um seguro de uma viatura que normalmente tem um período que perpassa o ano económico, e portanto tudo isso vai depender de autorização da Assembleia.

Pôs-se a questão à própria Diretora Geral das Autarquias Locais, se se poderia obter uma autorização genérica da Assembleia, até um determinado montante para evitar este tipo de situações.

A Diretora Geral diz que o entendimento que faz da lei é que isto é discutido caso a caso, portanto aquilo que irá acontecer provavelmente na próxima sessão em setembro - isto para não andar a convocar sessões da Assembleia Municipal extraordinárias que têm custos, e há Municípios que nem dinheiro têm para convocar sessões extraordinárias - é trazer uma lista de todas essas despesas que entretanto forem assumidas para ratificação e trazer já em setembro uma previsão daquelas despesas que tenham carácter plurianual, e dou alguns exemplos: os seguros, os contratos de assistência de elevadores, eventualmente contratos com operadoras telefónicas, para que a Assembleia em setembro se pronuncie em relação a essas despesas que vão ocorrer até dezembro. Depois em dezembro, tentar verter nos documentos previsionais para o próximo ano, aquilo que de facto são despesas plurianuais para que a Assembleia não se ande a pronunciar casuisticamente em relação a estes assuntos.”

Seguidamente foi colocado à votação a introdução de mais dois pontos na Ordem do Dia da presente reunião da Assembleia Municipal, que foi aprovada por unanimidade.

Da presente reunião da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Eleição, nos termos do nº 2 do artigo 6º dos Estatutos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto, para Delegado no XX Congresso (extraordinário) da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

III - Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano para 2012/2015 e 1ª Revisão ao Orçamento para 2012.

IV - Ratificação de autorização, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à “Aquisição de uma plataforma eletrónica de contratação pública”.

V - Autorização, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à “Revisão do Projeto Educativo Local e Carta Educativa Municipal”.

VI - Análise e discussão da Lei n.º 22/2012 de 30 de maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de entrarmos no período Antes da Ordem do Dia, e considerando o incidente que houve aqui no final da última Assembleia, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves vai usar da palavra para defesa da honra da mesa”

O Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves tomou a palavra e fez a seguinte intervenção:

“Venho falar em defesa da honra, em primeiro lugar de mim próprio enquanto jurista e elemento da mesa mas também dos dois juristas que se queriam inscrever mas que me mandataram para isso e dos restantes membros desta Assembleia Municipal.

Esta intervenção vem em resposta a uma carta da Sra. Dra. Adelaide Freixinho, e tenho pena que ela não esteja aqui hoje, com o título “*Estranha democracia*”, remetida ao jornal Folha do Centro e publicada nesse jornal no passado dia 18 de maio.

Sendo uma resposta ao abrigo do direito de defesa da honra peço aos serviços administrativos da Câmara que remetam cópia desta minha intervenção ao jornal Folha do Centro e requeiro desde já a este jornal que a publique ao abrigo do direito de resposta.

Antes de mais quero dizer que tenho uma grande consideração pela Dra. Adelaide Freixinho. Desde que nos cruzámos nesta autarquia no fim do mandato de 1989 a 1993 e pela minha parte continuarei a ter a mesma consideração, até porque o teor da carta foi manifestamente dirigido à Assembleia Municipal, mas foi mais aos juristas, e como jurista e elemento da mesa, tenho não só o direito mas até o dever de tomar esta iniciativa de defender a honra daqueles que se sentiram atingidos pela carta publicada no jornal Folha do Centro.

A visada, posteriormente, não só através do jornal mas através da ata da Assembleia, lerá esta minha intervenção.

Começo por contestar desde logo o método utilizado pela Sra. Dra. ao dirigir uma carta a um jornal, atacando a Assembleia Municipal, quando tinha aqui ao seu dispor nesta Assembleia Municipal a forma mais democrática e transparente de se insurgir contra os juristas e a mesa da Assembleia, onde teria obviamente resposta. Não o fez, preferindo a denúncia pública.

Devo dizer que gosto pouco de julgamentos sumários, públicos ou na comunicação social, por lhe faltar o sagrado direito de defesa. Sem contraditório, como é o caso, pode linchar-se uma pessoa ou uma instituição sem que ela se possa defender, numa atitude próxima do boato.

Relembro unicamente a este propósito, o caso de uma Senhora Presidente de Câmara que foi vilipendiada nos jornais durante meses e anos, e estou em crer que cinquenta por cento dos presentes não saberá que a mesma Senhora acabou por ser totalmente absolvida.

Mas vamos à substância do artigo denominado “*Estranha democracia*”, para dizer agora frontalmente que é em minha opinião e perante o regimento, a Sra. Dra. Adelaide Freixinho não tem razão absolutamente nenhuma.

Primeiro: Ninguém confundiu aqui a questão da contiguidade da Freguesia de Nogueira com Oliveira, com a questão da agregação das freguesias, tanto assim que o Sr. Presidente da Câmara se dispôs a tentar esclarecer junto do INE-Instituto Nacional de Estatística, a confusão dos limites urbanos ou até obter a clarificação da situação pela via judicial. Portanto era escusada a sua referência escrita de que passo a citar “*só, no mínimo, desconhecimento da lei pode imaginar qualquer interferência entre as diferentes situações*”.

Como era escusada a referência que faz, de que “*a ignorância é muito atrevida*”.

Ninguém foi atrevido e muito menos ignorante, até porque na altura, ainda nem sequer havia lei.

O Sr. Presidente da Câmara disse “*não vale a pena estar a sofrer por antecipação*”, e afinal, parece que até tinha razão face à descrição do anexo II da Lei nº 22 de 30 de maio de 2012.

E, não é verdade, que nesta Assembleia Municipal os juristas nada fizeram para se desfazer este equívoco porque não houve sequer equívocos, e quem lê a sua carta ao diretor fica com a ideia de que temos aqui ignorantes, que nem a lei sabem interpretar, embora os ignorantes nesta Assembleia são cada vez mais licenciados: Temos juristas, mas temos também médicos, economistas, professores, engenheiros e temos até não licenciados que dão provas de maior eficácia na condução destes trabalhos do que muitos doutores, professores ou engenheiros do passado.

E, facto muito importante, todos fomos eleitos pelas populações para aqui estarmos, sendo suposto que as populações escolheram os melhores.

Segundo: A Senhora Doutora insurge-se depois conta o fato de não a terem deixado falar e diz que leu, releu, voltou a ler o regimento, pediu a outrem que visse se tinha havido alguma alteração em relação ao regimento anterior, e... nada!

Diz a Senhora Doutora, que não viu razão para não a deixarem falar. Em seu entender cito as suas palavras “*mandava a democracia e o bom senso que, quando chegasse o tempo do público a mesma legalista e isenta Mesa, perguntasse quem se queria inscrever*”, e na defesa da sua tese transcreve o artigo 16.º do Regimento e os artigos 23º a 25º, e diz que o Regimento nada acrescenta no que respeita ao momento de intervenção do público.

Aqui acho grave por vir de uma Senhora Jurista, omitir, para não dizer, sonegar, o que diz o artigo 19º, nº 2, do Regimento, que é o seguinte: “*os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo nome, morada e assunto a tratar.*”

Ora, antecipadamente, quer dizer: Previamente, com antecedência, com antecipação, anteriormente, ou até de ante mão, como se lê em qualquer dicionário de português, ou *ex ante* como se lê nos dicionários jurídicos.

A Senhora Doutora, devia ter-se inscrito *ex ante* e devia dizer o assunto antecipadamente.

Antecipadamente não é inscrever-se quando chegasse o tempo do público como exige no seu artigo. A não ser assim, e ao contrário senso, imagine-se quando chegasse o tempo do

público se se apresentassem vinte ou quarenta eleitores para falar? Em extremo, podiam até impedir o funcionamento da Assembleia!

Conclusão: Quanto à leitura do artigo 19º, nº 2, do Regimento, não pode haver duas interpretações. E a Senhora Doutora, não tem razão na sua interpretação, e não tem razão em querer falar sem se inscrever antecipadamente e sem dizer o assunto a tratar.

Agora, o que é manifestamente ilegal e eticamente injusto é invocar uma parte da lei, neste caso os artigos 16º e 23º a 25º do Regimento, mas o mesmo sucederia se se tratasse de uma sentença ou de jurisprudência para se sustentar um determinado argumento que lhe interessa, ignorando, ou sonegando mesmo outro artigo, como é o caso do artigo 19º, nº 2, e a própria sistemática do diploma, ainda que se trate de um Regimento da Assembleia Municipal. Porque induz em erro o julgador como se calhar induziu em erro os leitores do seu artigo. Só posso entender que não lhe terão dado uma versão completa ou atualizada do regimento, porque nem acredito, conhecendo-a como a conheço, que tenha feito isto propositadamente.

Depois, diz a Senhora Doutora, que *“mandaria o bom senso que toda a gente que sabe ler, lessem essa parte do Regimento e veriam se tinham ou não razão”*.

Agora digo-lhe eu: Mandaria o bom senso que toda a gente que sabe ler não precisava de ser Jurista. Lessem o artigo 19º nº 2 do Regimento, e toda a gente lhe diria que não tem razão absolutamente nenhuma.

Por fim, o julgamento que faz à Assembleia Municipal, por prolongar a sessão para além das 24 horas, já me parece um claro esforço, que se calhar, pensando melhor, hoje não o faria!

O público merece-nos todo o respeito mas os elementos desta Assembleia Municipal que se inscrevem para falar também o merecem e não é cordial tirar a palavra a qualquer um sem razão para tal.

Já saí daqui às quatro e meia da manhã, quando cheguei a Avô já era de dia, o que nunca aconteceu com esta Mesa, e nesses tempos havia quem falasse três quartos de hora e depois cortasse a palavra seletivamente e grandes preocupações com isso da parte de alguns quadrantes políticos.

A Senhora Doutora, diz por fim, que *“se, mesmo assim, entender a mesa que eu não estou certa, gostaria que fundamentasse, por escrito, o que defendeu para que mais ninguém pudesse intervir”*.

A Senhora Doutora, não está efetivamente certa, e se ler o artigo 19º nº 2, do Regimento desta Assembleia Municipal, parece-me que a mesa não tem que fundamentar nada por escrito, mas deixo à decisão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Pela minha parte considero este assunto encerrado, por ter sido um momento infeliz da parte da Doutora Adelaide Freixinho, mantendo a mesma consideração que tenho por ela, se também ela assim o entender.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sobre isto, naturalmente que também tenho que dizer alguma coisa, até porque se calhar sou o menos letrado e não vou responder a esta questão da ignorância porque tinha que

dar uma resposta que não quero dar, por se tratar de quem se trata, e por ter efetivamente muita consideração, não só pela Senhora Doutora como por todos os elementos da família.

De qualquer forma vou-me permitir ler a ata que os senhores têm aí (ata de 27 de abril) o que diz respeito a esta questão “ *O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:*

Vamos entrar no Período Antes da Ordem do Dia, por isso, queria informar a Assembleia que temos uma inscrição do público, o Sr. Dr. Nuno Freixinho. Eu pedia à Assembleia, para como de costume não estarmos a sacrificar as pessoas até às tantas - prevemos que hoje a Assembleia será um bocadinho demorada - que a intervenção do público seja feita no fim do Período Antes da Ordem do Dia.

Perguntava se alguém se opõe?

Como não há oposição, e como de costume a intervenção do público será no fim do Período Antes da Ordem do Dia.”

Como de costume, e como se tem feito pelo menos desde 2007 quando eu ainda aqui estava, e que estive aqui a população das Pedras Ruivas, falo daquilo que sei e vi, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de então, fez este pedido, que se tem mantido, como de resto se têm mantido quase todos os procedimentos que eram costume na anterior Assembleia Municipal, contra a qual nunca discordei, porque me parecia que tinha uma gestão correta, equilibrada e com a preocupação de despesas por parte deste órgão, que aliás saiu à dias num jornal que é dos que menos gasta em Portugal porque temos o cuidado, de facto, de ficar aqui até depois das 24 horas para não sacrificar o erário público a pagar-nos os dias que naturalmente teríamos direito a receber se viesse-mos para aqui na hora de serviço.

Portanto, houve um período da Ordem do Dia dedicado ao público e inscreveu-se quem quis e nós não temos aqui dois períodos de Antes da Ordem do Dia para ninguém dos presentes e que estão aqui eleitos com essa função, como não temos dois períodos da Ordem do Dia, naturalmente também não temos dois períodos para o público, portanto eu penso que este assunto está claramente esclarecido.

A Assembleia Municipal cumpriu como deve ser, alterou efetivamente a ordem do regimento relativamente ao período dedicado ao público, mas como os senhores sabem foi pedida autorização à Assembleia Municipal, como manda o regimento, porque essa alteração precisa de autorização.

Nos últimos tempos, é notório que se está a entrar num debate no Concelho de Oliveira do Hospital, onde eu tenho pugnado e me tenho esforçado para que haja efetivamente um clima de diálogo.

O clima de diálogo não quer dizer concordância, não quer dizer que não se debatam ideias, não quer dizer que não haja crítica.

Agora o que eu acho, e ainda bem que li isso aqui num documento, do partido mais representado nesta Assembleia Municipal, que diz aqui que “*o Concelho está primeiro*” e eu espero, e gostava de acreditar que isto é sincero.

Efetivamente, há alguns sinais, de que se está a tentar fazer chicana política. Eu quero dizer aqui muito claramente, toda a gente sabe que eu estou aqui, por gosto, por amor a este concelho e quero dizer claramente, como já o fiz no passado, faço-o agora e fá-lo-ei no futuro,

opor-me-ei com todas as forças a todos aqueles que puserem a bandeira do partido à frente da bandeira do concelho, se quiserem consultar as atas, no dia 17 de dezembro de 2005, eu disse isto aqui, antes da bandeira que eu aqui represento, que na altura era a CDU, estará a bandeira do Concelho.

No dia 2 de novembro e na vossa presença disse aqui rigorosamente o mesmo, e portanto, para que não haja dúvidas para ninguém, que a minha postura nesta Assembleia Municipal e na vida política do Concelho é primeiro o Concelho e depois a bandeira que aqui represento.

Até aqui, por vossa vontade eu represento três bandeiras, represento catorze votos do PS, represento seis ou sete – a informação que tenho é que são seis - do grupo Independente, representarei, não sei se assim é, dois da CDU, e pelo menos um do PSD, tenho a certeza que também represento, portanto, posto o problema desta maneira eu sei que represento efetivamente a bandeira do Concelho.

Isto para dizer, nas muitas críticas que ultimamente estão a ser feitas à Mesa da Assembleia, há um outro artigo de uma pessoa hoje com responsabilidades, políticas, que diz que se esta Mesa e esta Assembleia Municipal se tivesse pronunciado no âmbito do livro verde possivelmente só teríamos duas ou três freguesias agora para agregar. E eu pergunto com honestidade política: Quando é que esse assunto esteve em cima da Mesa? Nunca esteve em cima da mesa! Isto não é sério!

Como não é sério, outra coisa que tive que ler. Nós opomo-nos para não prejudicarmos a agregação de seis freguesias, mas depois disse que somos a favor da pronúncia.

Nesta Mesa da Assembleia Municipal, existem neste momento documentos que dizem que onze Presidentes de Junta de Freguesia do PSD votam favoravelmente pela não pronúncia, o representante legal do PSD, na Câmara, absteve-se, a comissão política do PSD diz que é a favor, e eu pergunto, já não quero meter a foice em seara alheia, qual é o PSD que a mesa respeita? E de qual PSD é que a mesa vai aceitar a opinião?

É que estão aqui neste momento, por escrito, há documentos escritos sobre estas três situações com três posições diferentes.

E volto a dizer, vamo-nos deixar de chicana política, vamos falar de assuntos sérios de maneira séria, porque o assunto é sério, e vamos ser coerentes nas decisões.

Quem quiser entrar na chicana política que entre mas conta com a minha oposição firme e consequente como sempre tive.

E faço isto porque sei quem esteve a governar o concelho nestes últimos trinta e sete anos em democracia. Sei o que se fez antes e sei o que se está a fazer agora e como a mim o que me move é apenas e só o Concelho, e porque, em minha consciência o atual executivo está a fazer o que pode, e de alguma forma até mais do que o que pode, estão aqui os números para falar.

Este executivo está aqui há dois anos e meio tem o volume de obras que é conhecido, e esta Câmara Municipal deve hoje 650.107,59 € a menos, e tenho aqui documentos para distribuir, porque aqui fala-se com transparência. Teve um corte de quase dez por cento nas receitas do FEF, todos sabem, as obras estão aí fora, foi aqui posto um quadro à dias que também se pode fornecer a quem o desejar.

Dois mil e onze foi o ano em que a Câmara Municipal, maiores apoios conseguiu lá fora.

O saneamento básico está hoje resolvido, uma série de situações e que eram uma calamidade neste Concelho, foram e estão a ser resolvidas.

Que fique claro, que como primeiro responsável do Concelho, tenho obrigação de me preocupar com ele, que este tipo de política terá a minha oposição feroz. Eu sei que se têm andado a meter comigo, já querem até saber as minhas contas pessoais, mas eu não tenho nada para esconder na minha vida e volto a dizer que a única coisa que a mim me move neste lugar, e penso que não há dúvidas para ninguém, é de facto os superiores interesses do Concelho. Acho bem que se oponham, acho muito bem que façam propostas, acho bem que critiquem, mas critiquem aquilo que se pode resolver e que se pode fazer.

Se há uma lei que diz que o Município não se pode endividar, antes que o queira fazer, e tem condições para o fazer. Este Município deve três milhões e meio de euros. É nada!

Foi um dos cinquenta Municípios que não teve que recorrer agora aos subsídios, portanto eu tenho a obrigação moral de defender o executivo e o trabalho que está a fazer.

Acho muito bem que os partidos se oponham, mas oponham-se com propostas concretas, objetivas e como deve ser, não com ambiguidades, porque eu espero que o PSD que aqui está, e que tem que aqui votar, me diga qual é a opinião do PSD. Porque aquilo que eu tenho hoje aqui em cima da mesa são três opiniões diferentes, e eu assim não me entendo.

Falta-me só dizer que, como foi deliberado nesta Assembleia Municipal, foi constituída a Comissão que esta Assembleia Municipal determinou, ou sugeriu que se fizesse. A Comissão foi efetivamente constituída, em função das decisões que aqui houve. Entretanto, numa reunião foi decidido que essa Comissão se auto extinguisse.

Depois, no Período da Ordem do Dia dedicado a esta questão, falaremos mais em pormenor sobre este assunto, no âmbito da consulta que a Mesa pretendeu alargar sobre a questão da Lei n.º 22/2012 de 30 de maio.”

Entrando-se no Período Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra à Sra. Arq^a., Élia Feiteira, que fez a seguinte intervenção:

“Pretendo com esta intervenção na Assembleia Municipal, contribuir de forma positiva e construtiva – apontando caminhos – para o trabalho da nossa Câmara Municipal, obrigação que cabe a todos por igual, independentemente de pertencermos à maioria que governa ou à oposição. Criticar é o mais fácil, irei então pelo caminho mais correto: sugerir, recomendar, na perspetiva de contribuir para o Concelho.

Venho hoje aqui falar do Programa Jéssica (Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas).

O Programa Jéssica é uma iniciativa da Comissão Europeia, do Banco Europeu de Investimento e do Council of Europe Development Bank para impulsionar instrumentos de engenharia financeira que visam apoiar o desenvolvimento sustentável em áreas urbanas e a implementação de estratégias de desenvolvimento urbano.

Penso que este é o tempo certo para refletir sobre a oportunidade de valorização dos centros históricos, para que estes espaços sejam entendidos pelos diferentes níveis da

administração pública como uma prioridade para ampliar a qualidade de vida e o desenvolvimento económico.

Sabendo-se da crise que atravessa o setor da construção civil, entendo que as pequenas obras podem gerar um somatório importante não só no âmbito das práticas de regeneração urbana, mas também ao nível da atividade das PME – Pequenas e Médias Empresas – logo esta é uma janela de oportunidade que deve ser estudada e desenvolvida.

O Programa Jéssica pretende financiar não só as obras públicas, como também ser um apoio importante para os investimentos privados.

Por exemplo, as Câmaras Municipais da Guarda, Castelo Branco, Covilhã, Fundão e Seia já estão a preparar um consórcio para apresentarem candidaturas de apoios financeiros europeus para reabilitação urbana.

Nesta perspetiva é importante perspetivar uma intervenção no designado centro histórico de Oliveira do Hospital, promovendo a sua reabilitação. Por exemplo, como área a ser futuramente ocupada com sequências de habitações requalificadas para estudantes do ensino superior na cidade, ou como espaços de lazer e criatividade.

Para tal recomenda-se que seja delimitada a correspondente ARU – Área de Reabilitação Urbana.

Quero também referir o Programa para Reabilitação de Habitações Degradadas para pessoas carenciadas.

Tive conhecimento pela comunicação social e posteriormente aqui na Assembleia Municipal da possibilidade de implementação de um programa no Concelho de Oliveira do Hospital com esta finalidade, o que demonstra, a meu ver, uma inequívoca sensibilidade social por parte da Câmara Municipal.

Nesta perspetiva gostaria de saber:

- Que tipo de intervenções foram concretizadas e qual o seu investimento já realizado pela Câmara Municipal na requalificação de habitações com fins sociais?

- Que outro tipo de intervenção tem a Câmara Municipal nesta área de requalificação e reabilitação urbana?

Pretendo também hoje fazer aqui nesta Assembleia Municipal, uma homenagem ao Arquiteto Manuel Taínha.

O Arquiteto Manuel Taínha foi distinguido com os prémios AICA e Valmor e faleceu na semana passada com noventa anos.

Tal como afirmou João Rodeia, Presidente da Ordem dos Arquitetos à agência Lusa “ é uma perda irreparável para a arquitetura portuguesa, pelo seu trabalho de projeto, pelas obras que deixa, entre as mais importantes do século XX em Portugal, obras em contracorrente e inovadoras em relação ao que era mais comum.”

Entre os edifícios assinados pelo Arquiteto Manuel Taínha, o Concelho de Oliveira do Hospital foi presenteado com uma das obras mais relevantes deste ilustre Arquiteto - A Pousada de Santa Bárbara – classificada como imóvel de interesse público.

Também devo recordar que a reabilitação e readaptação da Pousada de Santa Bárbara foi o último projeto em que trabalhou, ou seja foi o seu último ato como arquiteto.

Após ter doado todo o seu espólio à Fundação Calouste Gulbenkian, esta em parceria com a RTP estavam a produzir um documentário sobre a vida e obra de Manuel Tainha. Foi

precisamente o projeto para a reabertura da Pousada de Santa Bárbara o último capítulo que foi filmado.

Venho assim em homenagem à sua obra e ao seu talento, como um dos grandes arquitetos portugueses do século XX, que deixou marcas evidentes no Concelho de Oliveira do Hospital e que nos devem orgulhar como povo com identidade, sugerir à Mesa da Assembleia Municipal, que seja proposto um voto de pesar pelo seu falecimento para que fique registado para sempre a homenagem do Município de Oliveira do Hospital a um dos vultos das Artes do século XX Português.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia Municipal o voto de pesar ao Arquiteto Manuel Taíña proposto pela Sr.^a Arq.^a Élia Feiteira, que foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sra. Dr.^a Sónia Teresa Coelho Correia Almeida Madeira, que fez a seguinte intervenção:

“Poucas vezes falei e provavelmente falarei na Assembleia Municipal porque considero que a crítica fácil e o elogio fácil tornam pouco credível quem os faz. Também quero dizer, que não entro em polémicas, venham elas de dentro do partido do qual fui eleita ou de outros partidos, por isso, chegou o momento de fazer aqui um elogio bem merecido ao Sr. Presidente da Câmara, pela sua imparcialidade - se eu me comover, é próprio da minha pessoa, mas vou esforçar-me para o não fazer - mas queria realmente, fazer um elogio ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, pela sua imparcialidade, pelo apoio que tem prestado, incondicionalmente à Freguesia de Aldeias das Dez, independentemente de eu ser ou não da cor política do Sr. Presidente da Câmara.

Quero também elogiar o Executivo que teve a coragem de avançar com o Projeto Aldeias do Xisto, e que teve a coragem de integrar Aldeias das Dez, nas Aldeias do Xisto e fazer uma grande melhoria no centro histórico de Aldeia das Dez.

Primeiro a requalificação do centro histórico que está feita, o Sr. Presidente da Câmara sabe, eu tive oportunidade de publicamente o demonstrar e pessoalmente que houve um aspeto menos positivo que passo a citar: Eram para ficar na primeira requalificação todos os cabos subterrâneos, os cabos elétricos da PT, não foi possível porque isso ultrapassava o inicialmente previsto em termos económicos mas eu quero fazer também um apelo, já que estou a tocar num assunto, para que numa segunda e terceira ou quarta intervenção, ainda no centro histórico, porque há muito para fazer, que se possa solucionar de forma mais agradável e também económica, essa menos positiva intervenção.

Queria mais uma vez salientar que este elogio ao Sr. Presidente da Câmara não é de forma nenhuma um reposicionamento político da minha parte porque eu fui eleita pelo PSD e é pelo PSD que aqui estou, portanto, não quero de forma nenhuma que isso pareça um reposicionamento político. A minha frontalidade é que não me permitiria continuar a frequentar a Assembleia Municipal sem deixar aqui este elogio bem merecido ao Sr. Presidente da Câmara e a todo o Executivo.

Queria também dizer que realmente foram feitas obras em Aldeia das Dez e tenho conhecimento que por todo o Concelho. Essas obras são pequenas grandes obras e que são necessárias fazer e que continuem a ser feitas.

As Aldeias do Xisto são uma porta de entrada para o turismo do Concelho, não nos podemos esquecer que a crise económica existe mas que existem saídas, e se calhar uma das saídas é apostar cada vez mais no turismo, e Aldeia das Dez tem muito para oferecer. Portanto, mais uma vez apelo ao Sr. Presidente da Câmara que dê continuidade a este projeto, a este programa e que aposte realmente no turismo do Concelho, no vale do Alva, Aldeia das Dez, Alvôco, etc...

Queria também dizer mais uma vez que não entro em polémicas. Sou do PSD, continuarei a ser, mas não acredito em críticas fáceis nem elogios fáceis, portanto quando falamos temos que ter responsabilidade sobre o que dizemos e não alimento polémicas sejam elas dentro do meu partido ou fora.”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, já vários Presidentes de Junta de Freguesia vieram a esta tribuna para enaltecer a decisão deste Executivo relativo à maneira como tem colaborado com as freguesias, muito em especial com os protocolos que assinou.

Sabemos que tem tido alguma oposição a esta medida, mas a democracia não se fez de palavras mas sim nos atos. Foi com esta decisão que as freguesias fizeram obras que mais necessitavam, porque as pessoas que estão próximo dos fregueses é que sabem o que será melhor e mais urgente.

Nós sabemos que nos mandatos anteriores havia uma maneira de atuar que não precisava de protocolos, mandavam fazer as obras à sua maneira nas freguesias e nem sequer o Presidente da Junta sabia, pois só era informado desta intervenção pelo empreiteiro que andava a fazer essa obra. Mas têm a coragem de criticar os presidentes de Junta que fazem várias alterações ao Plano, que parte dele é feito de um a três anos. É normal que entre este período, apareçam algumas situações mais urgentes e mais úteis para as populações e é feito de acordo com as estruturas municipais a quem temos sempre de pedir autorização para a alteração lhe ser concedida.

Na minha freguesia fiz algumas e dou o exemplo: Tinha um plano para a construção de um miradouro, mas caiu um muro onde havia muito movimento e que era necessário para as pessoas que residiam naquela zona e tinha que ser reconstruído com urgência.

Pedi à Câmara Municipal para fazer esta alteração. Depois da devida autorização fiz o muro.

Também apareceu um grupo de pessoas que gostava de vir para aqui fazer parapente. Penso que foi uma mais valia para a freguesia e a Junta responsabilizou-se da construção duma pista, também com a devida autorização da Câmara Municipal.

Depois têm esta exclamação: “*O que é que Alvôco vai ganhar com a construção de uma garagem! Vem mexer na qualidade de vida das pessoas a dar com um pau!*”. Não vou levar esta frase para o campo pejorativo. Penso que o Executivo é suficientemente responsável para saber o que será melhor para as necessidades da Freguesia e se decidiram que era preciso

esta infraestrutura porque está no protocolo. Não será uma garagem de três pisos mas sim uma garagem com quarenta e oito metros quadrados para guardar algumas ferramentas que a Junta adquiriu ultimamente e que não podem estar ao ar livre. Entre essas ferramenta está uma viatura 4x4 equipada com todo o kit de incêndio e que está numa garagem a favor.

Sabemos que o kit de incêndio desta viatura tem peças e ferramentas amovíveis que facilmente podem ser retiradas.

A viatura, como já disse, está numa garagem a favor, e não podemos abusar das pessoas e não pode ser para sempre.

Porque a Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas não tem sítio para guardar estas e outras ferramentas, e a garagem que queremos construir tem um orçamento de cinco mil quatrocentos e cinquenta euros.

Sr. Presidente, será que só Alvôco é que tem uma garagem no seu protocolo ou noutras obras?

Falando dos desperdícios e despejar dinheiro das Freguesias, eu quero dizer-lhe, que embora algumas obras sejam feitas sem projeto, tendo todas as faturas e outros documentos que justifiquem, e foi sempre vista a utilidade destas mesmas intervenções, tanto no momento como no futuro.

Não será como uma eletrificação de um campo de futebol, onde se gastou uma pequena fortuna, talvez mais do que a Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas recebe durante o ano, e até hoje julgo que ainda não serviu para nada. Será que esta infraestrutura trouxe qualidade de vida à população, a dar com um pau!?”

Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para fazer a seguinte intervenção:

“Sra. Dra. Adelaide Freixinho, a Mesa, uma vez que a Senhora invocou a defesa da honra, e nesse particular, decidiu conceder-lhe o direito da palavra no período dedicado ao público, apesar de às 17 horas não ter aqui nenhum pedido para intervenção por parte do público, no entanto como foi aqui de facto invocado o nome da Senhora Doutora, e a Senhora Doutora invocou o direito de defesa da honra, relativamente aquilo que aqui foi dito, ser-lhe-á depois concedida a palavra.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Venho falar aqui numa obra que me está a preocupar seriamente, o Sr. Presidente da Câmara já tem conhecimento disso, que é a construção da ETAR.

O Sr. Presidente da Câmara fez um telefonema na minha presença para o Administrador, o Sr. Eng.º Alçada, que lhe disse, que pelos vistos a empresa parece que está com dificuldades financeiras, o que vai exigir de nós uma atenção mais cuidada e muito trabalho. Uma obra que nós consideramos uma das mais importantes ou até a mais importante para a Freguesia de Meruge que vamos ter ali uma obra sem fim à vista, e com os problemas todos que podem advir daí, com os acordos que tem com os proprietários que nunca cumpriu, já pediram documentos, foram enviados os documentos, depois voltam a pedir novamente os mesmos documentos, e não se chega a nenhuma conclusão.

Da nossa parte, temos que pressionar porque há obrigações, mesmo o próprio empreiteiro tem obrigações, se está com dificuldade se não consegue a Águas do Zêzere e Côa tem que tomar medidas no sentido de solucionar o problema, e tentar que a obra avance que é aquilo que todos nós pretendemos.

Quero referir-me aqui a um assunto que sinceramente me incomoda um bocado; pensei que este assunto, e porque já foi mais que debatido, já estava devidamente encerrado. Parece que numa das reuniões do Executivo Municipal, o Sr. ex Presidente, Mário Alves com o Sr. Vereador, Francisco Rolo, começaram aí numa e noutra a discutir, e depois chamaram um assunto, que tantas vezes foi às reuniões do Executivo, mas que eu pensei que já estava devidamente arrumado, mas pelos vistos parece que não está.

Quero dizer que sou a favor das transferências, e o dinheiro que é para as Freguesias, penso que não é despejado, mas é investir bem, e dar autonomia aos Presidentes de Junta, para que as Juntas de Freguesia façam as obras que acharem que são necessárias para a sua Freguesia, sem terem que andar de “chapéu na mão”.

Quero dizer aqui ao Dr. José Francisco Rolo que os vinte e cinco mil euros não foram atribuídos à Junta de Freguesia de Meruge.

Os vinte e cinco mil euros foram atribuídos à Associação dos Amigos de Meruge para a construção de um campo de futebol. A Junta de Freguesia não tem nada a ver com isso, aliás, muita gente já se enganou acerca disso e fez denúncias, fez queixas crime, que depois acabaram por não dar em nada, porque a Junta de Freguesia não tem nada a ver com isso.

A deliberação da Câmara do dia 28 de dezembro de 2004, diz o seguinte: “Assunto: Aquisição de terreno para a compra do campo de futebol, comunicação de deliberação. Reporto-me ao ofício de V. Exa., referido em epígrafe, para informar que esta Câmara Municipal em sua reunião ordinária realizada em 28 de Dezembro de 2004, deliberou por todos os membros presentes, fasear o pagamento do subsídio atribuído por deliberação camarária de 5 de agosto de 2004, da seguinte forma: vinte e cinco mil euros, para aquisição do terreno necessário à construção de um campo de futebol; doze mil e quinhentos euros, para a execução de obras e doze mil e quinhentos euros, com a verificação das condições de utilização do recinto desportivo. Mais foi deliberado autorizar a cedência da Buldozer ...”

Foram dados à Associação dos Amigos de Meruge, vinte e cinco mil euros, portanto a Câmara está em dívida com vinte e cinco mil euros, à Associação dos Amigos de Meruge.

Os vinte e cinco mil euros era para a aquisição do referido terreno para o campo de futebol.

O terreno está lá, e eu nunca esperei que o Dr. Francisco Rolo, quisesse que os de Meruge fizessem um estádio de futebol com vinte e cinco mil euros!

Mas têm a possibilidade de o fazer. Deve vinte e cinco mil euros, à Associação dos Amigos de Meruge, o Sr. pega nesses vinte e cinco mil euros, vai lá e constrói o estádio com esses vinte e cinco mil euros que faltam, vai lá e constrói o estádio, entrega-o à Associação do Amigos de Meruge e a Associação do Amigos de Meruge compromete-se a arranjar lá uma equipa para competir logo de imediato na Associação de Futebol de Coimbra.

E depois também dizer o seguinte é que diz aqui “referindo-se a um subsídio de vinte e cinco mil euros atribuídos em tempos à Junta de Freguesia de Meruge que nunca foi utilizado para os fins a que se destinava o que era um complexo desportivo”. Dá ideia que o dinheiro

parece que foi desviado, ou que foi roubado. Não é o caso. Aquilo que aconteceu foi que a Associação dos Amigos de Meruge tinha os vinte e cinco mil euros em sua posse e em determinada altura a escritura estava demorada porque havia ali um conjunto de terrenos que ainda estava em nome dos bisavós dos proprietários e que não conseguiam desbloquear e a Associação dos Amigos de Meruge tinha os vinte e cinco mil euros em sua posse no banco. Teve necessidade de investir num bar para o polidesportivo em cerca de vinte mil euros. Como aquilo ainda estava demorado – a escritura – utilizou este dinheiro para a compra dos equipamento para o bar.

É evidente que na altura eu e o anterior presidente da Junta de Freguesia fomos dos que se manifestaram contra, mas nós não estávamos na direção. Porque sabíamos que eles chegavam ao final daquele mandato e que se iam embora e que tinham feito bonito e quem viesse que “fechasse a porta”!

Mas felizmente que há gente responsável e que logo de seguida arranjou uma direção, e que foi para lá e tomou conta e pagou o campo de futebol. A última tranche daquilo que foi acordado com o senhor foi dada em janeiro, três mil e quinhentos euros, portanto, o campo de futebol está pago, e os vinte e cinco mil euros estão devidamente justificados. Penso eu que estão devidamente justificados.

Mas há aqui outra coisa, é que isto já está mais do que “espremido” porque isto quando as pessoas andavam aí a dizer que andava aí a judiciária, e que iam todos presos, era por causa disto. Isto porque nas celebres reuniões de sexta-feira, com certeza que lá falaram neste desvio de dinheiro, que não foi desvio nenhum, foi aplicado em investimentos na própria Associação. Mas há pessoas que não sabem estar caladas e depois acontece isto.

Eu não fui convocado pelo senhor da judiciária para ir prestar declarações, mas ofereci-me, porque eu acompanhei aquela obra até ao ponto de ela estar concluída, só faltava mesmo o equipamento para o bar e eu próprio me ofereci para prestar declarações.

Porque em determinada altura dizia-se, a queixa crime que foi apresentada contra a Associação dos Amigos de Meruge e Junta de Freguesia que envolveu a Câmara – Mário Alves e companhia limitada – que era para ver se apanhavam o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta nalguma daquelas coisas que pensavam que existiam, era que havia dinheiros públicos mal investidos ou desvios de dinheiro, que havia obras sem projeto e isso não correspondia à verdade.

A prova evidente é que eu em determinada altura estava a prestar declarações ao senhor da judiciária e eu estava-lhe a dizer que tudo tinha projeto que estava tudo devidamente legalizado e ele a determinada altura diz: - “*Ó Senhor Aníbal o Senhor está a gozar comigo? Então vocês fizeram aquilo sem projeto?*” E eu disse: “*o quê? Não, não! Fizemos com projeto tudo devidamente legalizado*”. E ele perguntou-me: “*Mas você tem a certeza daquilo que diz?*” E eu respondi: -“*Tenho sim senhor. Foi aprovado, recebemos a comunicação da Câmara Municipal, que foi aprovado na arquitetura e que tínhamos 180 dias para apresentar o projeto da especialidade.*” Na altura a Câmara estava a funcionar nas instalações provisórias, no antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários, fomos lá, estava lá o Sr. Eng.º Cruz, mais o Eng.º da Gecivelt, o falecido Veiga e disse: “*eu esta semana já vou entregar as especialidades portanto está tudo concluído*”.

Eu na minha boa fé até disse ao Sr. da judiciária: *”entretanto o Sr. Eng.º faleceu, só se ficou alguma coisa ou algum documento que não foi entregue?, Mas eu desconheço porque mais ninguém me pediu nada!”* Nós sempre guardámos tudo e se o não fizéssemos neste momento estávamos bem “tramados”. Simples declarações que dizem, por exemplo esta de 28 de 2013, que dizem: *“Declaro para os efeitos que a Associação dos Amigos de Meruge, está a realizar obras no edifício de apoio ao polidesportivo daquele freguesia devidamente autorizada pela câmara Municipal”*. Foram documentos como este, alguns assinados pelo senhor Carlos Alberto de Moura Portugal, que era na altura o Presidente da Câmara Municipal, que eu digitalizei e enviei para o senhor da judiciária. Eu espero que a conclusão, porque estamos completamente à vontade, porque aqui não há “gato escondido com rabo de fora”, está tudo devidamente legalizado e as obras estão todas devidamente justificadas.

Também houve vozes, que disseram: *“compraram um terreno e que no fundo não dá sequer para um campo de futebol”*. Mas digo-vos que dá para o campo de futebol, dá para construir um pavilhão multiúso, que alguém prometeu, e ainda, se quiserem, podem construir uma piscina e parques de estacionamento porque ainda ficam com espaço.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Vou começar por felicitar a Associação Desportiva de Lagares da Beira pela subida à Divisão de Honra da Associação de Futebol de Coimbra, bem como felicitar também a Associação Desportiva de Nogueira pela subida à Segunda Divisão Nacional, estão de parabéns, trabalharam para isso, conseguiram o objetivo e parabéns por isso.

Quero falar aqui num assunto que já foi abordado por um colega, que é sobre as transferências das verbas para as freguesias através de protocolos.

A oposição tem-se manifestado contra e eu penso que é uma injustiça porque este método é perfeitamente transparente, é um método justo porque sem isto as freguesias não conseguiriam fazer as pequenas obras que têm feito e penso que além disso os Presidentes de Junta não devem servir apenas para angariar votos e para ganhar eleições, há pessoas que entendem isso, e não pode ser.

Os Presidentes de Junta comprometem-se com as populações são aqueles que mais diretamente estão ligados com as populações que escutam os seus anseios e que registam os pedidos das populações e que têm pequenas obras que não conseguem fazer se não for através deste método.

Portanto eu acho que este Executivo, e muito bem, optou por esta situação, penso que é uma situação que deve manter e melhorar, se possível, reforçando as verbas, até porque é a forma das freguesias fazerem as pequenas obras que são necessárias.

Toda a gente tem o direito de criticar mas neste caso concreto eu penso que é um bocado injusto estar-se a criticar o Executivo por esta tomada de posição e por aquilo que fez relativamente a este processo.

Depois fala-se também de falta de sensibilidade, já aqui foi abordado isto, e eu pergunto: Será falta de sensibilidade, com estas verbas, por exemplo, arranjam-se caminhos públicos coletivos agrícolas para propriedades de um grupo de proprietários? Aquilo é público, é coletivo, onde as pessoas já não vão à dezenas de anos. Numa altura de crise em

que podem realmente recuperar algumas terras. Arranjam-se caminhos. Será que isso é falta de sensibilidade social? Não é um ato social das Juntas de Freguesia? Não será estar a promover a ação social, também nessa aspeto? Permitir às pessoas que vão às suas terras que as utilizem, que as ponham a produzir?

Será falta de sensibilidade social, recuperar alguns espaços públicos degradados, pequenos espaços públicos, que são espaços de lazer para as populações? Colocar bancos, colocar outro tipo de infraestruturas nesses espaços, para as pessoas terem algum bem estar.

Eu acho que isto não é falta de sensibilidade como dizem!

Depois, aos “dinheiros mal gastos”! Penso que haverá alguns mais bem gastos outros menos bem mas penso que de uma forma geral estes dinheiros são bem aplicados porque são obras necessárias para as populações. Quando se diz: “Há freguesias que já não têm nada a fazer! É só para gastarem dinheiro.” Eu penso que não será isso porque todas as freguesias têm sempre alguma coisa para fazer! Nunca tudo está feito!

A forma transparente como isto é feito, isto é feito numa reunião com todos os presidentes de Junta, todos sabem o que é que o seu colega vai receber, e por isso há aqui transparência total.

Não há orçamentos para algumas obras porque são tão pequenas e por isso pede-se aos empreiteiros: Quanto é que custa fazer isto? E depois, opta-se pelo mais barato.

Há orçamentos escritos, como é evidente, mas para apresentar-mos no início do ano e para serem elaborados protocolos, como todos nós sabemos, temos que elaborar uma lista, temos que elencar uma série de pequenas obras para ser elaborada uma lista e para se fazerem os protocolos relativamente a esses valores. Dentro daquilo que nós temos a receber. E mais no fim justificamos todas as verbas gastas com documentos. Mais transparente do que isto não há.

Penso que há alguma injustiça no julgamento desta transferência de verbas para as Juntas de Freguesia. Deixo aqui uma palavra de incentivo ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo para continuar com este processo, para o melhorarem e se possível para o reforçarem.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Eng.º José Vasco Lencastre de Campos, que fez a seguinte intervenção:

“Eu venho aqui como é hábito trazer alguns pequenos assuntos que me preocupam neste Concelho.

Começo pelo rio Alva. Não sei se quem reside próximo do rio Alva, reparou, que o Alva está completamente negro. Avô, Ponte das Três Entradas e São Sebastião da Feira.

Gostava que a Câmara Municipal, averiguasse o que é que se passa. Se é alguma ação que já terminou e agora temos que deixar que a água passe ou se é contínua e que nos vai afetar na época balnear, nas praias fluviais do vale do Alva.

De facto eu acho que tem a ver com alguém que andou a mexer no fundo do rio, não sei onde e tem a ver com os incêndios ocorridos em Seia, em 2009 ou 2010.

Mas o que é certo é que foi uma ação que aconteceu nestes últimos dias. E tem a ver com uma outra ação que houve a montante.

Queria também chamar a atenção para a sinalização horizontal na estrada Ponte das Três Entradas / Aldeia das Dez. Está muito degradada e têm-me chegado várias queixas nesse sentido. Em dias de nevoeiro é muito difícil percorrer aquela estrada.

Um outro pequeno assunto, que tem a ver com o seguinte: Há ali nas Vendas de Galizes um edifício que julgo ser da Junta Autónoma das Estradas, num estado completamente degradado e que eu já há mais de vinte anos que ouvi falar em transformar aquilo num Posto de Turismo.

Ora, faça-se alguma coisa relativamente àquilo porque está em muito mau estado e é uma péssima imagem para quem entra no Concelho de Oliveira do Hospital.

Eventualmente poderia transformar-se esse pequeno edifício num Posto de Turismo, durante os três meses de verão, pondo lá jovens através dos Programas de Ocupação de Tempos Livres do IPJ-Instituto Português da Juventude.

O que é certo é que aquilo está em muito mau estado. Eu não sei quem é efetivamente o proprietário mas era importante intervir naquele edifício que há anos vejo ali degradado.

Foi aqui falado pela Sra. Arq.^a Élia, sobre o falecimento do Sr. Arq.^o Manuel Tainha, eu também me queria associar ao voto de pesar.

De facto, a Pousada de Santa Bárbara é um imóvel que recentemente foi classificado como imóvel de interesse público. É pena que ainda não esteja a trabalhar. Solicito para que, de alguma forma, a Câmara Municipal insista, na medida do possível porque estamos a falar de atividade privada, para que o mais depressa possível aquela Unidade Turística entre em funcionamento.

Aquela Unidade Turística, como agora se diz, é uma âncora para o desenvolvimento turístico do Concelho porque traz gente de um determinado nível, que depois gasta dinheiro aqui no Concelho, percorre o Concelho e que chama outras pessoas que vêm e que podem ficar noutras Unidades Turísticas.

Portanto era urgente que também aquela Pousada voltasse a funcionar, como Estalagem ou como Hotel.

Proponha que o voto de pesar aqui aprovado por unanimidade nesta Assembleia Municipal, se transmitisse à família do Sr. Arq.^o Taíña e também à Ordem dos Arquitetos.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Eng.^o Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje, dia de São Pedro, dia festivo aqui para Oliveira do Hospital, penso que esta Assembleia Municipal, deve reconhecer os feitos e a atividade desta Câmara e desta Freguesia de Oliveira do Hospital, bem como todas as Freguesias deste Concelho, pelo que têm feito e que vão continuar, naturalmente, a fazer para o desenvolvimento e para o progresso de Oliveira do Hospital e do nosso Concelho.

Quero realçar aqui três ou quatro factos recentes, que aconteceram ou estão a acontecer neste País.

Eu acho que nós nos preocupamos, e bem, com o que acontece aqui em Oliveira do Hospital, porque é isso que nos move, mas há outras coisas que também acontecem no mundo e no País e que realmente nos influenciam fortemente e muitas vezes até negativamente.

A primeira questão que queria realçar hoje é a insensibilidade que continuamos a ver nos nossos governantes.

Quem ouviu as declarações dos nossos governantes, hoje, sobre a Comunidade Europeia e a ação da Comissão Europeia e diz: “se algum País for pedir alguma coisa..., se algum País quiser alterar..., por exemplo a Irlanda, nós estaremos atentos e vamos fazer uma revisão, ou digamos um pedido”. Todos nós estamos, mas estamos mesmo, (eu falo por mim e penso que posso falar por todos) a passar grandes sacrifícios e não percebo como é que não há esta compreensão. Quando hoje e no resultado destes dois dias de Comissão Europeia há dois países que saem claramente beneficiados. É a Espanha e é a Itália.

E nós, Portugal, que somos um país pequeno, e temos que continuar a sê-lo, não temos uma palavra dos nossos governantes para mudar o *status quo* do que se está a passar hoje.

E para quem muitas vezes atribui as culpas disto tudo ao Partido Socialista e ao governo anterior, ouça outros governantes e ouça outras declarações.

O que está a acontecer neste momento no nosso País, e continuamos a pactuar com isto, é a subjugação aos interesses bancários, da alta finança, mas não resolvemos este problema nem queremos resolver.

É preciso que todos nós tenhamos consciência disso e que nos levantemos no sentido de mudar este *status* das coisas.

Neste sentido, não se percebe, e falo essencialmente para o Sr. Presidente da Câmara, como é que o Senhores Presidentes de Câmara não foram recentemente recebidos pela Sra. Ministra da Justiça?

O Sr. Presidente da Câmara, que eu saiba foi eleito, a Sra. Ministra da Justiça não foi eleita, foi nomeada.

Como é que um conjunto de Presidentes de Câmara, em representação da Associação Nacional de Municípios Portugueses e sobre uma problemática elevada que é a Justiça neste País, os tribunais neste País, o acesso à Justiça, o acesso ao cumprimento da nossas leis, e a Sra. Ministra da Justiça se dá ao desrespeito de não receber os Senhores Presidentes de Câmara e mandar um assessor fazer essa receção?

Eu louvo o nosso Presidente da Câmara Municipal e todos os outros Presidentes de Câmara por terem conseguido ultrapassar esta situação.

Esta Câmara realizou nos últimos dois anos dez milhões de euros de investimento. Por isso, quero congratular toda a Câmara, e o Sr. Presidente em particular por todas as obras e pela sua sensibilidade social, pela sua capacidade de realização e de toda a sua equipa, incluindo também a oposição, por todo este investimento, e toda esta realização.

Agora, não consigo perceber mais uma insensibilidade governamental, que é cortar no QREN! Isso é que eu não entendo!

Naturalmente, se nós lermos o desempenho das finanças camarárias, a boa execução que temos, e que já foi referida pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a pequena dívida que a Câmara tem. Se compararmos aí com outros municípios, isto é uma gota de água no oceano.

Realçar também os céleres pagamentos aos fornecedores, às empresas do nosso Concelho, situação que é boa para as empresas, e para o emprego aqui no Concelho de Oliveira do Hospital.

Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, porque provavelmente direi eu porque ando distraído ou se calhar não, como é que estamos sobre a Central de Camionagem?

Também não entendo como é que alguém da oposição diz “Central de Camionagem para quê? Se não é precisa a Central de Camionagem!”

Gostava que o Sr. Presidente nos explicasse isso melhor. Já agora digo que eu sou a favor da Central de Camionagem e gostava de saber qual é o ponto da situação e porque é que alguém da oposição é contra?

Eu penso que vamos ter um ponto próprio, mas, eu não queria deixar de manifestar aqui, antes da Ordem do Dia, a minha opinião sobre as Freguesias.

Quem lê esta última Lei, que saiu sobre as freguesias vê que há aqui um recuo claro do Governo.

Num dos artigos da Lei deposita na Assembleia Municipal, uma proposta diferente do que aquela que existia na Lei anterior. Naturalmente que a posição assumida por esta Assembleia Municipal, irá ser depois validada pela Comissão que vai tratar destes assuntos e que está na dependência da Assembleia da República.

Eu acho que esta questão das freguesias é uma questão demasiado importante, para nós todos andarmos na brincadeira com isto, e não sermos sérios e honestos com esta situação.

Eu reservo-me para quando for este ponto na Ordem do Dia, penso que vamos falar nele novamente, mas isto das freguesias, realmente é um comportamento que estamos a assistir neste País completamente desnorteado e que não temos neste momento um caminho ou algo que nos acalente para pensar como é que será o nosso futuro.

O nosso futuro só pode ser um: É ter uma agenda para o crescimento, para o desenvolvimento e para o emprego.

Espero que todos nós consigamos contribuir para isso.”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng.º, Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho aqui dois ou três pontos que gostaria que fosse dada alguma resposta concreta acerca deles.

Primeiro queria chamar à atenção ao Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, para um assunto que já anteriormente o fiz, e não foi pelo facto do Presidente da Câmara, daquela data, ser dum partido diferente do meu, vou fazê-lo também agora porque é de toda a justiça fazê-lo.

A estrada Oliveira/Nelas necessita de uma intervenção do corta relvas nas bermas devido à muita erva que existe. Aquele troço está a ser um bocadinho descuidado.

Quero dar os parabéns ao Executivo Municipal pela realização das marchas populares - as infantis e as seniores - penso que quem esteve aqui em Oliveira do Hospital e viu a adesão popular para assistir a estes eventos, viu que efetivamente foi bastante conseguido. Este evento trouxe bastante população a assistir as marchas populares e que foram igualmente abrilhantadas pela marcha de Alfama que fez um excelente espetáculo no Parque do Mandanelho.

Sr. Presidente da Câmara mais uma vez é falado como já foi tantas vezes falado este assunto aqui na Assembleia Municipal e seguramente é capaz de não ser a última, se calhar

outras virão, pelo andar da carruagem, muito possivelmente outras intervenções acerca deste assunto virão.

O malfadado IC6, que já atravessou vários Governos de várias tendências políticas parece que efetivamente está condenado a ficar onde está.

Alguém já fez alguma coisa acerca do IC6, e aqui é preciso fazermos alguma justiça porque e não tenhamos memória curta e se bem se recordam porque toda a gente sabe que a situação é essa ou foi essa, foram os governos dos executivos socialistas que nos dois troços do IC6 fizeram o que está e onde está.

É preciso lembrar também, porque é de justiça que se faça esta lembrança, que não existia impacto ambiental do troço que atravessa Oliveira do Hospital, e é no fundo aquele que nós reivindicamos e pretendemos. Não existia. Esse impacto ambiental foi feito no tempo do executivo socialista e só não foi executado porque alguém neste País se lembrou, e é preciso que nós nos lembremos e tenhamos memória, foi o PSD que em 2010 se bem se recordam, numa negociação para poder viabilizar o orçamento de estado para 2011, que obrigou o Governo de então, do Partido Socialista, a suspender todas as obras públicas deste País.

Eu penso que ninguém deve estar alheio a isto. É bom que façamos justiça e é bom que não tenhamos memória curta. Foi o Governo do PSD que não quis o acordo com a Europa que o Sr. Eng.º Sócrates tinha feito, e que derrubou o Governo do Partido Socialista, foi o PSD. Foi este mesmo PSD que ganhou as eleições e que depois de ter ganho as eleições, congelou o QREN, não permitindo haver investimento público neste País, e está à vista de todos o que é que a economia está a sofrer por causa disso.

Sr. Presidente da Câmara, eu sei que o senhor não é, aliás não vale a pena nós estarmos aqui a tecer elogios porque eu conheço-o bem e seguramente que há mais gente nesta sala que também o conhece muito bem, nós sabemos e eu sei que o senhor não é pessoa de baixar braços, se calhar nalgumas cabeças de algumas pessoas que querem entrar, efetivamente, pela tal chicana política, que foi referida aqui à pouco quererão por ventura, fazer querer isso junto da população Oliveirense. Mas não é isso! Nós sabemos que não é isso!

O Senhor não baixa braços e já demonstrou vezes mais do que suficientes a este Concelho em diversas áreas em que o Senhor se empenhou e defendeu frontalmente e tenazmente os interesses deste Concelho. E conseguiu ter vitórias para o Concelho de Oliveira do Hospital, através da sua luta em diferentes áreas, que são públicas.

Portanto eu não acredito e que ninguém venha de má fé dizer que o Presidente da Câmara baixou braços, porque eu essa, sinceramente, digo mesmo que é efetivamente a tal chicana política.

Sr. Presidente da Câmara, era bom que o Senhor dissesse a esta Assembleia Municipal que contactos é que o Senhor tem tido com o Governo? O que é que se passa com o IC6? Se efetivamente tem a ver com o congelamento do QREN por parte do Governo, se tem a ver com falta de vontade política do governo, o que é que se passa efetivamente sobre a questão do IC6?

Quanto a um assunto que já na última Assembleia Municipal referi e vou tornar a referir, porque aquilo que foi dito aqui, e que foi ilustrado aqui há pouco pelo Eng.º Carlos Inácio, acerca da falta de respeito de uma Ministra deste País para com os eleitos pelas populações.

Existe igualmente e há já algum tempo uma falta de respeito, uma prepotência por parte de um responsável político de uma ARS de Coimbra que não se digna a dar respostas a ofícios que lhe são enviados quanto mais não seja a dizer não, ou quanto mais não seja a dizer acusamos a sua carta.

Eu não estou habituado a tratamentos destes seja de quem for. Tudo isto revela bem qual é o espírito das pessoas que estão à frente de cargos com responsabilidades neste País.

Não têm respeito pelas pessoas que foram eleitas pela população. E isso não posso nem quero admitir!

Sr. Presidente da Câmara, gostaria de saber se tem mais alguma indicação oficiosa ou oficial acerca deste assunto das extensões de saúde, dos protocolos que foram assinados para a construção das extensões de Saúde de Avô e Ervedal da Beira.

Já falei neste assunto na Assembleia Municipal e pensei que já tinha sido posto um ponto final nisto, que era a questão como já foi referido aqui anteriormente por mais Presidentes de Junta que é a questão dos dinheiros dos protocolos com as Juntas de Freguesia. Eu já na última Assembleia Municipal, me indignei acerca disto e não vou adiantar muito mais porque está escrito na última ata.

Eu só quero dizer que se ponha um ponto final neste assunto porque tenham paciência, se no Executivo Municipal existe uma ou duas opiniões e não serão seguramente mais do que isso, contra estes protocolos e contra essas verbas, estão seguramente do outro lado vinte e um Presidentes de Junta, que seguramente contam bem mais do que duas dessas opiniões.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Permitam-me que lembre que no próximo domingo dia 1 de julho, pelas quinze horas e trinta minutos, vamos fazer em Avô o lançamento do livro “A vila de Avô, os Concelhos e a História de Portugal”, livro que trata essencialmente a história dos concelhos além dos particularismos da vila de Avô.

Quero convidar todos os presentes, membros e não membros desta Assembleia Municipal para o referido lançamento, nomeadamente os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia da Bobadela, Penalva de Alva, Aldeia das Dez, Santa Ovaia, Nogueira do Cravo, etc...

O livro fala nos povos destas freguesias e no lançamento vai falar-se em pormenores históricos destas freguesias e ainda porque teremos connosco além dos Senhores Presidentes da Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, também em princípio os Senhores Presidentes da Câmara de Tábua, Góis, Seia e Arganil, e não gostaria que os Autarcas limítrofes deste Concelho se mostrassem mais interessados pelo nosso Concelho que nós próprios. Conto convosco e agradeço antecipadamente a vossa presença.

O livro é um livro de história e como tal não é um livro de política mas não devemos deixar de fazer aqui política e eu acho que é para isso que cá estamos, parece que já ouvi aqui pelo menos uma intervenção a insinuar que não façamos aqui política.

Quem me conhece sabe que quando me elogiam costumo pedir aos meus amigos que me digam antes em que é que errei. Só assim podemos evoluir.

Isso é assim também ou deve ser assim também na vida, na sociedade e na política.

Temos que criticar positivamente e sem remorsos para podermos melhorar ainda o que não está perfeito em nós ou na sociedade e tentarmos aproximarmo-nos desse ideal da perfeição, portanto, façamos aqui política, a meu ver.

E politicamente falando tive conhecimento, de facto, que alguma oposição diz que a Câmara despeja dinheiro nas Freguesias e que os Presidentes de Junta não têm projetos nem capacidade para gastar esses dinheiros.

Queria deixar a pergunta aos Senhores Presidentes de Junta, se sentem que há dinheiro despejado nas freguesias e se têm ou não iniciativas, projetos e capacidades para gastarem esses dinheiros?

Acham que devem receber menos e se são incapazes de gastar o dinheiro que a Câmara transfere para essas Freguesias?

Acham que é preferível gastar trinta e cinco mil euros em fogo de artifício no Vale do Alva, como já aconteceu ou transferir esse dinheiro para as freguesias?

Diz alguma oposição também que não há sensibilidade social por parte da Câmara e das Juntas. Pergunto se sentem que houve alguma diminuição? Nomeadamente algum exemplo concreto no apoio aos mais desfavorecidos por parte das Juntas de Freguesia e da Câmara quando o que mais temos ouvido aqui e noutros locais, infelizmente dada a situação que estamos a atravessar, é que tem havido uma constante preocupação Camarária, inclusive com os novos pobres e com os que têm mais dificuldades sociais.

Ao invés, veja-se a atividade na Câmara Municipal, nesse e noutros aspetos.

Saudar também a presença e a promoção da semana de empreendedorismo nas escolas com *Workshops* sobre as ideias empreendedoras num diálogo entre os jovens e os empreendedores que decorreu no mês passado, integrado na segunda Feira do Emprego Formação e Empreendedorismo em articulação com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, BLC3 e com a Biblioteca Municipal, o que demonstra que a Câmara Municipal está atenta com a problemática do desemprego e vai fazendo o que pode num contexto recessivo de todos conhecido.

Sendo ainda de destacar a promoção do concurso Empreender+ com o objetivo de motivar a criação de novas empresas que bem precisas são no Concelho como aliás no País.

Uma outra questão que me tocou pessoalmente. É bom que esta Assembleia Municipal saiba que no dia dez de abril em Vila Franca da Beira foi feita uma grande homenagem ao Senhor António dos Santos Lopes, Presidente desta Assembleia Municipal. Homenagem que lhe foi prestada pelo seu povo que tão bem o conhece, se calhar melhor do que nós, com o merecido apoio da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira e da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

Eu acho que nos fica bem trazer a esta Assembleia Municipal, uma palavra de reconhecimento, não só à gratidão do povo de Vila Franca da Beira mas também ao Homem, António dos Santos Lopes, que bem a merece.

Eu costumo dizer que a dimensão dos homens se mede não pelo ponto de chegada mas pela extensão do caminho percorrido entre o ponto de partida e o ponto de chegada.

Como se sabe, muitos já nascem em berço de ouro, não admira que vão longe!

No caso do Senhor António dos Santos Lopes, é enorme o caminho percorrido desde guardador de rebanhos e mineiro até ao homem que é hoje, com interesses económicos em

continentes diferentes mas sempre fraterno amigo e altruísta não esquecendo o povo de onde veio como o povo de onde veio também não o esquece.

Como alguém disse naquele dia em Vila Franca da Beira, um dia se lhe há de fazer justiça no Concelho, como justa foi aquela homenagem no dia dez de abril.

Também o Agrupamento de Escolas da Cordinha na sexta-feira dia quinze, prestou uma homenagem justíssima ao Senhor Professor José Carlos Alexandrino, tornando-o protagonista do prémio de Mérito Cordinha 12.

Todos os oradores nessa altura foram unânimes em considerar o Professor José Carlos, um Homem merecedor de todos os elogios, e que soube marcar muito positivamente aquela escola enquanto professor e diretor daquele espaço pedagógico.

Foram lidas diversas frases, e foi exibido um filme sobre a personalidade do professor e enquanto tal, todas elas reconhecendo a sua capacidade, determinação, simpatia, humanismo e competência sendo justo destacar aqui os agradecimentos de toda uma população escolar, professores, funcionários e alunos, a um homem, que agora temos à frente desta Autarquia e que, digo eu, nela se deve manter por muito tempo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Dr. Manuel Fernando Morais da Silva Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Porque hoje comemoramos o São Pedro aqui na nossa cidade, queria começar por dar os parabéns à Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital por mais esta iniciativa. Com certeza que vai ser mais um belíssimo evento para todas as pessoas do nosso Concelho que querem visitar Oliveira do Hospital, nestes dois dias.

Também gostaria de dar os parabéns à Associação dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira e à Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital pelos dois magníficos encontros de Fanfarras que realizaram aqui no nosso Concelho e que contaram também com o apoio do Município.

O Dia Municipal da Igualdade de Cidadania, Cidadania Responsável, levado a efeito aqui pelo nosso Município, durante a passada semana e também àquele evento que todos os anos tem levado muito gente a Oliveira do Hospital e a visitar-nos por esta altura, que foi a realização das Marchas Populares do nosso Concelho, as marchas seniores e as marchas infantis, de facto foram diferenciadores de alguns eventos que se levam a efeito neste concelho.

A mim custa-me, porque também já ando aqui há dez anos, sempre vi festas, sempre vi atividades e as festas normalmente realizam-se quando há pessoas, e quando há pessoas é nestas alturas. Quando há efemérides é nesta alturas que costumamos comemorar todos os eventos, às vezes até me sinto envergonhado quando pessoas criticam aquilo que as Instituições e o Município, sem falar em questões políticas, quando criticam todas estas atividades que são feitas no nosso Concelho.

Também se ouve dizer que a nossa Câmara é só festas, e é só subsídios, e esta é outra crítica que também vem por aí, e tem-se lido que é só subsídios às coletividades, é só subsídios a isto e àquilo.

Eu convido esses amigos que criticam isto a ir para a frente das instituições para verem o que é que as pessoas que lá estão passam para as manter vivas e para funcionarem.

Principalmente para funcionarem, não é para estarem à frente das instituições só para receberem o subsídios da Câmara e atividade zero!

Senhor Presidente da Câmara Municipal, da minha parte e daquilo que me diz respeito, acho que é injusto porque o meu amigo tem feito isso muito bem, o executivo a que preside, deve continuar a fazê-lo, e a fazê-lo de uma forma responsável, premiar aquelas que de facto desenvolvem atividade em detrimento das outras que pouca ou nenhuma atividade desenvolvem ao longo do ano.

Respondendo ali ao desafio do Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, porque também era um assunto que trazia para aqui, e porque de facto, qualquer Presidente de Junta sente que durante este mandato o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino, com a elaboração dos protocolos que estabeleceu com as Juntas de Freguesia deu-nos muito mais legitimidade para que nós consigamos desenvolver o nosso trabalho nas nossas Juntas Freguesia.

Se alguém tem alguma dor!... Se alguém lhe dói alguma coisa!.. Pessoas que eu respeito, porque com o anterior Presidente eu tinha uma excelente relação com ele e prezo-me de a manter, e por estar eleito por outro partido político, que não o Partido Socialista, a frontalidade e a objetividade e a honestidade, com que o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino tem para com a minha pessoa bem como pela minha Freguesia.

Estou nervoso, não é por estar a dizer isto, é porque eu estou lá todos os dias e eu fui eleito para defender a minha Freguesia.

Para dizer que a política faz-se de relações e as relações são aquilo que nós queremos. Se temos uma boa relação com o Executivo Municipal e se mostramos trabalho e se há honestidade intelectual entre as pessoas, o trabalho está à vista e penso que neste aspeto a Câmara Municipal e o Sr. Presidente têm feito um excelente trabalho com as Freguesias.

Também deixo aqui o apelo como os meus colegas, se for possível aumentar ou reforçar essas verbas para que consigamos fazer mais obra e assim continuar-mos aquilo que temos feito, o trabalho em prol de quem nos elegeu.

Queria também dar os parabéns a duas instituições, à Fundação Aurélio Amaro Diniz e ARCIAL, pelo trabalho que desenvolveram e que têm desenvolvido na sua história e ultimamente, numa história comum, que foi o drama vivido pelo nosso conceterrâneo Carlos Martins. A ajuda nas campanhas que realizaram e que foram estas as instituições do nosso Concelho, a ARCIAL e a Fundação Aurélio Amaro Diniz, que foram o polo dinamizador destas campanhas. Também havia uma comissão, presidida pelo Sr. Veloso, pelo Município que de facto fizeram um belíssimo trabalho. Facto que levou, na quarta-feira a que esse nosso conceterrâneo amigo e desportista, que leva o nome do nosso Concelho e da nossa terra bem longe, que é o Carlos Martins, promoveu a criação em Oliveira do Hospital do Movimento Vida.

É uma nova Associação onde se pretende dar a voz não só ao Gustavo, mas a todos os “Gustavos deste País” e a todos aqueles que necessitam.

Acho que devemos estar gratos com todas aquelas pessoas que de facto participaram e ajudaram nessa campanha e dizer-lhes daqui também um muito obrigado a todos os que colaboraram nesta iniciativa.

Na sequência da última Assembleia de Freguesia, realizada na passada segunda-feira, quero fazer um pedido ao Senhor Presidente da Câmara, ainda não falámos sobre isto, tem a

ver com a construção de duas passadeiras que agora estão na moda, aquelas elevadas, porque de facto não é por brincadeira nem por apanágio nem por serem bonitas, mas sim para prevenirem futuros acidentes.

A rua Dr. José Germano Ferreira de Oliveira, que é a rua que vai desde a paragem até à saída de São Gião para Rio de Mel, necessita ali de duas ou três passadeiras porque os carros circulam ali a alta velocidade e por vezes há acidentes.

A ligação da ETAR de São Gião a ligação das duas fossas que faltam, para quando? E o saneamento no bairro do Machorros e na Rua Francisco Mendes Diogo?"

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Rui Miguel Guedes Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Não queria começar sem me juntar a estas palavras finais do Dr. Manuel Garcia.

Sem dúvida que este drama vivido pelo nosso conterrâneo Carlos Martins sensibilizou toda uma comunidade todo um País e diria até o Mundo.

É uma causa triste que toca as pessoas mas que parece-nos e fazemos votos que vai ser levada a bom porto para o Gustavo e para todos os outros “Gustavos” como o Dr. Manuel Garcia frisou.

Sem dúvida que houve pessoas com mais intervenção e outras com menos, sem dúvida que o papel da Câmara Municipal e de algumas pessoas em particular e permitam-me ressaltar isso, o Carlos Veloso nesse aspeto foi uma pessoa sempre disponível, é sem dúvida de enaltecer esta motivação, nós sabemos bem a proximidade de amizade do Carlos Martins e do Carlos Veloso mas eu estou convencido que o Veloso pela pessoa que é se fosse qualquer uma outra pessoa estaria igualmente disponível. Acho que é uma palavra que deveria aqui ficar.

Sabendo eu que o ponto Antes da Ordem do dia normalmente é para interpelar o Sr. Presidente da Câmara Municipal, mas não posso deixar de utilizar este período que me dão para fazer uma defesa da honra. Pedido que eu fiz ao Sr. Presidente da Mesa, e registo aqui a dualidade de critérios no que diz respeito à possibilidade ou não da defesa da honra e registo sem dúvida o nervosismo que o Senhor Presidente da Mesa manifestou.

Se me permitem, e que fique claro, vou ter que dividir, vou falar agora enquanto membro da recente eleita Comissão Política Concelhia do PSD, que foi para aqui chamada e eu tenho que falar nesse cargo.

Registo o nervosismo, sem dúvida, nós ainda nem tomamos posse e o Senhor Presidente da Assembleia e parece que mais alguém já nota o trabalho da nossa comissão Política o que é interessante e salutar.

Dizer-lhe que eu não tenho dúvidas sobre qual a bandeira pela qual foi eleito. Eu fui eleito sobre a bandeira do PSD, se o senhor tem dúvidas, compreendo as suas dúvidas.

O meu partido é sem dúvida o PSD, mas quem está à frente dos interesses do PSD é sem dúvida o Concelho de Oliveira, sempre foi.

No que diz respeito a essa marcha e a essa iniciativa que nós vamos ter no dia 14 de julho. Nós, o Concelho, não é o PSD. Já agora gostava de lhe agradecer a publicidade, porque eu nem era para vir falar disto, mas vou ter que falar para que não restem dúvidas.

Eu vou ler exatamente o que está escrito, “*a determinada altura em qualquer circunstância objetiva que norteia a ação desta Comissão Política, será sempre o superior interesse do Concelho de Oliveira do Hospital*”.

Isto é claríssimo como a água. À frente do interesse partidário está o Concelho e não seria esperada outra coisa quando no Governo do País está o PSD. Como compreenderá não é uma situação muito confortável para nós Comissão Política do Partido, promover uma ação destas, uma ação que visa sensibilizar com diz aqui, sensibilizar para o avanço do inacabado IC6. Registo que o Senhor leu isto com atenção, quase toda a atenção. Parece-me que nisto tudo só deu conta dessa tal falha da marcha, quer dizer que o Senhor não tem mais nada a apontar, mas deixe-me dizer-lhe que mesmo essa dúvida estava aqui esclarecida, a mesma irá traduzir-se numa caravana automóvel, isso também está escrito na nota de imprensa, por isso não há problema em relação a essa dúvida.

No que diz respeito à sardinhada, também não há problema porque quem paga não é o erário público, somos nós, o PSD que pagamos.

Nós, condenamos as festas pagas com dinheiros públicos. Estas somos nós que pagamos por isso quando for necessário iremos pagar sardinhas, feijoadas, viteladas, o que bem entendermos.

Dizer-lhe para finalizar, se foi sua intenção com essa sua primeira intervenção condicionar o trabalho desta Comissão Política naturalmente que não vai ter o mesmo sucesso que teve com o bloqueio que fez aos comentários no jornal online a que preside. Aí sim é fácil, no que diz respeito ao trabalho da Comissão Política não se reveste de tanta facilidade esse bloqueio ou essa tentativa de condicionamento.

Agora vamos ao que diz respeito aqui à atividade do Município e deixar aqui algumas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, acerca de quatro ou cinco temas.

Sem dúvida que aquilo que o Eng.º José Vasco falou acerca do rio Alva é um problema que nos preocupa também, demos conta e tivemos reporte dessa problemática das cinzas que apareceram, isto vem no seguimento que aproveitávamos para falar sobre as praias fluviais .

Parece-nos a nós que a iniciativa promovida pelo anterior Executivo, que se reveste ou que se revestia na altura de grande interesse, uma iniciativa que já contava com alguns anos e que estava devidamente implementada, que tinha adesão por parte do público. As Comissões, as Juntas de Freguesia, sempre se juntaram nas iniciativas, o comércio local recolhia frutos disso, também, as Associações que exploravam os bares. Achamos nós que era uma iniciativa também num período de crise e que provavelmente vai levar a que muitos municípios de Oliveira do Hospital, não possam sair daqui em virtude de não terem condições económico-financeiras para tal, provavelmente vão dar mais uso às magníficas praias fluviais que nós temos e parece-nos que essa animação seria de retomar.

No que diz respeito a uma outra situação, às rotundas, eu já uma vez aqui falei das rotundas, aqui no centro de Oliveira do Hospital, foi uma daquelas propostas que fiz e que caiu em saco roto mas também é normal. Mas tenho que continuar a lembrar o estado de abandono de que elas se revestem nomeadamente a rotunda dos Bombeiros que bastava a colocação de pequenos arbustos naquela zona que não tem vegetação para lhe dar visibilidade.

Compreendo que é preciso poupar, poupar nos custos de iluminação e manutenção, mas que se poupe durante a semana e ao fim de semana como há mais gente a circular em Oliveira do Hospital, há eventualmente um turista. É investimento que está ali feito e é uma pena as rotundas não estarem a trabalhar.

No que diz respeito ao Parque do Mandanelho, avizinha-se a EXPOH que já tem um cartaz, diga-se que, repleto de animação mas depois a seu tempo falaremos também disso, mas no que diz respeito efetivamente ao Parque do Mandanelho, há ali aquele problema que já está diagnosticado há muitos anos que é aquele piso na entrada do parque que está ali todo partido e com mau aspeto. Se calhar ficava bem no início da festa aquilo já estar com uma outra apresentação, tal como algumas árvores que se encontram danificadas e secas e já agora perguntar acerca da situação sobre aquela casa que seria para receber os Escuteiros. Será que vai ser?

Falava na altura o Sr. Presidente da Câmara que era importante criar ali um polo de atração para as pessoas poderem tomar um café. Qual é o ponto da situação acerca disso?

No que diz respeito à iluminação, como eu referi há pouco já é claro aqui nos concelhos à volta, os senhores com certeza que já se aperceberam disso, até porque há já alguns autocolantes em alguns postes que estão exatamente nos postes que estão apagados acerca da redução da iluminação em vias como ali em frente à escola primária que tem postes com duas iluminarias podia-se apagar uma iluminaria e outra no poste a seguir manter acesa, ou qualquer coisa desse género. Eu sei que tecnicamente não dá para pôr um interruptor mas desenrosca-se a lâmpada e ela já não acende é simples e é uma situação barata e simples de executar e poderia dar algum dinheiro de poupança.

A escola de Nogueira do Cravo, parece-me que já vai ser, permitam-me a imprecisão, o terceiro ano letivo que não vai haver escola porque as obras estão paradas há já algum tempo. Qual era o ponto da situação? Parece-nos que aquilo foi uma situação que nasceu torta e dificilmente se vai endireitar. Lamentamos que esteja a acontecer dessa forma fazemos votos para que esse processo arranque ou que continue o mais rapidamente possível para minimizar os impactos na sociedade Nogueirense.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de começar a minha intervenção propriamente dita, gostaria de deixar aqui duas notas prévias de rodapé, como forma de alertar o Sr. Presidente da Mesa, e que tem a ver com o dia e com a hora da realização desta reunião ordinária da Assembleia Municipal.

Penso não ser de bom tom a marcação desta reunião para uma sexta-feira às 17 horas da tarde, como deve calcular as pessoas têm as suas atividades profissionais, sendo que algumas delas trabalham fora do Concelho e não saem propriamente às 17 horas da tarde. Por outro lado, penso ainda que os municípios que querem estar presentes nas Assembleias que têm mais dificuldade em fazê-lo a estas horas pelos motivos que já referi. Assim sendo, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, gostava que tomasse esta consideração este alerta em futuras convocações.

A segunda nota tem a ver com a não publicação das Atas das Reuniões de Câmara no respetivo *site* do município, também para o Senhor Presidente da Câmara tivesse alguma atenção neste mesmo assunto.

Em relação aos pontos que hoje aqui trago, em primeiro lugar gostaria de congratular todas as marchas populares participantes nas marchas que tiveram recentemente lugar na nossa cidade, e também este novo formato de não atribuir um carácter competitivo ao evento, que este ano foi introduzido. Uma opinião muito pessoal, Sr. Presidente, acho que não foi uma opção muito positiva o facto de não haver uma classificação, acho que era uma forma de existir competitividade positiva e saudável entre as diferentes marchas. Bem sei que é uma forma de agradar a todos mas penso que era mais apelativo o formato anterior e à semelhança do que se faz noutros concelhos.

Relacionado com a recente aprovação em reunião de Câmara do Centro de Camionagem e Mercado Municipal, tendo ficado nesta fase a requalificação da Avenida Dr. Carlos Campos adiada.

Gostaria de aqui perguntar ao Sr. Presidente, relativamente a este último projeto que aqui em tempos critiquei pelo facto de o projeto inicial contemplar, por exemplo a entrada no Parque do Mandanelho.

Qual é o ponto de situação deste projeto? Sempre vai avançar com este e em que moldes?

Relativamente ao terceiro tema a ver com um assunto que já aqui foi referido e que tem a ver com o turismo na região do vale do Alva e do Alvôco.

Gostaria contudo de perguntar aqui, o que tem sido feito neste campo e o que pensa fazer futuramente nesta área?

Pensamos que é uma área fulcral para o desenvolvimento do concelho e que deve merecer uma especial atenção como tinha prometido que ia ter.

Finalmente, um assunto que tem a ver com a assinatura de protocolos e com os acordos de cooperação com as Juntas de Freguesia, que anda a promover pelas freguesias. Apesar de estarmos de acordo com as transferências das verbas para as Juntas e a sua nova forma de lidar com estas mesmas, não poderia deixar passar aqui esta oportunidade para perguntar qual a finalidade destas cerimónias que ainda não consegui entender. E reforço aqui a ideia que me estou somente a referir a estas cerimónias. Na minha modesta opinião não são mais do que puras ações de propaganda. Se é como diz, uma forma de prestar contas do trabalho realizado em cada uma das freguesias, pergunto então para que serve o Boletim Municipal?

E se quer aproximar as pessoas da política, deixava-lhe então aqui uma sugestão e um desafio para o próximo Orçamento Municipal. Que se trata da introdução de um orçamento participativo que mais não é que uma verba destinada aos munícipes para poderem apresentar propostas de projetos e decidam em que obra querem ver aplicada essa verba. Isso sim era uma forma de aproximar as populações do poder político e uma forma aliás de democracia participativa.”

Seguidamente, tomou a palavra o Presidente da Assembleia Municipal, Sr. António dos Santos Lopes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Sr. Eng.º Rafael Costa, eu subscrevo na íntegra a sua posição relativamente ao horário da Assembleia, naturalmente fiz tudo o que pude para que não fosse este o horário, como dizia Camões, “*outros valores se levantaram*”, nomeadamente a festa que Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital está a promover durante o dia de hoje, e também uma situação que não estava prevista, de haver um Congresso de um dos partidos mais representativos nesta Assembleia. Eu não queria ser acusado de boicote da não participação dessas pessoas. Como sabe isto não é fácil, não se faz o que se quer faz-se o que se pode!

Já o ano passado aconteceu o mesmo e arranjou-se esta solução no sentido de tentar agradar a “gregos e a troianos”, sendo certo que hoje, e apesar do horário, temos no público uma assistência das maiores. Infelizmente é costume termos cá muito pouca gente. Portanto quem de facto está interessado na vida do Concelho acaba por vir.

Não vale a pena a gente dizer que é defensor do diálogo e depois estar a deitar gasolina no lume mas foi posta uma questão nesse artigo que já aqui foi citado de que por lei, e nós temos a obrigação de saber isso, a lei não se pode ignorar, que as Assembleias Municipais devem terminar à meia noite e normalmente não terminam. Já prestei a homenagem à anterior Assembleia, que já tinha essa boa prática, portanto as Assembleias em Oliveira do Hospital são feitas de maneira a não prejudicar o erário público e tanto quanto possível, a não prejudicar todos nós, por isso fazemos normalmente ao fim do jantar, mas se entenderem arranjamos uma outra metodologia.

Como o Senhor sabe, na maioria das Assembleias Municipais elas são começadas às duas da tarde e o Município suporta as despesas.

Não queria deixar de responder ao Sr. Deputado Rui Abrantes, não vá ele pensar que era uma questão de sobrançeria minha e que não me merece o respeito bastante. Merece o meu pessoalmente e também me merece o partido que ele representa que neste momento é só o partido que representa Portugal, e portanto aquele que teve a maior expressão eleitoral da parte dos portugueses. Ele sabe bem e todos sabemos aqui que eu não votei mas isso não me dispensa de respeitar, primeiro porque é o Governo de Portugal e segundo porque foi o partido mais votado.

O que eu aqui reagi não foi com nervos, porque eu não me enervo, não sou assim muito de me enervar. Foi aqui dito, e o Senhor acompanhou, o que eu aqui respondi foi ao que tem sido dito de crítica à forma como a Mesa da Assembleia Municipal se comporta no exercício das funções e por isso é que eu lhe disse que estava a intervir ao abrigo da defesa da honra.

Está aqui dito e escrito “*a forma precipitada e atabalhoada como a Mesa da Assembleia Municipal dirigiu os trabalhos*”. Se a Mesa quisesse fazê-lo de forma atabalhoada politicamente correta no estrito interesse partidário há muito tempo que esta discussão tinha acabado. Tinha acabado no dia vinte e sete de abril quando aqui houve uma assinatura. É assim e ponto final parágrafo.

Se reparar no ponto da ordem de trabalhos de hoje está lá a dizer discussão, não está lá votação. Se eu estivesse muito interessado em acabar com a discussão e se andasse de uma forma muito atabalhoada a gerir o problema já lá estava para decidir. Até lhe vou dizer mais, não tenho nenhum pejo que a Assembleia Municipal o saiba, aceitei uma sugestão, que já não

sei se foi sua ou se foi do Sr. João Esteves. Agora a lei vai até 15 de outubro e podemos “empurrar” isto para setembro. Eu até essa sugestão aproveitei e portanto para lhe dizer mais uma vez, que eu não estou disponível, e para lhe dizer mais uma vez que isto é chicana política. Percebeu? Mas é assim com dados. Está aqui dito que “*é de forma atabalhoada*”.

Depois essa história da marcha ou da caravana!

Disse aqui, sabe que eu sou um rapaz cuidadoso, e até tirei a definição de marcha, e eu leio-lhe aqui qual é a definição de marcha “andar a pé, exercício físico, atlético...”, portanto também temos que ser cuidadosos, porque nós também temos aqui a responsabilidade da pedagogia, porque se não e eu pedia desculpa aqui ao Dr. Rodrigues Gonçalves e também peço ao Sr. Dr. Freixinho e à Sr. Dra. Adelaide, pode parecer aquela lápide que estava lá no funeral de um advogado, a viúva pôs-lhe lá, “Aqui jaz o meu marido era advogado e um homem justo” e passou um indivíduo e disse: “Olha a senhora casou duas vezes”. Portanto aqui pode-se ficar com a mesma ideia.

Eu vou dizer-lhe a minha preocupação! Sabe que eu sou uma pessoa de princípios de objetivos e de palavra. O Senhor vá ler a ata da Assembleia que está lá, salvo o erro, nesse mesmo dia 17 de dezembro, está lá a dizer que para essa marcha eu até ia de rastos, e eu comecei-me a preparar porque estava convencido que era a pé, portanto, queria pedir de facto autorização para ir, porque se não o fizesse poderia parecer uma provocação, mas como eu prometi aqui que a essa marcha ia de rastos e eu sou um homem de palavra efetivamente gostava de ir mas era se fosse a pé, com algum sacrifício, porque dar um passeiozinho com o pretexto de ir comer as sardinhas, de facto não estou disposto.

Como o Senhor acabou por ver, porque de facto isto não há muito por onde fugir, tenho aqui dois documentos, que pedia autorização ao Sr. Presidente das Câmara para dar aos líderes partidários, com o que efetivamente se gastou nas Juntas de Freguesia.

Recebemos aqui a informação financeira, mas nem todos nós temos, pelo menos eu não tenho, formação para perceber isto, porque de facto há a preocupação do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de que a política neste Concelho seja transparentíssima, que ninguém tenha dúvidas onde é que o dinheiro se gasta, com os protocolos do Senhores Presidentes.

Ouvi aqui falar em gestão participada. Então o que é isto senão uma gestão participada? Protocolo com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, discussão das obras, o que é isto se não uma gestão participada! Isto foi uma promessa eleitoral, e está a ser feita e com bons resultados porque afinal há unanimidade com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Isto é o dever de uma política séria, mobilizar todos os cidadãos independentemente dos partidos e é com muito prazer e eu fico particularmente satisfeito quando vi os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, e eu sei porque eu provoco as discussões, e o Senhor sabe que eu provoco, e eu sei que isto é uma opinião unânime dos Senhores Presidente da Junta de Freguesia.

Claro que eu não estou à espera, como a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez disse e muito bem, eu não estou à espera que ela quando chegar às eleições venha numa lista do PS, aliás nem é uma grande preocupação minha, naturalmente!

Afinal por estar no PSD não temos trabalhado bem? Tem havido algum problema por causa disso?

Quanto à questão dos comentários no online, só não comenta quem não quer, quem não tem coragem para lá por o nomezinho, porque isto de andar a ofender as pessoas no anonimato é muito bonito! É com coragem, assim como eu digo aqui. Eu estou a acusar mas digo porque é que acuso e cito aqui situações escritas e decisões tomadas. Isto para mim é que me parece que é política com elevação o resto é vender “baba ao quartilho”, com o devido respeito.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“As minhas primeiras palavras são também de congratulação pela forma como foram colocadas aqui as questões pelos senhores Deputados no período Antes da Ordem do Dia, percebendo nós nitidamente que o debate político não faz mal a ninguém, com a crítica política não há problema nenhum.

O problema é aquilo que se apregoa na teoria mas depois na prática faz-se política terrorista.

Esta Comissão Política do PSD ainda não tomou posse mas já dá alguns sinais disso e poderia até contar o que se passou com alguns Presidentes de Junta que estão aqui mas não vou nomeá-los porque não os vou sujeitar a isso. Poderiam alguns dizer algumas coisas sobre as formas como foram abordados e o que lhes falaram sobre o comportamento do Senhor Presidente da Câmara, mas isto não é para aqui chamado por não será um assunto neste momento, realmente relevante para esta discussão.

Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, eu quero-lhe dizer o seguinte: Conheço a Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, eu estava à espera que algumas pessoas pudessem fazer isso aqui, mas não estava à sua espera!

O que a Senhora hoje disse aqui é uma coisa muito mais importante para mim do que aquele elogio. O que a Senhora disse aqui hoje e aquilo que eu reli nas suas palavras foi: O percurso que eu tracei como Presidente do Município e com a minha equipe é que eu estou certo.

Foi isso que a Senhora me disse. Não sou o Messias! Não tenho, mas gostaria de ter solução para todos os problemas que os meus munícipes me apresentam, infelizmente não tenho, mas tenho a certeza até também por aquilo que disse o Dr. Manuel, Presidente da Junta de Freguesia de São Gião e também outros Presidentes de Junta de Freguesia e sem serem da minha bancada percebi nitidamente que tenho tratado as pessoas com um princípio absolutamente fácil, tratando-as como pessoas e como representantes do povo por quem foram eleitas.

Isto não é mais do que uma questão de educação e cultura democrática, isso eu tenho e tenho um grande orgulho por falar e receber todos os Senhores Presidente de Junta.

A sua intervenção deu-me a certeza de que comigo não tem havido filhos e enteados. Tem havido formas diferentes de fazer política, nem sempre temos a mesma visão porque cada Presidente de Junta luta pelas obras da sua Freguesia, e todos eles acham que devem ter mais. Esse é o papel deles o meu papel é de coordenar e perceber onde é que há as maiores

dificuldades, o meu papel é construir um Concelho sobretudo mais coeso em termos de território e não fazermos como alguns Governos têm vindo a fazer ao interior, fazendo um País absolutamente desfasado na sua coesão territorial, ficando o interior absolutamente desprotegido como aconteceu com os Tribunais e como vai acontecer nas Finanças e como vai acontecer numa data de coisas.

Eu olho para as minhas Freguesias como um todo, com os seus interesses, e assumi também aqui desde a primeira hora o compromisso que foi claro como a água eu disse há Freguesias que estão mais distanciadas umas do que as outras e eu darei prioridade àquelas que estão mais atrasadas e eu tenho feito isso.

O que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez aqui disse também outras pessoas o sentem, mas por razões políticas não o dizem e por isso quero agradecer-lhe. Também aquilo que eu vi nas suas palavras é que o caminho que tenho percorrido como Presidente da Câmara está correto e sei que isso perturba algumas pessoas. Quero também agradecer-lhe pela sua coragem.

As pessoas também sabem que eu na política não desisto, não sou homem de desistir, sou homem de combate. Estou habituado a grandes desafios e a não fugir ou recuar perante eles, quanto mais altos os desafios mais motivação eu tenho.

Quando há problemas tenho estado sempre ao lado dos Presidentes de Junta porque também eu passei um problema altamente complexo na minha escola e a polícia judiciária investigou a minha vida toda e sempre tive a minha escola do meu lado, solidária, e foi tudo arquivado porque era uma denúncia anónima.

Qualquer um de nós no desempenho do cargo público estamos sujeitos a isto e qualquer carta anónima, como disse aqui o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, faz com que haja investigações.

Sobre o Arq^o. Manuel Tainha e em relação ao que a Sra. Arq^a. Élia Feiteira falou, quero informar que neste momento há um empresário que comprou a Pousada de Santa Bárbara e há um licenciamento a decorrer. Por isso eu acredito que a Pousada de Santa Bárbara, certamente com outra denominação, vai ser uma realidade, até porque muitas vezes em reuniões que decorrem em Lisboa às vezes nos “corredores do poder”, encontram-se pessoas e quando eu digo que sou Oliveira do Hospital várias pessoas me falam muito na Pousada de Santa Bárbara, pessoas que passaram por cá e Oliveira do Hospital para eles é uma referência em termos da Pousada.

Sobre a reabilitação urbana e sobre o Jéssica nós estamos neste momento a trabalhar um projeto com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, temos também um projeto para o Centro Histórico aqui de Oliveira do Hospital.

Fizemos agora à muito pouco tempo uma coisa que eu acho que é muito importante, fizemos umas empreitadas num projeto onde se remodelaram onze casas de pessoas com mais de sessenta e cinco anos e com poucos recursos económicos

Isto foi um pequeno papel de estímulo à economia e também para ajudar estas pessoas mais carenciadas a Câmara Municipal paga uma parte e este programa paga outra. Estas onze intervenções tiveram um custo de quarenta e três mil euros e a intervenção mais significativa custou oito mil euros e a mais barata foi de mil e oitocentos euros.

A Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sra. Dra. Sónia, falou aqui sobre a intervenção em Aldeia das Dez, houve realmente ali uma divergência por causa de uns cabos que também na minha opinião deveriam ter ficado enterrados. O projeto inicial não o previa e depois a própria EDP colocou algumas dificuldades e acabou por se tentar minimizar o aspeto.

Mas o que mais me preocupa neste momento em Aldeia das Dez, e é uma preocupação que me acompanha sempre, é o problema do saneamento e o problema da construção de uma nova ETAR, devido aos projetos do QREN estarem parados, mas já falarei mais à frente sobre isso.

Uma das prioridades que eu tenho para Aldeia das Dez, Reta da Salinha e Lajeosa é nesta área do saneamento.

O Presidente da Assembleia, Sr. António Lopes, diz que isto está tudo resolvido, mas não está, ainda faltam resolver muitas coisas e dou como exemplo uma obra que para mim é absolutamente prioritária que é na Quinta das Tapadas, pertence à Junta de Freguesia de Bobadela, e ainda não têm água ao domicílio.

Estamos à espera do visto do Tribunal de Contas da obra da Moita/Formarigo/Carvalha, também será uma obra feita com financiamento ou sem financiamento mas depois também abordarei este assunto porque tenho aqui umas coisas sobre os financiamentos para dizer.

Fizemos também um projeto para a reta da Salinha que é importante. É um projeto com as Águas do Zêzere e Coa, temos feito um conjunto de reuniões para tentarmos encontrar soluções.

Esta área do saneamento já está melhor do que quando eu entrei, sem dúvida nenhuma que temos avançado mas ainda há muito para fazer, como em Travanca de Lagos e Lagos da Beira e eu tenho o compromisso político porque isto prende-se com compromissos políticos em relação a algumas situações.

Também o que está subjacente é o dinheiro, mas temos vindo também numa relação de transparência com os Srs. Presidentes de Junta a trabalhar em conjunto e cada um também sabe qual é o compromisso que eu tenho com eles.

A Sra. Diretora do POVT, na semana passada, perguntou-me como é que estava a obra da Moita/Formarigo/Carvalha, porque ela tinha-me prometido o financiamento e tinha-me prometido também o financiamento para a remodelação da rede de Vila Franca da Beira e também para a Quinta da Tapada e para Travanca de Lagos. E o Governo decretou, como vocês sabem limpar os Quadros Comunitários - e sobre o Centro Escolar de Nogueira do Cravo já vamos aqui esclarecer algumas coisas.

A Sra. Diretora telefonou-me, e eu informei que a obra já tinha sido adjudicada e estava em andamento e ela não me disse para o que era.

Eu percebi mais tarde porque fui convocado para uma reunião de urgência com os Presidentes de Câmara da nossa CIMPIN e com o Sr. Presidente da CCDR para tentarem tirar o dinheiro aos projetos que não estavam executados e projetos que estão na fase de início porque precisam de arranjar cento e cinquenta milhões de euros e aqui é que a “porca começa a torcer o rabo”.

Isto é muito desagradável!

Não é para Oliveira do Hospital por uma razão porque Oliveira do Hospital percebeu os tempos e percebeu os sinais e por isso Oliveira do Hospital não perdeu um tostão, como foi demonstrada aqui nas contas do ano passado.

O ano passado foi um ano sem igual para Oliveira do Hospital. Entraram no concelho de Oliveira do Hospital oito milhões de euros de comparticipação financeira. Isto dá trabalho meus caros amigos!

Algum trabalho já vinha de trás, reconheço e não há problema nenhum de reconhecer, mas houve um trabalho muito grande em determinadas áreas.

O que aconteceu é que a Oliveira do Hospital, não lhe tiraram “um tostão”, tinha havido uns sinais – que foram percebidos - e Oliveira do Hospital executou todas as suas verbas que tinha no Quadro Comunitário. Essa visão foi mérito nosso porque alguns Municípios perderam bastantes verbas e não tiveram obra nem vão ter obras.

O Governo tem um discurso declaradamente contra o investimento. No dia 3 de junho em Miranda do Corvo o Senhor Secretário de Estado da Reforma Administrativa, Paulo Júlio, que estava na cerimónia de entrega dos prémios do Concurso Intermunicipal de Ideias de Negócio promovido pela CIMPIN, e até ganhou uma escola de Oliveira do Hospital, afirmou isto: “*meus caros amigos tenham paciência mas terminou o ciclo das obras públicas*”, isto foram palavras dele, mas também têm sido as palavras do Ministério, têm sido as palavras do Ministro, “*as obras das estradas acabaram*”.

Se há alguém que tem culpa do Centro Escolar de Nogueira do Cravo não estar neste momento concluído e a ser inaugurado é o Governo.

Ainda nesta última reunião da CIMPIN e os Presidentes da Câmara que estavam comigo ouviram o que eu disse: O Governo congelou o Quadro Comunitário de Apoio e ao congelar o Quadro Comunitário não deixa fazer a reprogramação do projetos.

Mas afinal, porque é que o Tribunal de Contas ainda não nos deu o visto para o Centro Escolar de Nogueira do Cravo?

Enviámos o processo do Centro Escolar de Nogueira do Cravo para visto do Tribunal de Contas, entretanto o Tribunal de Contas pediu-nos quinze justificações. Nós enviámos as quinze justificações e ainda mais uma declaração da CCDR a dizer que não poderíamos fazer a reprogramação temporal em termos dos pagamentos por uma razão porque não sabíamos quando é que a obra iria reiniciar e eles não nos davam o visto.

Eles mandaram-nos um ofício a dizer que catorze problemas estavam resolvidos com base nas explicações que os serviços técnicos prestaram, e disseram: Nós só aprovamos quando vocês tiverem a reprogramação financeira da obra em termos de Quadro Comunitário.

Há um problema! E qual é o problema? A reprogramação é temporal, não é com o dinheiro. O dinheiro está, são quinhentos e tal mil euros que estão à espera de Oliveira do Hospital, mas a reprogramação temporal, não há porque o Quadro Comunitário tem estado fechado.

As pessoas da CCDR têm tido a melhor das vontades. Eu até tinha convidado o Senhor Presidente da República para o inaugurar o Centro Escolar no dia 7 de Outubro.

Por isso quero dizer que o Centro Escolar de Nogueira do Cravo está como está devido a uma medida deste Governo que tem o Quadro Comunitário de Apoio congelado e por isso que está tudo parado.

Eu percebo porque é que ele esteve parado! Foi para uma coisa que se chama “rapar” e “limpar” estes dinheiros às Câmaras Municipais.

Houve Câmaras Municipais que ficaram muito prejudicadas neste processo.

Mas o que é mais estranho e até acho piada é que ouvi algumas declarações de pessoas responsáveis no Concelho que dizem que o dinheiro do Centro Escolar de Nogueira do Cravo é inútil e que as piscinas do Seixo da Beira são dinheiros mal gastos.

Vi ainda há pouco tempo essas declarações! Eu continuo a achar que é uma questão de perspetiva!

O Centro Escolar de Nogueira do Cravo é uma obra que se vai fazer logo que este problema esteja resolvido. Eu inclusive até já mandei avançar os trabalhos independentemente do visto.

A única coisa que eu não posso fazer é pagar faturas enquanto não vier o visto do Tribunal de Contas e poderei ter uma penalização de cinco por cento no Quadro Comunitário de Apoio.

Eu já mandei avançar a obra independentemente disso. Agora espero que o Governo colabore porque não é só Oliveira do Hospital que está nesta fila. Há muita gente.

Também nessa reunião me perguntaram: O Centro Escolar de Nogueira já está a meio ou está no princípio?

Eu respondi-lhes que já passámos mais de meio. Isto porque nós temos lá aquela verba para Oliveira do Hospital que é à volta de setecentos mil euros que tenho do Quadro Comunitário.

É que se eu não o tivesse lançado garanto-vos que esta verba também tinha ido embora.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, sobre a ETAR e sobre os proprietários dos terrenos eu estou disponível para reunir com os proprietários e tratar dessas coisas.

Sobre aquele problema que se passou eu não me quero manifestar mas em defesa do meu Vereador e Vice-Presidente acho que as coisas foram mal interpretadas por uma razão. Na discussão política fazem-se algumas considerações e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meruge também sabe que nós há pouco tempo tínhamos acabado de retirar os vinte e cinco mil euros porque estavam em atraso e derivado à Lei dos Compromissos e depois o Senhor Vereador Paulo Rocha fará uma intervenção sobre isso.

Eu disse-lhe vou anular a deliberação porque eu não posso manter esta situação, porque senão a Câmara vai ser penalizada mas fica aqui o compromisso que estes vinte e cinco mil euros que foram anulados por decisão da Câmara, voltarão a ser entregues à mesma Associação quando houver um projeto que seja para o futebol, por isso a Freguesia de Meruge não perdeu nada.

Também é verdade que em termos de investimentos, nós hoje temos obrigação de os repensar e nisso também estamos todos de acordo.

Ainda à pouco tempo no âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento Social, lhe atribuímos dez mil euros por percebermos o trabalho que faz a Associação de Desenvolvimento do Vale do Cobral e para fazer homenagem ao trabalho excelente que tem feito aquela equipa.

Sobre a área social eu quero dizer que este ano a Câmara já atribuiu, e isto são verbas importantes, nós podemos ser uma câmara de subsídios e assumimos, querem ver alguns subsídios?

Querem ver para onde é que vão os subsídios e uma grande parte: Centro de Desenvolvimento Social de Penalva de Alva, cento e cinquenta mil euros, está aí o Senhor Presidente que o pode confirmar, e como nós achamos que aquela obra é relevante é uma grande obra e tanto eu como com certeza o Dr. Madeira Dias e todo o meu Executivo, teremos um grande orgulho no dia em que fizermos a inauguração porque é mais um serviço para aquela comunidade e é um serviço de qualidade e realmente todos têm feito um grande esforço, também esta direção que gostava de reconhecer aqui;

Obra D. Josefina da Fonseca, cinquenta mil euros; Mas fizemos mais na obra D. Josefina da Fonseca, não tínhamos interesse nenhum porque havia um direito de superfície do Campo de Futebol e nós comprámos o direito de superfície também para ajudar a Obra D. Josefina da Fonseca e foi mais setenta e sete mil euros;

ARCIAL, neste momento faz algumas habitações, residências autónomas, cinquenta mil euros;

Centro Social e Paroquial de Santa Ovaia, cinquenta mil euros;

CERCAV, dez mil euros e agora mais dez mil para a Associação de Alvôco.

Só isto em termos redondos, porque há muito mais dinheiro que foi gasto nesta área são quatrocentos mil euros que estão aqui nesta área.

Eu pergunto: Dar subsídios a estas Instituições que prestam um serviço extraordinário, é dinheiro bem investido ou é dinheiro mal investido?

A resposta é vossa não poder ser minha. Porque a minha toda a gente sabe qual é!

Quanto às transferências das verbas para as Juntas de Freguesia tenho a dizer que os protocolos têm que ser melhorados e tem havido um processo de franca melhoria em relação aos protocolos.

Na próxima Assembleia Municipal vou trazer uns protocolos diferentes, porque temos andado a estudar a lei e vamos adapta-los a um novo documento.

Mas não é para deixarmos este modelo da independência dos Senhores Presidentes de Junta em relação ao Executivo em Permanência. Este vai ser o caminho a seguir porque assim é-lhes permitido fazer pequenas obras.

Mas mesmo com este modelo o Gabinete de Apoio às Freguesias tem vindo a fazer uma melhoria e uma discussão com todos os Presidentes de Junta que tem dado bons resultados.

Todos nós começamos por aprender, ninguém é perfeito. Houve alguns casos de maior sucesso e outros com menos.

Houve três Juntas de Freguesia que por razões diferentes não gastaram o dinheiro todo, todas elas apresentaram razões, havia um relatório a justificar porque é que as Juntas não gastaram o dinheiro. Levei o assunto para reunião de Câmara e com os Senhores Vereadores, depois de discutirmos votámos por unanimidade e decidimos que as Juntas podem ficar com o dinheiro e gastam-no para o ano mas têm que também fazer provas que o gastam para o ano. E não lhe retirámos no subsídio atribuído. Acho que foi um princípio razoável que foi apoiado por unanimidade.

Este é o caminho e dificilmente alguém que venha para este lugar poderá voltar a trás.

Todos nós temos que perceber o que é o essencial para o desenvolvimento, para que este dinheiro público seja bem investido nas suas Freguesias com liberdade e autonomia e não tenho dúvida que os Senhores Presidentes de Junta o sabem reproduzir.

Quanto ao Edifício da Junta Autónoma das Estradas, que o Sr. Engº. José Vasco aqui falou, quero dizer-lhe que vou desenvolver alguns contactos com as Estradas de Portugal para perceber a quem é que aquilo pertence.

Sobre o rio Alva está a haver alguns contactos, mas como eu lhe digo a ARH é melhor a levar-nos nos impostos na água que nós pagamos porque pagamos uma taxa e levam-nos o dinheiro todo e não vejo esse dinheiro a ser investido aqui no Concelho vejo-o a ser investido em Aveiro e para zonas mais do Litoral.

Tenho que dar aqui uma justificação: o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira levantou aqui um problema e eu acho que para o ano tenho que trabalhar aqui um modelo diferente. É o problema das bermas das estradas. As coisas não correram bem porque houve uma avaria nos tratores e houve uma fase que nem tínhamos motoristas. Temos que melhorar isto.

Sobre o IC6 é assim: Nós temos que perceber algumas coisas e eu só desafiava o PSD a fazer uma coisa que é extremamente simples, que nesta próxima fase e neste mandato que tem o Governo que faça tantos quilómetros como fez o Governo Socialista porque nós ficaremos contentes se eles o fizerem.

Há aí uma falsa questão, ninguém pode lançar uma obra deste género sem o estudo de impacto ambiental. Se o governo se agarrar agora à obra, não a lançará daqui a menos de dois anos. O estudo de impacto ambiental foi publicado em 2 de agosto de 2010.

Estou preocupado, e alertei este governo, e estou para ver. É que este estudo de impacto ambiental tem um problema. E sabem qual é? Eu já alertei para se pedir a prorrogação do prazo, sabem quando é que acaba? E tem que se começar o processo todo do início. É no dia 2 de Agosto de 2012. Este é que é o problema! Se deixarem caducar este estudo de impacto ambiental e ele não for renovado, meus caros amigos, o processo do IC, não vai demorar nem dois nem três nem quatro vai demorar seis, sete ou oito anos se houver dinheiro e condições para isso.

Todos sabemos que eu não sou homem de braços caídos, eu estou habituado a lutar pelas coisas e não tenho sido eu sozinho, também o Senhor Presidente da Câmara de Seia e o Senhor Presidente da Câmara de Gouveia, porque o IC interessa a todos. Ainda há pouco tempo tivemos uma reunião com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas e dos Transportes, e o Senhor Secretário de Estado diz que não há condições financeiras para agora lançar o IC6, e alertei-o para o problema do estudo de impacto ambiental, e ele disse-me, para mim e para os outros Presidentes de Câmara que realmente havia uma possibilidade que era ir buscar o dinheiro ao Quadro Comunitário de Apoio para fazer estas obras. O problema é que o Governo acaba de limpar o Quadro Comunitário de Apoio porque a *TROICA* tinha dado ordens para fazer um reajustamento ao *deficit* com estes dinheiros, mas ninguém o assume o que se diz é que este dinheiro é para as empresas, para pagar subsídios de desemprego e para fazer investimento.

Eu aconselhava aqui uma coisa, Oliveira do Hospital não precisa de Messias! Quem precisava de um Messias era Portugal, e se resolvesse-mos este problema indo a Fátima, eu também ia.

Por isso peço-vos, digam-me quem é esse Messias de quem falam para eu entregar ao Governo para ver se nos ajuda a sair desta crise.

Oliveira do Hospital não está ao nível do País, porque está melhor do que o resto do País em termos comparativos.

Ao Dr. Rodrigues Gonçalves quero dizer que no domingo lá estarei.

Na quarta-feira foi apresentada a Associação Movimento Vida, estiveram as televisões todas derivado ao protagonismo não do Presidente da Câmara mas de um jogador que é internacional, e que um dia destes iremos distinguir porque é uma homenagem que é justa.

Este ano a EXPOH vai ter uma ligação ao “Movimento Vida” e também uma ligação ao Instituto do Sangue e a vários organismos por isso será uma EXPOH muito solidária e com certeza que irá trazer muita gente de toda a nossa região e isso para nós é importante.

Sobre a animação nas praias fluviais quero dizer o seguinte: Há coisas que eu não percebo, o modelo das praias fluviais estava um bocado gasto, na forma como ele estava organizado com a Rádio Boa Nova.

Falámos com os Presidentes de Junta de Freguesia, fizemos um modelo diferente. Mas eu às vezes não percebo, Sr. Rui Abrantes, os Senhores às vezes dizem que nós fazemos muitas festas e depois vêm dizer que não há animação nas praias fluviais? Então a animação nas praias fluviais não são festas? Mas olhe, nós sabemos organizar festas e bem! E temos orgulho, ainda agora se viu nas marchas. Mas outros quando as organizavam eram umas festarolas!

Sobre a energia também lhe quero dizer que não recebo lições. Estamos a trabalhar nessa área, neste momento há um concurso que foi ganho por uma empresa, e vamos fazer em termos experimentais uma primeira parte para depois vermos se vamos avançar.

Sr. Eng.º Rafael Costa, só um esclarecimento que também é importante para todos os deputados: Se alguns pensam que não vamos fazer a Requalificação do Mercado e da Central de Camionagem, estão enganados porque o processo neste momento corre e penso que já concorreram cerca de quarenta empresas, por isso fiquem descansados. Alguns chamam-lhe obra eleitoralista, pode ser que seja! Eu pensei que não, pensei que era dignificar aquele espaço.

Mas vamos fazer mais!

Vamos fazer também a Requalificação da Av. Dr. Carlos Campos. Se ela calha num ano de eleições, a mim também não me preocupa. O importante é fazer-se. Por isso quero dizer-lhe que a Central de Camionagem e a Requalificação do Mercado, está neste momento em concurso público, já concorreram quarenta e tal empresas. O que é assustador! Até pelo número de empresas!

Eu gostava que quem ganhasse fosse uma empresa de Oliveira do Hospital, e ninguém me pode levar a mal por isso, mas neste momento não há dúvidas nenhuma que o vamos fazer.

Há uma coisa que eu já tenho a certeza e que há algum tempo atrás não tinha, é que aquela obra, eu andava com a esperança que conseguíssemos ir ao Quadro Comunitário buscar

algum dinheiro, mas hoje não tenho. E hoje tenho que fazer outro exercício mental. O Município tem condições financeiras para fazer a obra, eu já disse isto ao Sr. Vereador José Carlos na reunião de Câmara.

Vamos lançar a Requalificação da Av. Dr. Carlos Campos, num projeto um pouco diferente daquele que estava em nossa mente. Eu sou uma pessoa que gosto de ouvir, gosto de falar com as pessoas e não tenho a mania que sei tudo! Há aí muitos que têm a mania que sabem tudo. Mas eu não! Eu não sei nada!

Depois de falar e ouvir outras pessoas, tomámos a decisão de não mexer no Parque do Mandanelho, e isso obrigou-nos a uma alteração do Projeto.

Há quem diga que isto é uma derrota! O Senhor Presidente da Câmara propôs uma coisa e agora vai alterar!

Mas eu comecei a falar com as pessoas, fomos ao terreno e eu sozinho não quero ter a razão do mundo.

As minhas decisões gosto que tenham bom senso. Ouvi os Senhores Vereadores, ouvi os Senhores Engenheiros, falámos com diversas pessoas, com a GNR, com os Bombeiros e fizemos um acerto. Temos ainda um problema, na Requalificação da Av. Dr. Carlos Campos, com os terrenos que ficam por detrás do Cemitério. Aquele problema tem que ser resolvido em duas fases. Para já fazemos toda a zona central e a parte de trás tem que ser numa segunda fase, até desbloquearmos o problema daqueles terrenos.

Também gostava de falar nesta frase, para que as pessoas também tenham consciência. Manuela Ferreira Leite disse: “Não há dinheiro para apostar nas obras públicas de proximidade”.

Perceba-se o seguinte: Hoje é preciso repensar as estratégias para aplicação dos dinheiros públicos e o Município de Oliveira do Hospital, não tem as mesmas condições financeiras, mas sobre isso falaremos depois.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Vereador, José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“O Senhor Presidente da Câmara de alguma forma já respondeu no essencial ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, mas ainda assim, porque ele se dirigiu ao Senhor José Francisco Rolo, que sou eu, pedi autorização ao Senhor Presidente da Câmara para responder e de alguma forma esta resposta é um esclarecimento.

Queria dizer isto com toda a franqueza e com toda a amizade ao Senhor Presidente da Junta de freguesia de Meruge, que é uma pessoa que conheço há vários anos e que muito prezo.

A questão que levantou, são polémicas que resultam da discussão política intensa. Por vezes acontece! Não é que eu queira essas discussões políticas, mas como também não sou uma pessoa de medos nem de me calar por vezes acontece essa discussão política intensa.

Depois o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, fez uma série de extrapolações sobre as declarações que eu fiz.

Era só para lhe dizer com toda a franqueza que as considerações que fez sobre projetos, licenciamentos, boa aplicação de dinheiros, denúncias para o Ministério Público, com certeza, que não se devia estar a referir à minha pessoa, porque, como sabe, eu não jogo

nesse tipo de tabuleiros e não é a minha forma de estar na vida pública nem na vida política, não faz parte da minha formação, nem faz parte da forma como eu trabalho.

O Sr. Aníbal sabe como é que eu trabalho, e pode testemunhar com factos. Sabe como é que eu trabalhei em diálogo com a Junta de Freguesia de Meruge, com a Associação de Jovens da Freguesia de Meruge, com a Associação de Desenvolvimento Sociocultural do Vale do Cobral. Durante onze anos, muito bem aplicados da minha atividade profissional em parceria com todas estas instituições, com todos vós à mesa ter ajudado a pôr de pé projetos como o Forno Comunitário de Meruge, promovido pela Associação de Jovens da Freguesia de Meruge, a reabilitação da Laje Grande promovido pela Junta de Freguesia de Meruge, a reabilitação do Terreiro do Santo, promovido pela Junta de Freguesia de Meruge, a reabilitação da Casa do Ti Aníbal para espaço museológico promovido pela Associação de Desenvolvimento Sociocultural do Vale do Cobral, a reabilitação da mesma Casa do Ti Aníbal, rés do chão, para espaço público de internet promovido pela Associação de Jovens da Freguesia de Meruge, a criação de uma unidade de produção de compotas e enchidos, promovido pela Associação de Desenvolvimento Sociocultural do Vale do Cobral, e uma coisa que muito me orgulha porque estive na génese desse evento com o João Abreu, com o José João, que nós bem conhecemos, com o Aníbal e com outras pessoas, que foi o lançamento da primeira Feira do Porco e do Enchido, feita através do LíderII.

Obviamente tenho estado com a pasta responsável pelo CLDS-Contrato Local de Desenvolvimento Social, projeto aprovado em 2009 pela Segurança Social para o concelho de Oliveira do Hospital, tem quatrocentos e noventa e cinco mil euros de investimento para além do apoio técnico e logístico como o Senhor Presidente referiu.

Esta é a minha forma de estar esta é a minha forma de trabalhar. Tenho pena de não se ter concretizado um projeto onde tu estiveste numa visita ao terreno, foi a reabilitação do Moinho e da zona ribeirinha junto à ponte do Cobral, como sabes, o terreno e o moinho eram de duas irmãs e infelizmente não se conseguiu regularizar a situação da propriedade porque as Senhoras não queriam dar aquilo para espaço público, mas estive lá eu e o meu colega Miguel Ventura e fizemos tudo para esse projeto ser uma realidade. Só para demonstrar, e isto são factos, são indesmentíveis.

Eu sei que o meu amigo Aníbal não quis dizer que eu estava contra Meruge mas para que não restem dúvidas eu tenho um contributo pequenino com o meu esforço e dedicação para que Meruge esteja melhor do que quando iniciámos estes projetos todos há doze anos atrás. Obrigado pela pergunta que me fizeste e obrigado ao Senhor Presidente por me ter permitido dar este esclarecimento.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“O Senhor Presidente sabe perfeitamente que eu quando me referi aos processos em tribunal eu não me estava a referir a ele, e ele sabe que eu não me estava a referir a ele, toda a gente sabe a quem é que eu me refiro. Esse processo teve origem porque a Câmara da altura atribuiu seis mil duzentos e cinquenta euros à Associação dos Amigos de Meruge para fazer os muros e o passeio e como essa verba era tão pequenina, a direção comprou os materiais e

com a mão de obras das pessoas foi fazer a obra só que o vizinho que tinha uns buracos no muro no dia seguinte abriu as torneiras e a maior parte da obra caiu.

Entretanto houve uma ameaça de que ia levantar um processo em tribunal e queria a reposição dos buracos abertos novamente, mas a queixa crime depois não foi com base nisso, porque ele sabia que não tinha a mínima hipótese e então a queixa foi com base de que estavam a fazer as obras sem projetos e sem licenças e portanto sabem quem foi, toda a gente sabe quem foi. Uma das causas que esse advogado mandou para lá dizia assim: enviar um pedido de desculpas pelos danos cometidos em carta registada com aviso de receção endereçada ao lesado acima identificado, repor as aberturas existentes no muro de forma a que as águas corram como sempre correram por essas aberturas e pelo trajeto sempre existente e repor o muro tal como se encontrava antes da vossa intervenção. Dá-se a possibilidade única de por via de V. Exas. para que resolvam este assunto de forma extra judicial no prazo referido. Caso não pedissem desculpas aquilo seguia para tribunal.

Mas nunca seguiu para tribunal, este assunto nunca seguiu para tribunal, não sei porquê? Seguiram foi outras informações. Isto é só para dizer que é verdade que eles têm colaborado bastante e até houve aquela onda toda aí, que é tudo para Meruge, mas foi como prova aqui o Dr. Francisco Rolo, com muito trabalho e candidaturas.

Na altura havia a possibilidade de fazer candidaturas, havia dinheiro e não havia candidaturas, hoje há candidaturas e não há dinheiro, é precisamente o contrário. Tal como o polidesportivo foi feito, com uma candidatura à CCDRC, que foi aprovada em seis mil contos na altura. Depois nós queremos trabalhar e depois deparamo-nos com este problema. Seis mil contos numa obra que fica em vinte mil contos!

Depois era a CCDD a dizer que ou acabávamos a obra ou devolvíamos o dinheiro que já tínhamos recebido, que era metade, e não tínhamos dinheiro para acabar a obra, aquilo foram uma série de problemas, apesar de haver outros, o caso do Instituto Nacional do Desporto, que nos prometeu cara a cara, o Sr. Fausto Carvalho, que nunca me vou esquecer dessa pessoa. Mil contos e até hoje não os recebi, mas pronto são as contingências!

Mas ainda para lembrar, aproveito para dizer que mesmo assim e apesar de se ter feito muito ainda falta fazer muita coisa. Ainda no outro dia, a Senhora Vereadora é prova disso, eu quis convidar um grupo de teatro para ir a Meruge e Nogueirinha apresentar uma peça e recusou logo e foi à frente dela porque as casas, nem a Associação da Nossa Senhora do Rosário nem a Associação dos Amigos de Meruge têm condições para passar uma peça de teatro, portanto ainda há muito para fazer.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para o seguinte esclarecimento:

“Ficou uma resposta que eu acho que é importante, porque foi um assunto que o Engº Rafael Costa trouxe, e eu acho que era importante e por isso quero dizer o seguinte: Nós para o ano vamos fazer um orçamento participativo jovem, já tínhamos decidido para começar a motivar as pessoas, isto é uma decisão que já vem de trás e que nós estamos a trabalhar, mas de qualquer maneira agradeço-lhe como lhe disse, mas já tínhamos esta decisão.”

Entrou-se, depois, no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, tendo sido pedida a palavra pelo Sr. João José Pereira Esteves, para fazer a seguinte intervenção:

“É minha obrigação vir aqui falar sobre este ponto I, já que normalmente o tenho feito em todas as reuniões da Assembleia Municipal, e na última reunião levantei aqui um problema sobre a dívida a fornecedores, a dívida a curto prazo, por estar um pouco elevada.

Hoje queria realçar que a dívida a curto prazo da Câmara Municipal se cifra, em 31 de maio de 2012, em duzentos e um mil cento e setenta e três euros e quarenta e um cêntimos, distribuída a fornecedores no valor de quarenta e sete mil e cinquenta e oito euros e vinte e seis cêntimos, conforme documentação recebida, e também nas empreitadas no valor de cento e cinquenta e quatro mil cento e quinze euros e quinze cêntimos.

Eu quero felicitar o Executivo, porque não é só criticar, quero felicitar o Executivo pelo bom desempenho relativamente à dívida a curto prazo e realçar a boa situação financeira do Município que eu considero excelente.

Por outro lado queria que me elucidassem acerca das disponibilidades ou seja acerca dos bancos, aparece aqui um valor, e tem vindo a aparecer sempre um valor elevado e desta vez aparece aqui um valor de dois milhões trezentos e sessenta e nove mil duzentos e trinta e três euros e noventa e cinco cêntimos, e por isso quero perguntar ao Executivo sobre este valor. Qual o montante que existe a prazo e em que instituição bancária se encontra e qual a taxa de juro contratada e a que período se encontra o depósito feito?”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra para o seguinte esclarecimento:

“Quero agradecer as palavras elogiosas que o Deputado João Esteves disse aqui, sobre a situação financeira da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

Gostava também de demonstrar aqui algumas coisas: Alguns dizem que herdámos uma situação financeira boa. Eu diria que boa, era se não houvesse dívida, se nós chegássemos aqui e não tivéssemos nenhuma dívida, e é bom ainda lembrar, que esta gestão tem uma diferença em relação ao passado porque nunca em tempo algum foi tão difícil governar a Câmara como hoje, por razões extremamente simples, que todos nós sabemos. E as razões são a redução das receitas, as transferências do FEF diminuíram, como aqui já foi falado.

Por isso quero dizer aqui declaradamente, eu e a minha equipa e o Vereador Paulo Rocha que me faz o assessoramento na parte financeira, nunca ninguém teve estas condições tão adversas, e isto na minha opinião é relevante para percebermos que temos feito uma grande gestão, e que a alguns parece que não acreditam e eu também já disse isto, mas quero reforçar, eu tenho um grande orgulho na equipa que lidero.

Gosto de liderar em diálogo e gosto de liderar com participação e sem dúvida nenhuma que todos os meus vereadores têm feito um grande trabalho e o Vereador Paulo Rocha também me está a fazer um bom trabalho e que poupa centenas de milhares de euros. Alguns pensaram que a vinda do Vereador Paulo Rocha era somente por uma questão política de maioria. Não foi. Aquilo que eu vi foram os interesses do Concelho, e percebendo que tinha menos dinheiro, como nenhum Presidente teve até hoje. Até hoje ninguém teve estas

condições financeiras. Era preciso fazer um trabalho de corte financeiro em diversas áreas para poder continuar a apoiar como por exemplo as Juntas de Freguesia.

Na minha vida pessoal sempre tive esse rigor financeiro, e aqui na Câmara também o quero ter. Aquilo que prometo aos Presidente da Junta de Freguesia e aos meus munícipes é para cumprirmos.

Nos últimos tempos temos tido grande diminuição das verbas que são transferidas para o Município, começámos a pagar o empréstimo dos cinco milhões de euros, começámos a fazer as amortizações, e já amortizámos seiscentos e cinquenta mil euros.

Depois tivemos algumas obras, a estrada do Moinho do Buraco que não teve comparticipação financeira nenhuma. Só a obra do Moinho do Buraco custou mais ou menos oitocentos e quinze mil euros. Mas fizemos mais. Houve uma obra que nós pagámos da Junta de Freguesia de Lourosa, está aí o Sr. Presidente da Junta de Freguesia que sabe, que foi uma empresa que faliu, e que era a obra de água e saneamento do Casal de Abade / Pinheirinho que custou, sem ter financiamento, mais cento e tal mil euros, mais a comparticipação que tivemos na estrada de Aldeia das Dez, mais a comparticipação na Biblioteca.

Mas há aqui uma coisa em que eu tenho orgulho. Meus caros amigos, nós somos dos únicos, dos cinquenta municípios que não vão agora aquele empréstimos do mil milhões. Somos um dos cinquenta municípios que não vamos lá porque não precisamos. Sabem porque é que eu tenho esse orgulho? É que os Municípios que vão lá, vão ser obrigados a aplicar os impostos como a derrama e Oliveira do Hospital não tem derrama e taxa de IMI máxima, água indexada ao valor máximo. Sabem o que é que isso ia fazer? Ia fazer com que os meus Municípios pagassem mais impostos.

Temos uma situação financeira absolutamente controlada que também estava controlada quando eu lhe peguei, mas eu digo que situação financeira boa era se não tivéssemos dívida.

Mas se não tivéssemos dívida não tínhamos obra. Contudo, não fomos dos que enveredaram por um caminho suicida. E esta é uma grande diferença também na nossa gestão mesmo que isso custe muito ver.

Porque gosto que os elementos da minha equipa participem, o Vereador Paulo Rocha, vai dar aqui uma perspetiva sobre a situação financeira da Câmara para vos esclarecer.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Senhor Vereador Paulo Rocha, que fez a seguinte intervenção:

“Da análise dos mapas agora distribuídos poderemos salientar que o volume da dívida cresceu de 2010 para 2011, decrescendo para 2012, com referencia sempre a 31 de maio.

O acréscimo verificado de 2010 para 2011 prende-se essencialmente com a utilização do restante do empréstimo até cinco milhões de euros contratados pelo Executivo anterior.

Em termos de dívida no ano de 2012, regista-se um claro decréscimo a partir de 30 de março do corrente ano.

Em termos de Execução Orçamental com referencia a 31 de maio comparando 2010, 2011 e 2012 verifica-se em termos percentuais, no corrente ano a maior execução em termos de receitas e de despesas.

Em termos absolutos verifica-se uma quebra de receitas de 2011 para 2012 no valor de 450.873.70€ e na despesa uma quebra de 98.718.46€ o que significa que se reduziu a dívida e também a receita, não se tendo reduzido a despesa no mesmo montante devido à utilização de saldo transitado.

Numa terceira folha observamos a execução das GOP-Grandes Opções do Plano que a esta data, e estamos a falar sempre ao final do mês de maio, porque temos que usar períodos iguais para fazer comparação, temos o maior valor absoluto realizado das GOP e o maior valor percentual realizado das GOP. Portanto aqui não tem só a ver com a redução que existiu no valor absoluto das GOP e que proporcionaria um aumento nas taxas de execução tem a ver com valores absolutos e neste caso regista-se a maior execução neste período de janeiro a maio.

Em relação ao ponto de situação à data de hoje, e refiro, à data de hoje, porque ela está a ser comparada com 30 de junho do ano passado.

É à data de hoje porque a contabilidade na segunda-feira ainda irá fazer lançamentos, com a data de hoje, que vão influenciar obviamente alguma alteração.

No entanto, como o Sr. Presidente da Câmara disse e bem a situação neste momento está absolutamente controlada ao nível da despesa, contrariamente àquilo que é habitual nós ouvirmos no País.

Não venho aqui justificar que algo extraordinário fez disparar a despesa. A despesa corrente reduziu em comparação com o período homólogo do ano passado em quatrocentos e oitenta e cinco mil euros.

Portanto não houve aqui nenhum fator que tenha contribuído extraordinariamente para ela disparar, aqui ela reduziu e aumentámos a despesa de capital, o que é positivo. Obviamente, na soma das duas, houve uma redução da despesa porque como também já foi explicado, a receita também diminuiu, e portanto não se podem fazer omeletes sem ovos.

Em relação à receita e aí sim é o nosso principal problema temos uma variação neste momento, à data de hoje, de menos um milhão e meio de euros comparativamente ao mesmo período do ano passado e de facto tem que haver um controlo muito elevado da despesa para conseguir reagir a este comportamento da receita. Os maiores desvios são notórios e tem a ver com a situação económica do País e obviamente do Concelho.

Temos uma variação negativa de IMT no mesmo período portanto Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, antiga Sisa, que tem a ver com a dinâmica da atividade económica de cento e trinta e três mil euros, recebido neste período.

Temos uma variação negativa do FEF, logo transferências do orçamento de Estado, FEF corrente e FEF de capital de cento e setenta e seis mil euros.

Temos uma variação negativa de Fundos Comunitários que tem a ver com aquilo que o Sr. Presidente da Câmara, também já disse, a maior execução do ano passado e a suspensão do QREN a novas candidaturas e até a reprogramações de candidaturas existentes de novecentos e noventa mil euros.

Estas três componentes somam um milhão e trezentos mil euros de redução na receita num período de Janeiro a Junho.

Se extrapolarem isto para o ano, significa mais ou menos três milhões de euros de receita. Se o comportamento for igual e eu na minha análise considero que por exemplo em

relação ao IMT vai ser pior porque houve uma grande transação que fez aumentar este valor de IMT, não deduzo que existam perspetivas dessa natureza nos próximos meses e portanto o valor do IMT provavelmente vai baixar, o valor da redução do FEF é constante e em relação ao Programa Operacional vai haver aqui uma diferença, é capaz de haver aqui uma correção para cima porque provavelmente vamos começar a executar o Centro Educativo de Nogueira do Cravo em termos financeiros e isso vai aumentar as receitas arrecadadas dos Fundos Comunitários.

Esta é a situação financeira da autarquia.

O Sr. Presidente da Câmara pediu-me também para fazer um pequeno enquadramento sobre a Lei, que está na moda, dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

Dizer-vos de viva voz, Oliveira do Hospital não tem pagamentos em atraso que sejam responsabilidade do Município. Portanto o programa gera um mapa dos pagamentos em atraso, esse mapa se alguém o quiser pode ser facultado, gera trinta e oito mil euros de pagamentos em atraso que não são imputáveis à Câmara Municipal.

Estes pagamentos em atraso devem-se a empresas que não entregam Certidões de Finanças ou de Segurança Social e portanto nós não podemos fazer o pagamento ou fazendo-o teremos que aplicar uma retenção que irá penalizar as empresas.

Devem-se alguns subsídios que ainda não foram levantados pelas entidades e como o Sr. Presidente da Câmara disse, vai haver aqui uma alteração: Os subsídios que forem aprovados pela Câmara têm que ter calendarização que é para deixarem de estar nesta circunstância, porque senão passado noventa dias começam a entrar nos pagamentos em atraso. Daí também a necessidade de termos revogado a deliberação de atribuição de vinte e cinco mil euros a Meruge que já datava de dois mil e quatro, e portanto não estava em atraso, formalmente já não existia.

O maior valor desta listagem tem a ver com uma insolvência de uma empresa responsável pela empreitada, que o Sr. Presidente da Câmara também acabou de referir, de abastecimento de água e saneamento que decorreu em Lourosa, que foi a Gracovil, tendo ficado uma fatura por pagar de vinte e sete mil euros.

A Lei e o Decreto-Lei que vieram regular esta matéria, diz claramente que no caso da responsabilidade não ser imputada à Autarquia, neste caso ao Município de Oliveira do Hospital, não existem pagamentos em atraso, e portanto é esta a nossa situação perante a Lei.

Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, para a Assembleia Municipal, para além destas questões, dá autorização dos compromissos plurianuais tem a ver basicamente com aquilo que é o conceito de responsabilização sobre a assunção de despesas ou seja neste momento a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso veio dizer aos Senhores Presidentes de Câmara e aos Senhores Vereadores e aos Senhores Diretores de Departamento e aos Responsáveis de Contabilidade que só assumem compromissos se tiverem dinheiro para pagar e que têm que pagar faturas por ordem cronológica.

Basicamente o princípio é este: Introduz algumas questões de responsabilização dos dirigentes, nomeadamente sanções reintegratórias e sancionatórias, ou seja, no limiar desta questão se o Sr. Presidente da Câmara autorizar uma despesa que não tem fundo disponível arrisca-se no âmbito de uma fiscalização a pagá-la do seu próprio bolso, custe ela aquilo que custar.

O Sr. Vereador, responsável pelo pelouro, autoriza uma despesa que não tem cabimento nos fundos disponíveis e arrisca-se a pagá-la do seu próprio bolso.

Isto acontece sucessivamente na escala, até ao responsável da Contabilidade.

Fiz questão de distribuir a Lei e o Decreto-Lei porque os Srs. Deputados Municipais, também vão ter que, em última instância, quando aprovam o Orçamento, de decidir sobre esta matéria.

Em relação ao Plano e Orçamento, dizer-vos que aquilo que irá acontecer num curto prazo é uma aproximação do Orçamento à realidade, ou seja, um Orçamento de base zero, ou seja, um orçamento igual a um Orçamento de Tesouraria.

Respondendo ao Sr. Deputado João Esteves, as disponibilidades financeiras da Câmara tem a ver com a parte restante do empréstimo de cinco milhões de euros que o Sr. Presidente da Câmara utilizou para o não perder, mas, uma parte aplicou-o a prazo e está depositado na Caixa de Crédito Agrícola Mutuo com vencimento a um ano, tinha uma taxa de cinco virgula cinco por cento.

Depois por força de uma concentração de recursos que fez de um excesso de liquidez que tinha, à data, adicionou a esse depósito a prazo mais cerca de duzentos e quinze mil euros e portanto em depósitos a prazo da Câmara teremos um milhão duzentos e qualquer coisa mil euros.

Existe também um depósito a prazo que está na Caixa de Crédito Agrícola Mutuo e que teve recentemente uma renegociação de taxa. Não tenho aqui a cópia dessas condições. Tem a ver com o legado do Dr. Virgílio Hall, que não é dinheiro da Autarquia, está à guarda da Autarquia, é dinheiro da Freguesia de Lagos da Beira que neste momento ronda os trezentos e cinquenta mil euros já com os juros incluídos.

Como é lógico a disponibilidade de tesouraria está influenciada por todos estes valores.”

Entrou-se, depois, no Ponto II da Ordem do Dia – Eleição, nos termos do nº 2 do artigo 6º dos Estatutos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto, para Delegado no XX Congresso (extraordinário) da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Foi apresentada à mesa uma única lista, considerada lista A, que tem como Delegado efetivo o Presidente de Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira e como Delegado suplente o Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Adelino de Brito Henriques.

Efetuada a eleição por voto secreto, a presente lista foi aprovada com trinta e sete votos a favor na lista A, não havendo votos nulos nem votos brancos, sendo que a lista A foi eleita por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto III da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano para 2012/2015 e 1ª Revisão ao Orçamento para 2012, tendo sido solicitado pelo Sr. Presidente da Câmara a

intervenção do Sr. Vereador Paulo Rocha para efetuar os esclarecimentos necessários para a apreciação deste ponto:

“Só uma pequena explicação para quem eventualmente necessite dela: Esta Primeira revisão tem a ver com uma questão prévia que é uma necessidade de reforço de uma rubrica de contratação de serviços na parte orçamental que já estava sem dotação.

Aquilo que se fez foi utilizar uma parte do saldo transitado para cobrir isso. Depois também houve a necessidade, por força do desenvolvimento das empreitadas, prever para o próximo ano uma necessária dotação orçamental. No caso da obra da empreitada de Abastecimento de Água e Saneamento à Moita, Formarigo e Carvalha, no caso da Estação Central de Camionagem. O que se fez foi diferir o custo porque de facto a empreitada se vai desenrolar não só este ano mas também no próximo ano e para prever aquilo que o Tribunal de Contas venha a exigir à Câmara que é necessário dotação no próximo ano e por isso teve que se fazer essa alteração.

Também existiu a necessidade de fazer a revisão porque não tínhamos em orçamento uma rubrica para poder fazer transferências para empresas do setor empresarial local que neste caso em concreto se destina a pagar prejuízos da Município. Ao abrigo da legislação que regula o setor empresarial local, somos obrigados a participar, na medida da nossa participação social nessas empresas os prejuízos que elas venham a registar. A Câmara não tinha previsto essa rubrica e temos que abrir a rubrica para então podermos fazer o pagamento. Abriu-se a rubrica com cinco mil euros, julgo eu, e os prejuízos acumulados serão na ordem dos dois mil e trezentos euros.

A Câmara na mesma reunião em que decidiu aprovar esta primeira decisão, decidiu também iniciar o processo conducente à alienação da participação social na Município. Esta deliberação da Câmara Municipal é só para conhecimento da Assembleia Municipal, de qualquer das formas o Executivo entendeu dar conhecimento à Assembleia Municipal, a Lei não o obriga, porque também foi a Assembleia que autorizou o Município a participar na Município e o entendimento foi de que se a Assembleia Municipal é competente para autorizar também deve no mínimo ter conhecimento de que o Município pretende alienar a participação social.”

Colocada à votação, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, a presente proposta, referente à 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano para 2012/2015 e a 1ª Revisão ao Orçamento para 2012, foram estas aprovadas por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto IV da Ordem do Dia – Ratificação de autorização, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à “Aquisição de uma plataforma eletrónica de contratação pública”, tendo sido solicitado pelo Sr. Presidente da Câmara a intervenção do Sr. Vereador Paulo Rocha, para efetuar os esclarecimentos necessários:

“Também este ponto da Ordem do dia tem a ver com o que referi à pouco, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, necessária autorização por parte da Assembleia Municipal para que a Câmara Municipal possa assumir estes compromissos.

O primeiro caso tem a ver com uma ratificação, portanto a autorização da despesa já foi dada pela Câmara para a aquisição da Plataforma de Compras Públicas. Podem estranhar, mas porque é de 2015, porque na altura da negociação era mais barata adquirir a Plataforma, como é lógico, com um contrato a três anos, e neste caso vai ter efeito financeiro a quatro anos, do que contratar a um ano.

No entanto, depois deste contrato, e por isto às vezes estes aspetos são um pouco incompreensíveis, o Sr. Presidente da Câmara, através da CINPIN, tomou conhecimento de que há um serviço prestado de uma plataforma de contratação pública, muito mais barata do que esta. Esta era aquela que já servia a Câmara e servia bem, isto é uma questão delicada porque tem a ver com a contratação pública, e portanto foi isso que esteve na causa da adjudicação. No entanto para a mantermos a Assembleia tem que autorizar esta despesa. Nada impede que eventualmente não haja uma rescisão contratual e a Assembleia não venha até a ter que se pronunciar sobre o outro contrato. Mas na altura foi isto que aconteceu.

A segunda é a autorização para a despesa porque ela ainda não está formalizada. Tem a ver com a realização do Projeto Educativo Local, e aqui é uma previsão em relação ao encargo financeiro para o próximo ano. Deixou-se apenas vinte por cento do valor do ajuste porque será o valor pago com a entrega final da documentação. Isto tem um cronograma até junho do próximo ano e deduz-se que a maior parte do trabalho será feito este ano e depois será monitorização, relatório final e portanto o pagamento dos vinte por cento. Eu estou-me a adiantar já em relação ao ponto V mas a análise é a mesma.”

Colocada à votação, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, a presente proposta de ratificação de autorização para a Aquisição de uma plataforma eletrónica de contratação pública, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto V da Ordem do Dia – Autorização, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção do compromisso plurianual relativo à “Revisão do Projeto Educativo Local e Carta Educativa Municipal”.

Como os esclarecimentos relativos a este ponto já foram prestado pelo Sr. Vereador Paulo Rocha no ponto anterior, foi colocada à votação, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, a presente proposta para a Aquisição de uma plataforma eletrónica de contratação pública, que foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se, depois, no Ponto VI da Ordem do Dia – Análise e discussão da Lei n.º 22/2012 de 30 de maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para fazer a seguinte intervenção:

“Há já uma decisão da Câmara Municipal relativamente a esta questão que teve a votação que já foi transmitida aos Senhores Deputados e já agora vai ser lida mais uma vez.

“Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no art.º 11.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio (Aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica), deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos Vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva e Paulo Rocha e do Presidente

da Câmara e a abstenção dos Vereadores Mari Alves, José Carlos Mendes e Telma Martinho, conforme declarações de voto apresentadas, emitir parecer desfavorável à reorganização do território das freguesias do município, fundamentando na sua discordância quanto aos parâmetros de agregação e princípios e orientações estratégicas vertidas na Lei acima mencionada.

Mais foi deliberado, submeter a presente deliberação à Assembleia Municipal nos termos e para efeitos do disposto no n.º 2 do referido artigo 11º.”

Vou tentar ser telegráfico:

Houve aqui, e para situar todos os presente, no dia 30 de setembro, houve aqui uma moção proposta pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, no sentido da não pronúncia quanto a esta Lei que na altura era ainda um projeto.

No dia 27 de abril, ainda continuávamos a falar à volta dum projeto embora a lei já tivesse sido aprovada, ou melhor nesse momento já estávamos a falar de uma lei aprovada na Assembleia da República, mas ainda não estava publicada, o que veio a acontecer no dia 30 de maio.

Hoje, de direito e de facto, estamos em condições para discutirmos seriamente e em profundidade este assunto sendo certo que no dia 27 de abril e em reforço do que já tinha sido aprovado com quinze abstenções e três votos contra, no dia 30 de setembro, houve aqui um documento assinado por vinte Presidentes de Junta de Freguesia que eram no sentido da não pronúncia.

A Mesa da Assembleia Municipal tem vinculada a essas decisões, tem agido em conformidade com isso mas não só: Na Assembleia Municipal de 27 de abril foi aqui decidido que era de bom tom formar-se uma Comissão para discutir com profundidade este assunto e essa Comissão foi formada.

Por solicitação da Mesa, reunimos no dia 11 de junho pelas dezoito horas, com os representantes dos partidos e movimentos independentes. O representante da CDU declinou e não participou em nenhuma reunião. O Sr. Presidente, independente, da Junta de Freguesia da Lajeosa, participou na primeira e declinou a seguir. Essa Comissão acabou por ser constituída pela Mesa da Assembleia Municipal, sem direito a voto; pelo Partido Socialista: o Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Maia, Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, o Sr. Eng.º Carlos Augusto Inácio e a Sra. Arq.ª Élia Sofia Duarte Feiteira; pelo Partido Social Democrata: o Sr. Dr. José António Madeira Dias, o Sr. João José Pereira Esteves e o Sr. Rui Miguel Guedes Abrantes; pelo Grupo de Independentes Oliveira do Hospital Sempre: o Sr. Carlos Alberto Brito Folques, a Sra. Dra. Luísa Vales e o Sr. Eng.º José Vasco Lencastre Campos; pela Coligação Democrática Unitária era o Sr. Prof. João Dinis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira que declinou.

No dia 12 de junho, foi feita aqui uma conferência de imprensa com a Mesa da Assembleia Municipal - também a Comissão foi convidada mas devido à hora só tive uma ou duas presenças da parte da Comissão - cujo objetivo era alertar através dos meios de comunicação social a população e sensibilizá-la para a discussão o mais alargada possível deste assunto.

No dia 13 de junho à noite foi feita aqui uma reunião com todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e com todos os Senhores Presidentes de Assembleia de

Freguesia, houve dois ou três que faltaram, mas esteve praticamente a totalidade, onde mais uma vez foi reafirmado a vontade da não pronúncia.

Perante isto a Comissão entendeu que era inócua a sua continuidade uma vez que havia já uma maioria significativa desta Assembleia identificada com a não pronúncia e a Comissão achou que não valia a pena estar a desenvolver mais nenhuma reunião.

Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia têm debatido este assunto com as populações e portanto este assunto estará já bem no consciente de todos os munícipes e que a posição por eles aqui manifestada será de alguma forma a posição maioritária nas sua Freguesias.

Isto foi o que foi feito. A Mesa desta Assembleia Municipal, pôs-se à disposição para se fazer o mais amplo debate possível para que o assunto, de facto, fosse ao conhecimento do máximo de munícipes possível e para de facto termos uma opinião mais alargada e mais avalisada possível.

Já trocámos aqui as opiniões que havia a trocar, não vou prolongar mais essa questão, mas para dizer que a Mesa da Assembleia Municipal não tem nenhum problema de consciência de não ter feito tudo o que estava ao seu alcance para haver discussão. Entretanto, e dentro do que foi solicitado aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de Assembleia de Freguesia, já temos aqui nove pronúncias das respectivas Assembleias de Freguesia, que continuam a ir no mesmo sentido da não pronúncia. Ainda assim, como já disse à pouco, e porque de facto temos consciência das consequências da eventual aplicação da Lei, e eu ainda digo e repito, eventual. É verdade que a Lei está publicada mas é verdade que também agora já nos podemos pronunciar até ao dia 15 de Outubro, e depois vai começar a formação das listas, e como a gente já anda nisto a algum tempo, por isso é que se calhar não é inocentemente que se tem tido a posição que se tem tomado. Seja como for, a Mesa não tem que ter opinião, ou mesmo que a tenha não quer influenciar.

O que neste momento está em cima da mesa efetivamente é uma manifestação clara pela não pronúncia. Ia eu a dizer que se a questão fosse meramente política e havendo como há uma vontade manifestada que é mais ou menos aquela de que a Mesa comunga, nós punhamos hoje a votação e acabava o problema.

Não queremos ser acusados disso. Vai haver uma Assembleia Ordinária no final de Setembro, vinte e oito ou vinte e nove, na última sexta-feira do mês que é a prática que temos vindo a utilizar, e portanto ficam aqui mais três meses para, e também para uma sugestão que já aqui disse, sei que foi da bancada do PSD, mas já não sei quem foi a pessoa em concreto.

Continuamos a estar em condições de discutir aquilo que muito bem entendermos e neste momento com a consciência plena de que a Lei está aprovada e publicada.

Portanto, nós vamos abrir a discussão à Assembleia Municipal, nós sabemos qual é a opinião dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, mas também é verdade que os membros eleitos são mais um do que os Presidentes de Junta de Freguesia, portanto são vinte e dois. Isto para não se dizer que os Senhores Presidentes de Junta com a sua decisão que já limitaram a discussão. Não é o caso! A discussão continua em cima da mesa, estamos no momento e no local próprio para discutir e a Mesa da Assembleia Municipal, como é costume, e sem prejuízo do que já está decidido, mas estamos em tempo de decidir de forma diferente,

acatará, não tem outro remédio, aquilo que for a vontade expressa desta Assembleia Municipal, porque é assim que as coisas funcionam.

Lembrou-me o Sr. Secretário que no dia 14 foi convocada também uma reunião com os partidos políticos. Esteve presente a Sra. Presidente do CDS e esteve presente o Sr. Presidente do PS. O Sr. Presidente do PSD invocou motivos de agenda para não poder estar presente.

A posição manifestada pelo CDS era que sim, que se devia fomentar um debate alargado, mostrou disponibilidade para participar nesse debate e de alguma forma dizer implicitamente foi manifestando opinião de que devíamos ser pela pronúncia.

Posição contrária e frontal tomou o Sr. Presidente do PS, o Dr. José Francisco Rolo, tendo a hombridade de assumir que tinha consciência que o Partido Socialista tinha assinado o Memorando, que isto também lhe trazia algumas responsabilidades, mas não obstante e tendo em consideração a forma como o processo nasceu e a posição já manifestada pela grande maioria e por duas decisões desta Assembleia Municipal, manifestou-se frontalmente contra.

Esta é a posição, não se diga que a Mesa da Assembleia Municipal não fez o seu trabalho, pelo menos fizemos o melhor que podíamos e sabíamos, não temos nenhum problema de consciência e ainda estamos aqui com mais três meses para discutirmos aquilo que esta Assembleia Municipal entender que se deve discutir.

E posto isto, está aberta a discussão.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia para fazer a seguinte intervenção:

“Eu penso que acerca deste ponto e desta Lei, já muita coisa foi dita aqui nesta Assembleia, já muita posição, digamos que mais ou menos foi alinhada.

A minha opinião é esta, como Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira já tive a oportunidade de transmitir aquilo que pensava acerca disto. Ainda ontem na Assembleia de Freguesia de Ervedal da Beira, aliás já em Dezembro passado tinha tomado uma posição acerca do que foi na altura e que era do conhecimento, o Livro Verde. Mas havia que tomar posição acerca de Lei, concretamente.

A Lei, em fim, como toda a gente já se apercebeu, não é muito diferente, salvo, aqui alguns pormenores que foram alterados relativamente àquilo que existia no Livro Verde, mas no fundo, aquilo que eu entendo é que no essencial a Lei continua a ser má.

O processo não começou bem, penso que começou de uma forma desajeitada. Não começou, no meu entender, por uma campanha de sensibilização, que eu acho que era fundamental.

Antes de se publicar a Lei, era essencial uma sensibilização, porque por mais estranho que pareça, anda agora, como eu recebi à dois ou três dias um convite para ir a Lisboa, e eu penso que haverá aqui gente nesta sala que também há-de ter recebido esse convite, para ir a Lisboa, reunir com o Sr. Ministro Miguel Relvas, e o Sr. Secretário de Estado para falar acerca desta matéria. Só para se ver, que efetivamente tudo isto começou ao contrário e começou mal.

Agora, pelos vistos, estão muito preocupados em andar por aí a fazer algumas sessões de sensibilização e de esclarecimento e possivelmente para tirar dúvidas. Isto é: Se é que há

algumas dúvidas para tirar? Porque não há dúvidas nenhuma! A Lei é o que é!. É má! E todos nós já nos apercebemos. Só quem efetivamente tiver algo comprometido com este Governo e que não esteja, no meu entender, de muito boa fé é que entenderá que a Lei é boa e que esta Assembleia Municipal deverá pronunciar-se.

A essas pessoas eu só quero dizer uma coisa: Se são, efetivamente, de acordo com isso e se entendem que esta Assembleia Municipal seja o coveiro das Juntas de Freguesia neste Concelho, que tenham, a hombridade e a coragem de vir aqui propor muito claramente quais são as Freguesias que a Assembleia Municipal quer ou não abater em Oliveira do Hospital.

Que tenham a coragem de o fazer ou então que se calem. Agora não vamos andar aqui, e eu disse-o claramente e desde a primeira hora que quero ser coerente com aquilo que digo e com aquilo que faço, e desde a primeira análise neste processo eu foi logo frontalmente contra e disse-o logo nesta Assembleia Municipal.

Quem tem posição contrária que chegue aqui e que o diga e justifique porquê?

Que diga, porque é que esta Assembleia Municipal de deve pronunciar?

Mas que justifique com fundamentos válidos, porque as populações lá fora têm todo o direito de saber quem é que são as pessoas que efetivamente querem ser os coveiros das Freguesias neste Concelho. Se é o Governo, única e exclusivamente, ou se é o Governo com a participação dos membros desta Assembleia? Isto é muito claro!

Quem tiver coragem, que chegue aqui e que o diga muito claramente!

Se querem fazer, efetivamente esse trabalho em Oliveira do Hospital, que assumam as responsabilidades, seja Governo, seja quem for? E assumam as consequências.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. João José Pereira Esteves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de começar a falar sobre esta situação quero referir que quando vi a convocatória pensava que na convocatória viria a desanexação, ou seja, desanexar aquela parte contígua a Oliveira do Hospital da Freguesia de Nogueira do Cravo. Porque na última reunião que aqui tivemos, o Sr. Presidente da Câmara falou que era uma situação que iria ser resolvida pela Câmara, a desanexação dessa parte contígua urbana da Freguesia de Nogueira do Cravo à Freguesia de Oliveira do Hospital.

Eu pensava que era um dos pontos que vinha à Assembleia Municipal para nós podermos aqui discutir e votar, precisamente essa desanexação, para que a Freguesia de Nogueira do Cravo deixasse de ser uma Freguesia urbana e passasse a ser uma Freguesia não urbana.

Mas como não veio, eu tenho aqui algumas considerações a fazer. Uma das coisas que eu queria falar aqui ao Sr. Deputado Carlos Maia, é que nenhum Membro desta Assembleia Municipal, vai ser o coveiro de nenhuma Freguesia daqui do Concelho, porque o coveiro de alguma Freguesia de Oliveira do Hospital é o Governo que fez a Lei que está em vigor e é para ser aplicada.

Nós não gostamos da Lei, e eu também posso dizer que não gosto da Lei, mas que a Lei está em vigor e vai ser aplicada. Portanto, a cova está feita!

Não vamos agora estar a dizer que algum Membro desta Assembleia vai ser coveiro de alguma Freguesia, porque não vai.

Se nós não nos pronunciarmos sobre esta Lei, a cova está feita e vai ser feita na mesma. A Lei está feita de maneira que algumas Freguesias vão acabar. Não como povoação, não como terras mas sim como Freguesias ou vão ser integradas noutras Freguesias.

Tenho aqui uns pontos que quero pôr à consideração de todos os Membros da Assembleia Municipal.

Para discutir este assunto teremos de saber em primeiro lugar qual a posição desta Assembleia relativamente à pronúncia ou não pronúncia.

Face à posição tomada, só então é que poderemos ou não discutir, sobre a aplicação da Lei para o nosso Concelho.

Se for no sentido de não pronúncia, ficamos todos na expectativa, a aguardar a decisão da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território, definida no artigo 13º da Lei 22 de 2012, de 30 de Maio.

Caso a posição da Assembleia Municipal, seja pela pronúncia, então sim, dever-se-á constituir uma Comissão saída desta Assembleia que estudará qual a melhor maneira de reorganização territorial para o Concelho, tendo em vista sempre a auscultação das populações em conjunto com as Juntas de Freguesia.

Este trabalho que a Comissão efetue terá que ser sempre no sentido de minimizar ao máximo os prejuízos que a população do Concelho venha a ter com a aplicação desta Lei.

Quero aqui manifestar o meu desagrado pela forma precipitada como foi criada a Comissão, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. E todos os desenvolvimentos agendados que ditou o seu fim. Sem que para o efeito tivesse tido qualquer reunião.

Este assunto é demasiado sério para que se possa tratar levianamente porque estão em causa os direitos das populações deste Concelho.”

Seguidamente, usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para fazer a seguinte intervenção:

“Eu já expliquei a minha posição, já disse o que é que a Mesa entendeu por bem fazer e também já aqui foi dito e foi decidido e a proposta de auto extinção da Comissão até partiu também dos membros do PSD e portanto não vamos estar aqui com mais “galhardetes”. Eu penso que isto está tudo claríssimo como a água para toda a gente. Há só duas ou três coisas que eu queria dizer, e tenho obrigação de o fazer.

De acordo com o que foi dito relativamente a esta questão da desanexação, a Assembleia, como lhe competia pediu opinião aos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal, temos aqui essa opinião, que não difere em nada daquilo que todos nós já sabíamos, como também não difere em nada daquilo que o Sr. Dr. Nuno Freixinho aqui disse na Assembleia passada.

A Lei é clara, se o artigo 14º diz, salvo o erro, se não nos pronunciarmos, não há pronúncia e como tal a Unidade Técnica entra; Se nos pronunciarmos temos que dizer como é que nos pronunciamos e temos que ser os tais coveiros temos que dizer então quais são as que vão abaixo.

Há aqui um parecer, a Sra. Arq.^a da Câmara também fez aqui um documento em termos dessa situação, a Câmara também já fez o que podia junto do INE. É mais ou menos

claro e é bom que isso fique claro para todos para não se dizer que não estavam informados que foram manipulados, se é que alguém aqui ainda é manipulável, eu penso que não.

Portanto, não há grandes dúvidas para a Mesa que a não pronúncia ou a pronúncia exclusiva, como nós tentámos de desanexar as onze casas e o armazém de construção civil que lá há, não é inocentemente, obviamente. Eles dizem que isso sim no âmbito da pronúncia, naturalmente, que a Lei desde o início está no sentido de empurrar as Assembleias para ficarem com o odioso da questão. E penso que disso já não há dúvidas para ninguém.

Estão aqui dois pareceres, se alguém quiser uma cópia nós entregamos.

Penso que neste momento não há nenhuma dúvida para nenhum Membro desta Assembleia.

E por isso é que eu disse vamos discutir. Querem alterar a decisão ou não querem? Para que de facto não se diga que não se esticou até ao limite esta discussão. A Mesa da Assembleia está disponível para fazer essa discussão, participar nela, indo junto das populações uma a uma se for necessário. Falei com o Sr. Presidente da Câmara sobre a possibilidade de se fazerem grupos de trabalho para irem às Freguesias todas porque se dizia que já se tinha passado não sei quantos dias e que nós andávamos a dormir na forma. Mas aquilo que se diz por aí, que nós temos andado a brincar ou a dormir no pedaço como se costuma dizer.

A Lei foi publicada no dia 30 de maio e o dia 11 de junho estávamos aqui a discutir com os interessados.

No fim das reuniões com os Senhores Presidentes de Junta e Assembleias de Freguesia as decisões foram aqui tomadas pelos representantes das populações e que não diferem em nada com aquilo que já aqui foi discutido.

Por isso não vale a pena pressionar a Mesa da Assembleia Municipal, porque a Mesa da Assembleia fará o que esta Assembleia lhe determinar. Apenas e só!”

Em seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Adelino de Brito Henriques, que fez a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui à tribuna é o seguinte: Eu queria pedir autorização ao Sr. Presidente da Mesa, se permite que o nosso mandatário da Freguesia de Nogueira do Cravo, possa vir aqui à tribuna para prestar alguns esclarecimentos?”

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, que fez a seguinte intervenção:

“Como já lhe disse o representante de Nogueira do Cravo nesta Assembleia Municipal é o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, eleito pela população de Nogueira do Cravo. O Sr. Dr. Nuno Freixinho pode intervir nesta Assembleia Municipal com qualquer outro cidadão e terá que se inscrever como manda o nosso Regimento, mas a sua intervenção nesta Assembleia Municipal é na qualidade de cidadão.

Se esta Assembleia entender o contrário que se faça a proposta para ser votada nesta Assembleia e assim poderá ser alterado o Regimento. Mas como pode perceber isto tem regras. A mesa já foi acusada de não conhecer a lei, foi publicado num jornal.

A mesa foi eleita para fazer cumprir um Regimento que está aqui.

O Sr. Presidente da Junta, penso que tem capacidade de intervenção e por isso diz qual é a sua posição. A posição que o Sr. Dr. Nuno Freixinho tem é conhecida e eu até concordo com ela mas o que estamos aqui a discutir é uma decisão política.

Porque quanto às consequências da Lei parece-me que ninguém tem dúvidas.

Já disse aqui, assumo claramente, que a não pronúncia pode queimar a Freguesia de Nogueira do Cravo.

Agora, façam o favor, digam à Mesa o que é que querem?

Eu penso que o que o Sr. Dr. Nuno Freixinho vai dizer não vai ser muito diferente disto?

Ele esteve aqui mais de meia hora, na última Assembleia e deixou muito clara a sua posição, que do ponto de vista jurídico todos concordamos porque a Lei é igual para todos.

A questão que está aqui nesta Assembleia é que há um mandato de não pronúncia. Se agora entenderem diferente, vamos votar se nos pronunciamos ou se não nos pronunciamos, mas ninguém quer dar o primeiro passo.

Se quiserem que eu desenhe o mapa eu já tenho quatro ou cinco alternativas. Até lhes digo mais, até já tenho aqui alguns desenhados, porque eu também tenho opinião, entendo é que não a devo manifestar.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Eng.º José Vasco Lencastre de Campos, que fez a seguinte intervenção:

“Ainda relativamente a esta questão que estava aqui a ser posta, a única coisa que eu tenho a dizer é o seguinte: Já por várias vezes aqui nesta Assembleia Municipal, o Regulamento foi alterado. Várias vezes, o Regulamento foi alterado. E, portanto, aquilo que me parece que acontece nesta Assembleia, e aconteceu com a Dra. Adelaide Freixinho e está hoje novamente a acontecer também com a Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, é que o Regulamento é alterado em função dos interesses de alguém. Isto é que eu não posso admitir! E digo-lhe uma coisa, Sr. Presidente, não esperava isso de si! De facto eu tenho a maior consideração pelo Senhor e considero-o um democrata, e acho que aquilo que o Senhor fez por este Concelho foi muito. Mas, não esperava isto de si! E não esperava que tivesse feito com a Dra. Adelaide Freixinho e não esperava que fizesse agora outra vez com o Dr. Nuno Freixinho! Não esperava!

Mas, é só a minha opinião!

O Senhor devia propor! Qual era o problema de o Dr. Nuno Freixinho falar? Mesmo que fosse repetir? O Senhor proponha à Assembleia se autorizava o Dr. Freixinho a falar? E a Assembleia dizia sim ou não! Era só isso, Sr. Presidente da Mesa, mais nada! Não me vou adiantar mais sobre este assunto porque o Senhor é soberano e a Assembleia também é soberana.

Peço desculpa! E não estou exaltado! Mas quando tenho de falar alto, falo alto! Mas já aqui alguém falou mais alto do que eu! E o meu amigo não tem o direito de fazer observações que eu estou exaltado! Porque isso não lhe compete a si?

O nosso Grupo, Oliveira do Hospital Sempre, reuniu ontem e tomou uma decisão acerca da sua posição sobre este assunto.

Primeiro, somos contra esta Lei. Esta Lei está extremamente mal elaborada.

Esta Lei é uma Lei cobarde porque ela deveria ter um enfoque nos Municípios e tem um enfoque nos mais fracos, que é a Junta de Freguesia.

É uma Lei que é só para calar a *TROIKA*. Uma Lei para tapar os olhos não sei a quem?

Aliás, até tenho sérias dúvidas se esta Lei vai ser aplicada! E aqui estou de acordo com aquilo que foi à pouco aqui dito.

Mas no entanto, existe uma Lei neste momento. E que eu saiba, as Leis são para se cumprirem e portanto, não há dúvidas absolutamente nenhuma que nós vamos ter, se não nos pronunciarmos, vamos ter uma Unidade Técnica, que não sabemos quem é, agora até sabemos que é presidida por um Senhor aqui de Coimbra.

Desculpe? Mas eu falei com alguma desconsideração? Eu não me lembrava era do nome? Por favor! Não veja filmes onde não os há!

Se nós não nos pronunciarmos, nós vamos ter uma Unidade Técnica a decidir por nós. É só isso que está em causa. E eu, não tenho medo, Sr. Eng.º Maia, de pôr o nome aos “bois” e se for preciso digo aqui hoje qual é a minha opinião pessoal. Digo aqui! Não tenho problema absolutamente nenhum! E não sou coveiro de nenhum! Digo! Se tiver que dizer digo! Então já lhe digo, a seguir! Digo sim senhora!

É a minha opinião pessoal, não é a opinião do Grupo.

Nós, somos, repito, contra esta Lei. Mas é preferível que sejamos nós a emitir uma opinião do que alguém escolher por nós.

Tendo em conta os critérios que estão na legislação eu não aceito que sejam extintas e portanto, também não quero ficar com esse ónus, e também o digo aqui hoje, que sejam extintas Freguesias como: São Gião e Alvôco das Várzeas. Porquê? Porque são Freguesias desertificadas, algumas delas com mais de dez aldeias e lugares, longe da sede de Freguesia, e ficariam mais longe de uma outra possível Freguesia.

Eu acho, na minha opinião, e também na opinião do nosso grupo que é preferível nós escolhermos as Freguesias. E se tivermos que escolher, escolhemos.

Sr. Eng.º Maia, eu vou dizer-lhe. Eu prefiro, e tenho o maior respeito por todas as Freguesias deste Concelho. O maior respeito! Às quais eu até me ligo ou estou ligado familiarmente, e tenho o maior respeito por elas.

Mas eu prefiro que seja extinta a Freguesia de São Sebastião da Feira do que a Freguesia de São Gião.

Eu prefiro que seja extinta a Freguesia de Vila Franca da Beira do que a Freguesia de Alvôco das Várzeas.

E portanto, esta é a minha opinião pessoal. Eu tenho o direito de transmitir a minha opinião.

Eu não me estou a pronunciar, eu estou a dizer que se tivesse que escolher que escolhia.

Eu emiti a minha opinião. E tenho o direito de emitir a minha opinião.”

Seguidamente, usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Eng.º José Vasco, eu agradeço-lhe as referências e também sem falsas modéstias acho que me fez um favor. É essa a minha forma de estar aqui.

Há uma questão que é clara e por eu ser um democrata é que o Senhor manifestou aqui agora uma opinião diferente da que tem manifestado nas Assembleias anteriores. Se calhar, se o tivesse feito na primeira, já estávamos muito mais avançados.

Não se tente pôr em cima da Mesa da Assembleia, responsabilidades que ela não tem.

A Mesa e principalmente o Presidente, acha que tem estado de acordo com as responsabilidades que tem. Por isso, volto a repetir, mais uma vez, se eu estivesse com o sofisma que o Senhor me imputou isto já estava decidido e votado à muito tempo. Ainda não está e vamos a ver como é que está e como é que vai estar? Agora o que eu quero é que efetivamente se faça uma discussão serena.

O senhor disse Vila Franca da Beira, sabe que é uma Freguesia que me é cara. Onde eu fui criado. Mas o Senhor tem o direito de emitir a sua opinião. Eu não comungo e não me identifico com a posição manifestada. Mas o Senhor tem o direito como qualquer Membro desta Assembleia a “matar”, e passo o termo, as Freguesias que lhe apetecer.

Agora, não se diga é que nós queremos condicionar a vontade. Porque isso não queremos.”

Seguidamente, usou da palavra o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Só duas notas, até para amenizar o ambiente, em relação ao que aqui se passou nos últimos minutos.

Eu diria que numa sociedade civilizada nós todos temos que contribuir para a elevação e para o controlo das emoções.

Eu estranho, com toda a consideração que tenho pelo Sr. Eng^o Vasco, que tenha dado origem a esta situação.

Penso que tenho o direito a falar e a ser ouvido!

Por outro lado, segundo a nota, ainda que tivesse havido aqui algum atropelo à Lei a solução não passa por continuar a atropelá-la. Passa por deixar de a violar, portanto, se houve algum atropelo tem que haver da nossa parte uma consideração para deixar de a violar. Nunca para continuar a violar.

Agora duas perspetivas para esta questão: A perspetiva política do enquadramento da Lei e a perspetiva legal.

Quanto à perspetiva política, eu deixaria aqui duas ou três ideias de uma entrevista que eu ouvi, que foi a meu ver, a melhor que ouvi até hoje sobre isto.

É de um Senhor Político, dos mais considerados no País e até um dos maiores escritores de advogados. Dizia ele, com razão, que aliás vem no enfiamento daquilo que o Sr. Eng.^o Vasco, acabou de dizer.

O acordo da *TROIKA* obrigou-nos, de facto, a fazer esta reorganização. Mas o acordo da *TROIKA*, dizia que a reorganização tem que ser uma reorganização administrativa institucional. Isto é: Reorganização na administração direta e indireta do Estado e reorganização territorial autárquica.

Mas o Governo foi incapaz de iniciar esta reforma administrativa por onde devia. Isto é, por cima, pela administração direta e indireta do estado. E começou exatamente por baixo, e pelo chamado elo mais fraco de toda a cadeia estrutural administrativa.

O Governo podia ter começado pelas Entidades Majestáticas: Empresas Públicas, Institutos Públicos, Fundações, Agrupamentos de Empresas estas sim o verdadeiro sorvedouro de dinheiros do Estado.

Ou podia até ter começado pelas Estruturas Intermédias do Estado: Direções Regionais, ou até mesmo na Administração Autárquica, pelos Concelhos ou pelas Empresas Municipais.

Mas não! Começou pelo elo mais fraco pela base desta pirâmide.

O Governo começou esta Reorganização Administrativa pelas Freguesias, e se calhar, nem esta intenção vai por diante.

E diz o entrevistado que *“o Governo fez mal porque não ganha nada com esta reforma e muito menos financeiramente e só perde com esta iniciativa”*.

Quem era o protagonista desta entrevista? Não era nenhum perigoso esquerdista! Era sim, o Senhor Doutor, Rui Machete, Ilustre Vice-Presidente do PSD, possivelmente agastado com esta inversão de política.

Depois, como sabem, a mesma posição foi unanimemente comentada por outros jornalistas, nomeadamente da área do Governo, como o Luís Delgado. Até o Dr. João Salgueiro perguntou, *“porque é que o Governo se meteu com esta questão?”*

Recordo também, que na campanha eleitoral se atacaram violentamente as Empresas Públicas e os Institutos Públicos e o extremista Hélder Amaral do CDS a dizer que as Empresas Públicas iam ser reduzidas a metade no prazo de seis meses.

Quantas Empresas Públicas é que já viram reduzidas a metade?

Afinal, a meu ver, o Governo é forte com os fracos e fraco com os fortes, começando a organização administrativa pelas Freguesias devido à sua incapacidade ideológica de fazer o que devia.

E mostra-se determinado sem fundamentar tal determinação como se vê na afirmação do Sr. Ministro, Miguel Relvas, que está aqui neste jornal: *“As Freguesias caem a bem ou a mal”*.

Quer queiram quer não, o Sr. Ministro, Miguel Relvas diz aqui *“As Freguesias caem a bem ou a mal”*. Ele manda nas Freguesias.

Conclusão: Em relação à perspetiva política, não iria referir muito mais, iria apenas dizer que começa a haver uma história do pensamento único e que o Dr. Sampaio da Nóvoa, no dia de Portugal sintetizou neste termos, e tinha o Senhor Presidente da República a ouvir *“a arrogância do pensamento inevitável é o contrário da liberdade e hoje parece haver um pensamento inevitável da parte do Governo”*.

Quanto à questão legal, penso que por este Concelho vai uma grande confusão, eventualmente gerada, e já foi aqui dito, por alguma comunicação social.

Eu repito o que disse já aqui no dia da reunião da Mesa com os Senhores Presidentes de Junta e Presidentes das Assembleias de Freguesia.

Primeiro, a Assembleia Municipal pode propor uma redução do número de Freguesias, até vinte por cento inferior ao número global de Freguesias a reduzir.

Mas vinte e cinco por cento de cinco ou seis, se fosse o caso, seria sempre uma e não duas, como se insinua demagogicamente num artigo de um jornal que eu li.

Cinco ou seis, vinte por cento são uma e não são duas. Só que não se diz em lado nenhum da Lei que esta proposta é vinculativa para a Unidade Técnica. Isto é, a Assembleia Municipal pode propor mas a Unidade Técnica não está vinculada à proposta da Assembleia Municipal.

A Unidade Técnica pode elaborar parecer de desconformidade, com pronúncia da Assembleia Municipal e depois quem é que sabe? Porque não estão claros quais os critérios de conformidade ou de desconformidade. A Lei não o diz.

A Lei, no artigo oitavo, estabelece orientações. Ainda por cima, meramente indicativas. Sede do Município como pólo de atracção das Freguesias. Freguesias com índices urbanos e económicos elevados, maior número de habitantes, maior concentração de equipamentos coletivos e só por fim vem a questão da escala e dos quinhentos habitantes.

Eu pergunto: Quem é que se atreve nesta Assembleia a ponderar todos estes fatores e propor uma pronúncia. Que seria a utilização da eutanásia para liquidar algumas Freguesias.

Sabendo que tal proposta não passa disso mesmo. Isto é uma utilização da Assembleia Municipal com outros fins.

Por fim, eu diria que, e também já se viu aqui hoje, de advogado, médico e louco todos temos um pouco!

Agora, vir para os jornais dizer-se “*Com a pronúncia da Assembleia Municipal, em seis podemos ganhar duas Freguesias*” já me parece atrevimento a mais.

Em minha opinião, a Assembleia Municipal não se deve pronunciar quanto à redução global do número de Freguesias por todas as razões, mas essencialmente porque não há qualquer garantia que a pronúncia tenha qualquer utilidade.

A Unidade Técnica tem sempre uma palavra a dizer e não creio que o Dr. Manuel Porto, que eu conheço muito bem por questões profissionais, tenha força para impor a opinião constante das pronúncias.

Fará, com certeza, porque é um órgão colegial, o que os Técnicos da Direção Geral da Administração Local, da Direção Geral do Território e os cinco Técnicos da CCDR lhe propuserem.

Só um entendimento pueril, como parece ser o de alguns, admite ser possível a Assembleia Municipal, propor a agregação de qualquer Freguesia.

Como já foi também dito, quem tiver coragem para propor aqui a extinção que o faça, que proponham as Freguesias a extinguir.

Pela minha parte, voto na manutenção da deliberação já tomada nesta Assembleia Municipal e que foi a de não pronúncia.”

Seguidamente, usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para fazer a seguinte intervenção:

“Uma vez que os ânimos estão mais serenos. Eu não consegui apanhar toda a mensagem do Sr. Eng.º José Vasco.

O Senhor disse que o Grupo Oliveira do Hospital Sempre, é pela pronúncia.

E pelo que me pareceu, também disse nomes de algumas Freguesias mas foi a título pessoal.”

De seguida tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia, para fazer a seguinte intervenção:

“Sobre isto a Assembleia de Freguesia de Meruge já se manifestou e já fez chegar o seu parecer à Assembleia Municipal. Nós somos pela não pronúncia.

Eu não vejo o que é que a gente tem a perder, porque se não nos pronunciarmos é a Comissão Técnica que indica e que vai avaliar e que vai dizer e depois também ainda temos um prazo para nos manifestarmos e depois há aqui outra coisa que diz no Diário da República, que eu ainda não percebi muito bem. Oliveira do Hospital é considerada de nível três e depois vem: Lista dos lugares urbanos do Município. E vem aqui, em Oliveira do Hospital, só vem Oliveira do Hospital. É o que está aqui no Diário da República.”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Dr. Manuel Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Também me queria solidarizar com o Sr. Eng.º José Vasco. O que se passou aqui foi alguém com coragem para dizer aqui quais é que são as Freguesias para abater.

O Sr. Eng.º José Vasco, disse duas, a título pessoal, mas são cinco ou seis. Chegou a duas. Eu desafio aqui qualquer Membro a dizer que vai acabar com a minha.

Isto não é fácil porque parece que andamos todos aqui a brincar ou então também já não estou a ver isto muito bem.

Temos documentos aprovados. Já fizemos aqui várias reuniões. Já há deliberações escritas. A Câmara deliberou a favor da não pronúncia. Os vinte Presidentes de Junta de Freguesia, à exceção do Rui Coelho da Junta de Freguesia de Penalva de Alva, são pela não pronúncia.

Agora, pergunta-se aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, se há algum aqui disponível para votar contra a extinção da minha Freguesia?

É com tristeza que eu vejo o Presidente do PSD, a defender a pronúncia. Quando se sabe que todos os Presidentes de Junta de Freguesia eleitos pelo PSD, são a favor da não pronúncia.

O Senhor Presidente da Comissão política do PSD, não está mandatado por mim nem pelos meus eleitores para vir defender a pronúncia.

Então, ele que diga quais é que são para acabar? Escreve aí um artigo no *on line*. Não se atira a responsabilidade para cima dos Presidentes de Junta, mas ele sabe que os Presidentes de Junta são contra a pronúncia.

Eu agradeço a solidariedade do Sr. Eng.º José Vasco, que disse que a minha Freguesia, ele não abatia.

Se ele dissesse que abatia a minha Freguesia eu também me insurgia contra ele.

Haja coragem para dizerem aqui em vez de escreverem nos jornais e fazerem conferências de imprensa, digam quais são?

Eu já mudei muita vez! E tenho mudado sempre bem! E também digo que tenho muito para dar ao Concelho e à Freguesia.

Porque isto é traiçoar quem nos elege. Eu fui eleito democraticamente como os meus colegas Presidentes de Junta, e sem margem para dúvidas.

E isto é uma traição às deliberações aqui tomadas. E às deliberações que a Câmara toma no exercício das suas funções e também às nossas Assembleias de Freguesia.

Eu tenho ouvido as pessoas da minha Freguesia e não há ninguém a favor da extinção da sua Freguesia.

O problema é que a pronúncia salva umas e mata outras.

Quem criou a Lei é que devia dizer quais é que são para abater.

Na minha Freguesia somos contra a extinção da minha Freguesia e também contra a extinção de todas as outras Freguesias do Concelho, somos pela manutenção da vinte e uma Freguesias do nosso Concelho.

Se houver alguém que queira dizer quais as Freguesias que são para abater que venha aqui e que diga que é para ficar escrito em ata e para ficar para a história.”

De seguida tomou a palavra o Sr. Dr. José António Madeira Dias, para fazer a seguinte intervenção:

“Eu já nem queria falar, porque a minha posição já é mais ou menos conhecida e já foi aqui reiterada.

Esta é uma Lei estúpida e idiota, desfasada no tempo, que era para os Municípios, porque os Municípios é que devem dinheiro. Não são as Freguesias.

Os Municípios é que deviam ser agregados.

As pessoas neste processo devem utilizar a cabeça e não o coração. Há uma coisa que é certa e as pessoas têm que perceber isto. É muito mais simples não nos pronunciarmos.

Quem assumiu fazer parte de Comissão, assumiu riscos. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lajeosa disse que enterrava e que fazia o funeral de um de borla.

O problema que se põe não é matar ninguém, é matar Freguesias e o problema é morrerem mais ou morrerem menos.

Mas já se percebeu que as paixões não vão permitir decidir nada e também há Presidentes de Junta de Freguesia que pensam que estão safos e não estão.

Provavelmente as Freguesias de Alvôco das Várzeas e de São Gião não vão cair, mas há muitas Freguesias aqui da zona central que vão cair.

O que a gente quer dizer é o seguinte: Entre caírem seis, ou quatro ou cinco, há a hipótese de caírem menos.

Isto foi tudo muito mal estruturado e muito mal feito. Não é agora depois de pôr as pessoas todas em guerra que vamos tentar arranjar consensos.

Eu penso que esta discussão já não faz qualquer sentido e para bem de toda a gente não há pronúncia. Poderá cair mais uma do que o que poderia cair. Possivelmente vão cair algumas que pensam que não vão cair. É bom que as pessoas estejam conscientes do que vai acontecer. Porque acho que não adianta estarmos com muito mais discussão.”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Penalva de Alva, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Eu subscrevo as palavras do Sr. Dr. Madeira Dias, acho que isto já chegou a um ponto que já não vale a pena discutirmos isto porque o objectivo que estava traçado para isto já foi atingido.

Como disse o Nuno Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, numa das últimas reuniões da Assembleia Municipal, esta Lei só irá servir para pôr os Presidentes de Junta, uns contra os outros, e acho que é a única coisa que se está a conseguir é isso.

Eu também entendo que se calhar podíamos minimizar aqui estragos se nos pronunciássemos.

Hoje podemos retirar daqui um ensinamento que é o seguinte: Já há aqui alguns sinais de abrandamento ou de falta de intensidade na execução desta Lei. O que eu proponha aqui hoje era o seguinte: se nós formos mais incisivos e atacarmos esta Lei como ela nos atacou a nós, ou seja, eu acho que uma das medidas que nós Presidentes de Junta de Freguesia deveríamos tomar para também afrontarmos o Governo, era colocar os nossos lugares à disposição.

Se vão cair Freguesias então caímos todos. Vamos atacar isto ou então entramos na onda e vamos extinguir quem tem que ser extinto.

Também queria aqui deixar uma nota bastante bem vincada: À Freguesia de Penalva de Alva não me interessa anexar São Gião, Alvoco das Várzeas, São Sebastião da Feira ou seja quem for! Porque nós temos território que chega e sobra. Temos problemas que chegam e que sobram e que eu gostava de os poder resolver.

De uma vez por todas, ou encontramos uma solução. Vamos para a pronúncia e podemos minimizar os estragos, ou então afrontamos a Lei da mesma maneira que ela nos afrontou a nós.”

Seguidamente, o Sr. Rui Abrantes tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu não estou mandatado para ser advogado de defesa da Comissão política do PSD, nem vou fazê-lo, nem é aqui o lugar próprio para fazer esta troca de galhardetes, mas, quero dizer ao Dr. Manuel Garcia que a Comissão Política Concelhia do PSD de Oliveira do Hospital, depois de ser eleita ainda não se deparou com nenhuma votação nesta casa.

A esta Assembleia ainda não foi perguntado nada no que diz respeito sobre a pronúncia ou não pronúncia, acerca da Lei 22/2012.

Depois da Lei promulgada, esta casa ainda não se manifestou acerca da pronúncia ou não pronúncia.

Tudo isto ficava vazio de discussão se o Sr. Presidente da Mesa colocasse hoje à votação se esta Assembleia é a favor da Pronúncia ou não.

Se são a favor da pronúncia vamos avançar os três meses como disse o Sr. Presidente da Assembleia e bem, para fazer o trabalho ou a tentativa de trabalho porque na realidade os ânimos estão demasiado acesos por culpa do Presidente da Câmara e da Assembleia Municipal.

O espírito da Lei não é este!

O Sr. Presidente da Câmara conhece muito bem o Eng.º Ricardo Pereira Alves, Presidente da Câmara de Arganil, e ele em Arganil conseguiu. E porque é que nós aqui não conseguimos?

Ele em Arganil, chegou a acordo para agregar as Freguesias. Isto é uma questão de espírito.

Lisboa já é um caso à parte eu nem quero falar de Lisboa, porque nessa altura ainda não havia Lei, e isso foi feito noutra tempo.

O espírito da Lei não é este espírito com que se incendiaram as relações. A Lei não quer pôr Autarcas contra Autarcas nem Presidentes de Câmara contra Presidente de Câmara, nem muito menos Presidente de Junta.

Já pôs, em virtude da utilização que cada um lhe quis dar. Nós podemos fazer tudo de tudo é um facto.

A Lei é como o Dr. António José Madeira Dias diz. E eu não vou entrar em debate, eu não vou entrar em discussão, mas a Lei é como o Dr. José António Madeira Dias disse. A Lei está aí, tem é que se fazer cumprir.

Mas se calhar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal já sabe de alguma coisa e se calhar já nem vamos ter Lei, ou seja temos Lei mas já não vai ser aplicada. Mas isso está lá na manga e vai ser o trunfo da altura e ele vai utilizá-lo.

No entanto, só para rematar, o PSD e isso ficou claro, é a favor da pronúncia, principalmente porque minimizaríamos os danos causados por esta Lei no Concelho, eram menos Freguesias a extinguir. É como disseram e muito bem. Nenhuma Junta de Freguesia está safe. A única diferença é que entre a pronúncia e a não pronúncia, é esta e eu acho que ainda ninguém referiu isso hoje: Se nós nos pronunciarmos e a Unidade Técnica entender que a pronúncia é desconforme, a Unidade Técnica elaborará uma proposta que remete à Assembleia Municipal, que terá mais vinte dias para se pronunciar. Caso a Assembleia Municipal não se pronuncie, a Unidade Técnica vai elaborar uma proposta que vai para a Assembleia da República e da qual vai ser dado conhecimento à Assembleia Municipal. Ou seja, ninguém mais vai propôr nada. Vamos perder aqui este *timing* que nós podemos, e não vou cair no ridículo e dizer aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse que era extinguir as vinte e uma Freguesias, não. Nós temos que estar sérios nisto e tentar negociar sinceramente e tentar ser sérios na negociação. E como diriam outros, os vinte por cento não são cinco, não são seis, se calhar podem ser três porque não propormos. A proposta só pode ser desconforme. Só depois a Unidade Técnica é que pode dizer se está desconforme ou não. A Unidade Técnica pode entender desde que devidamente fundamentada a proposta ou pronúncia, desde que devidamente fundamentada. Se nós chegarmos aqui a consensos, que vão ser difíceis, porque já vi que não há interesse por parte do Executivo nem da Mesa da Assembleia. Mas se chegássemos aqui a uma proposta coerente, no que diz respeito ao cumprimento, poderia não ser na totalidade de todos os pressupostos que a Lei obriga. Poderíamos tentar reduzir aquilo dos vinte por cento para os quinze por cento, e porque não? A Unidade lá estará para dizer se está desconforme ou não? Não temos que ser nós *à priori* que temos que fazer uma proposta conforme. Depois cabe, e terá aí um papel muito importante o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia na defesa dessa proposta.

Os senhores lá, perante a Unidade Técnica e a Unidade Técnica também tem elementos da ANAFRE. Porque a Lei contemplava elementos da ANAFRE.

No caso de pronúncia desconforme, se a Unidade Técnica entender que a pronúncia é desconforme, terá que elaborar uma proposta remeter à Assembleia Municipal e temos vinte dias para convocar uma Assembleia extraordinária, analisar e concordar ou não com a

proposta e aí manifestarmo-nos. Caso a Assembleia não se pronuncie a Unidade Técnica decidirá, remete à Assembleia da República e está feito. “

De seguida tomou a palavra o Sr. Dr. José António Madeira Dias, para fazer a seguinte intervenção:

“Eu sou o primeiro eleito do PSD, mas eu não sou filiado no PSD, sou independente. E portanto tudo o que eu disser é a título pessoal, exceto no momento em que disser que estou a falar pelo PSD.

À pouco falei a título pessoal e agora vou falar outra vez.

Só para complementar quero dizer que o Rui Abrantes tem razão!

Se nós nos pronunciarmos de uma forma desconforme, permite que a Unidade Técnica, diga que é desconforme e que volte cá para nos voltarmos a pronunciar e pode-se salvar uma ou duas.

À pouco disse que a Lei foi mal feita que não era para as Freguesias e devia ser por cima que se devia começar. Até porque são os Municípios que gastam dinheiro não são as Freguesias.

Por outro lado percebe-se esta agressividade das pessoas porque estão-lhes a retirar as extensões dos Centros de Saúde, os Tribunais, as Finanças, as Escolas e agora querem tirá-lhes o nome. Esta retirada da identidade é o cúmulo que se pode fazer a uma população e isto é completamente inaceitável.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Eu quero pedir à Mesa, uma coisa extremamente simples em termos democráticos. Pedia ao Sr. Presidente da Mesa para que o Sr. Dr. Nuno Freixinho possa utilizar da palavra no final, no Período reservado ao público.

Quero também dizer que se eu estivesse na bancada do PSD, ou se tivesse sido eleito pela Comissão Política do PSD, tinha vergonha desta Lei e de quem a fez e por isso alguns querem, que a Assembleia Municipal faça o trabalho sujo para lhes salvar a face. Eu não estou disponível para isso!

Aquilo a que assistimos aqui nesta Assembleia Municipal, é precisamente a consequência desta Lei que é colocar pessoas contra pessoas.

Admiro a declaração de coragem do Sr. Eng.º José Vasco, e desafio a Comissão Política do PSD, porque são a favor da pronúncia, desafio-os para que elaborem uma proposta de pronúncia e trazem-na a votação para esta Assembleia e vamos ver se ela passa ou não? Nós temos que ser frontais. Não é só ter opinião.

O Sr. Rui Abrantes há pouco disse que eu não tinha uma posição séria, mas o Senhor está enganado! Eu tenho uma posição séria. Há quem não a tenha. Mas eu tenho. E sabe porquê? Porque sempre disse que sou contra a extinção de qualquer Freguesia do meu Concelho. E ainda não mudei!

Mas o Sr. Deputado, vai perguntar à Câmara de Cantanhede, que é do PSD, e verifica que todos os Membros da Assembleia estão contra a extinção de Freguesias. Também Coimbra, Fundão, Tomar. São tudo Câmaras do PSD.

Mas isto não é uma questão político-partidária, o Sr. Deputado Rui Abrantes é que quis que ela fosse.

O Sr. Deputado até quis dizer aqui que se acabarem algumas Freguesias no Concelho eu e o Senhor Presidente da Assembleia é que somos os culpados. Mas não fomos nós que fizemos a Lei e eu nem sabia que tinha esse poder!

Eu tenho uma posição clara sobre isto e vou já dizer-lhe qual é. Mas eu não mando na Assembleia. E aqui os Membros da Assembleia fazem o que eles querem e votam como bem entendem.

Eu até já ouvi aqui acusar que a Comissão foi atabalhoada e que depois se extinguiu, quando a extinção dela foi proposta por um Deputado que fazia parte dessa Comissão e que era do PSD.

Há aqui algumas pessoas que querem que esta Assembleia Municipal mude de opinião como o vento.

Sabemos que o problema de Nogueira do Cravo tem que ser resolvido. E é aqui que está o busfílis da questão.

Hoje não era possível trazer aqui a desclassificação de Nogueira do Cravo e também não era possível votar a pronúncia porque não está na Ordem do Dia, aquilo que lá está é análise e discussão da Lei n.º 22/2012 de 30 de maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica.

E os Membros desta Assembleia, também disseram e bem, que não sabem se o Governo vai aplicar a Lei. Por isso, devemos aguardar algum tempo para ver.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal tem estado quanto a mim muito bem neste processo.

Mesmo sabendo que as diferentes posições não agradam a todos, mas neste momento o que é prioritário é desclassificarmos Nogueira do Cravo. Temos andado a trabalhar nisso e na minha opinião, Nogueira do Cravo nunca cairá como Freguesia. Até pode escrever isto.

O Senhor achou um disparate quando eu propus a extinção das vinte e uma Freguesias, mas eu vou dizer-lhe porque é que tinha lógica. Porque de certeza que não iam acabar com as vinte e uma Freguesias do Concelho de Oliveira do Hospital e era a possibilidade da Unidade Técnica, e como a pronúncia está em desconformidade com a Lei, de ela voltar cá. E sabe porquê? porque para haver pronúncia tem que haver a unidade de agregação. E o Sr. Deputado faz a agregação de todas as Freguesias que tem.

Sabe ao que é que isso vai levar? Vai levar a uma coisa que se chama desconformidade da pronúncia. Então a Unidade Técnica vem à Assembleia e aí ganhamos espaço e tempo. Isto é uma ato de coragem e a política é feita de atos de coragem não é com atos de cobardia.

A lei refere vinte e cinco por cento do total global das Freguesias, o que no nosso Concelho dá cinco freguesias.

Esta Lei, porque é uma Lei chantagista fala de um bónus de vinte por cento e vinte por cento sobre cinco é uma.

Se tivermos em conta os critérios da Lei e indo só pelo número de habitante sabem qual era a quinta Freguesia a cair era Vila Franca da Beira.

Neste processo a posição da Freguesia de Nogueira do Cravo preocupou-me sempre bastante, tal como as outras porque todas têm legitimidade para existirem. Mas o caso de Nogueira é uma aberração extraordinária desta Lei.

Contudo, estou certo que o problema de Nogueira do Cravo será resolvido e Nogueira do Cravo entrará na contagem como Freguesia rural, e na contagem dos 25%, serão cinco as Freguesias a abater. Poderiam ser quatro se a Assembleia se pronunciasse.

Esta Lei é realmente uma vergonha. E o grande problema é que podem não cair as Freguesias mais pequenas.”

Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para fazer a seguinte intervenção:

“Entretanto enquanto o debate esteve a decorrer a Mesa foi conversando e analisando as posições todas.

Temos que ser claros, objetivos e sérios. As diferentes posições estão à vista de toda a gente e o problema da Mesa neste momento é só este: O PSD tem dezanove Membros nesta Assembleia Municipal; Onze são contra a pronúncia, assinados, oito, soube-se hoje e já o podiam ter dito antes porque tínhamos adiantado algum tempo são de opinião favorável a que se faça uma pronúncia, e a liderança política também sabemos qual é a posição.

Entretanto, o Grupo Oliveira do Hospital Sempre também pôs hoje aqui uma posição pela pronúncia e portanto eu acho que as coisas são clarinhas e muito fáceis de resolver.

De hoje a três meses mais ou menos haverá uma nova Assembleia Municipal e aí teremos que o fazer. Há aqui dois grupos que fazem uma proposta de pronúncia. Não há nada como fazer uma proposta de pronúncia com pés e cabeça e traze-la aqui para ser votada e o PSD se assim o entender, que traga uma proposta para ser votada. O Partido Socialista e a CDU se assim o entenderem que tragam também cada um uma proposta já que não houve consenso para se fazer a Comissão como era nosso desejo e para que não haja reservas, cada um vem aqui e assume a sua posição, e depois fazemos aqui a votação com voto secreto.

Não podemos é estar aqui no jogo do empurra e depois o antidemocrata é o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Fiz tudo para conseguirmos uma opinião consensual. Não há! Há duas posições de pronúncia, por isso façam o favor, tragam as propostas e votá-la-emos aqui, que aliás é o que é normal, cada partido faz as suas propostas.”

Seguidamente entrou-se no Período destinado ao Público e usou da palavra a Sra. Dra. Adelaide Freixinho, para fazer a seguinte intervenção:

“Eu lamento não ter assistido ao que o Sr. Dr. Gonçalves, referiu a meu respeito e permitam-me falar diretamente ao Sr. Dr. Gonçalves, porque o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia me remeteu exatamente para o Sr. Dr. Gonçalves. Imagino que por ser Jurista, o que me admira muito porque o Sr. Presidente da Assembleia Municipal da última vez disse aqui várias vezes, espero que esteja gravado porque eu pedi a gravação da sessão, que qualquer pessoa que soubesse ler interpretava uma lei.

Acho que toda a gente nesta sala sabe ler e por isso interpretaria a lei, mas enfim. Admito que a gente para melhor muda sempre e é um ato de inteligência.

Portanto Sr. Dr. Gonçalves, lamento não ter assistido ao que o Senhor terá dito, mas congratulo-me, porque afinal tinha razão.

Tinha razão porque de acordo com os artigos 16, 17 e 18, bem como com os artigos 22, 23 e 24, se refere sistematicamente ao Período de Antes da Ordem do Dia, ao Período da Ordem do Dia e finalmente ao Período do Público.

Não está lá taxativamente, mas como o Sr. sabe tão bem como eu, deve ter estudado pelos mesmos livros, quando há uma dúvida, ou se pede um parecer ou há uma maneira muito mais simples, que é fazer uma interpretação autentica da lei. E como este Regulamento é datado de dois mil e três e era Presidente da Assembleia Municipal, o nosso querido amigo, Dr. Simões Saraiva, que felizmente está vivo e de boa saúde e portanto ninguém melhor do que ele para fazer uma interpretação autentica, não só disto que me parece claro, como afinal, acabaram por me dar razão, e portanto ponto assente, mas também sobre o número dois do tal artigo 19 e que diz que “*os cidadãos interessados em intervir ou solicitar esclarecimentos, terão de fazer antecipadamente a sua inscrição, referindo nome, morada e assunto*”.

Ora bom, a minha discordância com o Sr. Dr. Gonçalves, está no antecipadamente. A minha discordância, além da parte jurídica e da parte literal, da parte linguística, além dessa que me parece clara, tem uma outra mais forte.

É que, se eu tiver que me inscrever já hoje para a reunião de setembro ou se tiver que estar cá à hora do início da reunião que não faço ideia qual será, porque nos dezassete anos que eu estive na Assembleia Municipal ou na Câmara, as reuniões eram ao sábado à tarde para poupar, como disse ali o Sr. Eng.º Rafael, poupar as pessoas a fugirem aos seus trabalhos, como o que me aconteceu hoje e por isso é que não pude estar à hora presente, e também para que não se prolongasse até às tais 24 horas que a lei determina.

Nos dezassete anos que por aqui passei sempre houve boa vontade e até uma certa apetência para ouvir o publico e dar-lhe todas as oportunidades, porque duas cabeças pensam sempre melhor do que uma só.

Sr. Dr. Gonçalves, eu agradecia que me explicasse, ou se quer fazer uma alteração ao Regulamento, aliás é da competência da Assembleia Municipal, é logo no artigo 2, nº 1, alínea b), compete à Assembleia Municipal elaborar alterar e aprovar o seu regimento, portanto está tudo nas mãos da Mesa da Assembleia, agradecia que logo que tivesse uma resposta fundamentada, já que eu não concordo com a fundamentação que o Sr. Dr. Gonçalves me deu, me dissesse quando é que eu me devo inscrever, eu ou qualquer outra pessoa do público, quando é que se deve inscrever para falar na Assembleia Municipal.

A ser logo no início da sessão vai cortar a possibilidade de essa pessoa se pronunciar sobre os assuntos que foram discutidos na própria Assembleia Municipal.

Como a Assembleia reúne poucas vezes por ano, a ninguém ou a muito pouca gente interessará que eu hoje esteja a falar no que se passou há dois meses ou há três ou há quatro.

Este é também um dos critérios democráticos que me permite concluir que este antecipadamente é obviamente antes de eu intervir. Agora que seja fixado, para depois se ver se é legal ou não, se o antecipadamente é no momento em que cá chega o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, se é no momento em que acaba o Período de Antes da Ordem do Dia e começa o Período da Ordem do Dia, ou em que é que ficamos?

Porque ao fim e ao cabo a celeuma que aqui se levantou na última Assembleia tão grave que eu nem pude falar porque não tinha razão nenhuma, ficou toda esclarecida felizmente com a interpretação que eu dava exceto neste advérbio de modo o tal antecipadamente.”

Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para fazer a seguinte intervenção:

“Já manifestei a minha opinião sobre este assunto, independentemente desse preciosismo, a Mesa na Assembleia de 27 de abril, pediu autorização a esta Assembleia porque o que está no regimento é que o período reservado para o público é no fim da Assembleia, como já o vem fazendo há seis ou sete anos, para que o público falasse no fim do Período de Antes da Ordem do Dia, e foi isso que efetivamente aconteceu. O Dr. Nuno Freixinho, inscreveu-se e falou meia hora. Aqui não se limita o debate nem o diálogo com ninguém.

Da mesma forma que se inscreveu o Sr. Dr. Nuno Freixinho, também se podia ter inscrito a Sra. Dra. Adelaide Freixinho ou qualquer outra pessoa.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“O que eu disse aqui volto a repetir: Primeiro, a Sr. Dra. Adelaide Freixinho, no artigo do jornal sonegou o artigo 19 nº 2 do Regimento, não está lá. Isto é um facto. O artigo 19 nº 2, não está no artigo do jornal. Certo?

Quem sonega para fazer a defesa do argumento um artigo de uma lei genérica, isso tem consequências graves. Assim acontece o mesmo na jurisprudência e a Senhora sabe isso perfeitamente. Nós não podemos invocar uma parte do que quer que seja para nos defendermos sonegando outra parte. Isto é um facto, não está lá o artigo 19 nº2. E contra factos não há argumentos.

Segunda questão: A Sr. Dra. Adelaide Freixinho, vem agora defender que o antecipadamente é durante a Assembleia Municipal, à medida em que algum assunto não corra em função daquilo que quem quer que seja entenda, teria o direito em inscrever-se durante a Assembleia Municipal, foi aquilo que eu ouvi.

Ora bem, se nós consultarmos qualquer dicionário, antecipadamente quer dizer: previamente, com antecedência, com antecipação, anteriormente ou de ante mão. Diz qualquer dicionário. Depois um dicionário jurídico diz *ex ante*. Ora, não vale a pena, estamos a falar para juristas e para o povo e não vale a pena eu estar aqui a argumentar muito mais porque tudo isto, previamente, com antecipação, anteriormente, não é efetivamente durante a Assembleia Municipal. Isto é de entendimento linear, parece-me a mim.

Ainda que assim não fosse, e ao contrário senso, o que a Sr. Dra. Adelaide Freixinho, está a defender tornaria impraticável qualquer Assembleia Municipal.

Se a lei diz que se devem inscrever antecipadamente, indicando morada e assunto a tratar é para os serviços da Câmara e da Assembleia Municipal prepararem a sessão da Assembleia Municipal.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Dra. Adelaide Freixinho, para fazer a seguinte intervenção:

“Eu não falei no artigo 19 n.º 2, porque não tem qualquer cabimento, dentro do contexto do artigo, eu estar a dizer que o cidadão interessado em intervir ou solicitar esclarecimentos, terão de fazer antecipadamente a sua inscrição, referindo nome e morada e assunto a tratar. Mas também o n.º 3, diz que o período de intervenção aberto ao público, será distribuído pelos inscritos, não podendo, porém exceder cinco minutos por cidadão. Portanto não há limite de inscrições, há limite sim do tempo de cada cidadão.

Se eu fui para o jornal, foi pura e simplesmente porque não me deixaram falar e contrariamente ao que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal aqui acabou de referir, nesse dia eu fui a primeira pessoa a chegar a esta casa, para além das pessoas que abriram a porta, antes do Sr. Presidente cá estar, antes de ninguém estar e estive sempre atenta.

Ouvi dizer quem se quer inscrever no Período Antes da Ordem do Dia, e esta à espera que a qualquer momento ouvisse dizer quem se quer inscrever para o período do público e isso não foi dito.”

Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para fazer a seguinte intervenção:

“Volto a repetir e hoje estão aqui as mesmas pessoas que cá estavam no dia 27 de abril. O Sr. Dr. Nuno Freixinho falou cerca de meia hora, porque de facto aqui ninguém tenta bloquear o debate nem as opiniões. O Sr. Dr. Nuno Freixinho inscreveu-se, por certo a Sr. Dra. Adelaide, também teria os mesmos meios que ele teve para se inscrever.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Dr. Nuno Freixinho, para fazer a seguinte intervenção:

“Há aqui tantas questões prévias que é difícil a gente começar por onde tinha pensado.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, não gosta de cortar a palavra a ninguém mas a mim já é a segunda vez que me quer cortar, porque eu estou aqui na qualidade de mandatário porque tenho aqui uma ata da Assembleia de Freguesia de Nogueira do Cravo.

O Senhor conhece quase tão bem os tribunais como eu e sabe que os clientes estão sempre ao lado dos advogados e não falam os dois ao mesmo tempo, ou fala um ou fala o outro. Se chega aqui o Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo e diz eu tenho aqui uma ata que mandata este senhor advogado para falar em nome da Freguesia de Nogueira é ele que fala. E não vamos repetir aqui estas coisas, porque isto já parece mal.

Se o Senhor Presidente me deixar falar na qualidade de mandatário eu falo porque se não eu não falo. Eu não falo na qualidade de cidadão porque eu não admito ser tratado de menoridade.”

Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. Dr. Nuno Freixinho, fala na qualidade de cidadão, como mandatário não fala. O Senhor fala na qualidade de cidadão e se bem entender diga a mesma coisa que iria dizer como mandatário.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Dr. Nuno Freixinho, para fazer a seguinte intervenção:

“O que eu então queria sumariamente dizer era o seguinte. Há dois meses nós falá-mos sobre a possibilidade de entrar em vigor uma Lei uma vez que já havia uma proposta de Lei aprovada pela Assembleia da República. Fico hoje também satisfeito por ouvir o Sr. Presidente da Assembleia Municipal dizer que afinal de contas a interpretação que eu fiz que está correta. Porque da ultima vez disse que eu tinha faltado ao respeito a esta casa. Fico satisfeito por ter mudado de opinião.

Quanto à questão da Lei, eu só digo o seguinte, e até essa é uma obrigação adicional de qualquer advogado ou jurista, má ou boa, enquanto a Lei vigorar todos nós a temos que cumprir.

O que eu aqui pedia aos membros da Assembleia Municipal é que tomassem atenção, porque estão a abrir um precedente sem limites, no próprio órgão e na entidade máxima desta administração que diz que não vai cumprir a Lei. Pensem na situação que é a Assembleia Municipal dizer ...

Isto já aconteceu na última vez e eu dei o benefício da dúvida ...

Como atalho de foice digo que é lamentável que não permitam que eu diga a minha opinião. Eu ouvi atentamente o Sr. Eng.º Vasco, ouvi a opinião dele. Não podem é querer que haja uma posição totalitária porque já não estamos nesse tempo.”

Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para fazer a seguinte intervenção:

“O Senhor está a entrar pelo mesmo caminho. Não há nada na Lei que diga que a Assembleia Municipal é obrigada a pronunciar-se.

Nos termos da Lei a Assembleia Municipal pode não se pronunciar e por isso é que vem a Unidade Técnica. Este assunto já esta bem esclarecido.

Mas possa ou não possa, a opinião desta Assembleia até hoje é pela não pronúncia. O Sr. pode ter toda a razão, pode fazer todas as pressões que entender. Por certo não mudará a opinião desta Assembleia. Já foi aqui dito para trazerem duas propostas e nessa altura a Assembleia decidirá. E também já disse que para não haver condicionamentos a votação será secreta.

O Senhor quer que esta Assembleia pense com a sua cabeça isso é que é uma posição totalitária. Volto a dizer-lhe que está a ser deselegante com esta Assembleia porque está aqui a dizer o que é que nós temos que fazer, mas nós andamos a trabalhar, sabemos o que é que queremos e sabemos como é que havemos de decidir.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Dr. Nuno Freixinho, para fazer a seguinte intervenção:

“Se as pessoas têm o direito de dizer que andam a trabalhar neste assunto, nós também temos o direito de dizer o que é que andamos a fazer e como é que entendemos que se deve fazer.

Qualquer pessoa da Freguesia de Nogueira não pode dizer nós entregamo-nos nas mãos deste ou daquele e tratem vocês da nossa vida. Não é essa a nossa maneira de trabalhar.

Relativamente ao abaixo assinado que de facto se fez, houve uma Assembleia de Freguesia de Nogueira do Cravo, há quinze dias atrás e decidiu-se de lá para cá recolher várias assinaturas para entregar hoje na Assembleia Municipal, como forma de poderem constatar que Nogueira quer que a Assembleia Municipal tenha uma posição clara sobre o que é que deve decidir relativamente a Nogueira do Cravo. O Sr. Adelino tem ali os documentos que entregará no final da Assembleia Municipal.

Não me pressionem não vale a pena, como pressionaram um Presidente de Junta. Até foram para o jornal porque houve um Presidente de Junta que não se pronunciou da forma como toda a gente queria e que foi sujeito a todo o tipo de ataques. Eu não ataquei ninguém que se pronunciou ou que se deixou de pronunciar.

Por uma questão estratégica e política dizem que isto começou ao contrário, quando ninguém durante um ano e meio que eu saiba, apresentou uma contraproposta. Foi este sentido de responsabilidade que eu apreciei no Sr. Eng.º Vasco ou noutros que entendem que foram eleitos para decidir e que têm que cumprir uma Lei, boa ou má.”

Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para fazer a seguinte intervenção:

“Isto tem os tramites legais, a Lei é o que é. A assembleia sabe o que deve fazer. Pronuncia-se de acordo com a vontade dos seus membros, e a vontade dos seus membros é a que será respeitada como não pode deixar de ser.

Por outro lado não está vedado a nenhum membro desta Assembleia de apresentar propostas para Mesa no sentido que melhor entender.

Ponham cá as propostas e a Assembleia discute.

Porque vir, e por mais legítima que seja a opinião dos eleitores e do nobre povo de Nogueira do Cravo dizer isto é assim e os têm de fazer acho que não é correto.

A Assembleia está aqui para representar o Concelho todo e já disse aqui muitas vezes, e há provas inequívocas quer da Câmara quer da Assembleia no sentido de resolver bem o problema de Nogueira. Agora, não fomos nós que fizemos a Lei, não percebo porque é que não vão lá ao partido do Governo ou à Assembleia da República, não vão ali á sede dos partidos que apoiam essa Leis e porque é que não vão lá manifestar-se. Porque é que acham que temos que ser nós a pagar a “fatura”. Volto a dizer que a Mesa fará aquilo que a Assembleia entender que é para fazer.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. Dr. Nuno Freixinho, fez aqui uma afirmação que eu gostava de ver esclarecida. Disse que o Presidente da Junta de Freguesia de Penalva de Alva, que não assinou a posição de princípio sobre a reforma territorial autárquica subscrita pelos Presidentes de Junta do Concelho, sofreu pressões por não ter assinado. Eu gostava de saber e pergunto aqui ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Penalva de Alva, à frente de toda a gente, se da parte do

Presidente do Município ou do meu Executivo em permanência recebeu alguma pressão para assinar alguma coisa? Ou se houve a partir daí algum tratamento discriminatório?”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Penalva de Alva, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Não houve nenhum tratamento discriminatório, nem pressões. Existiram conversas com o Sr. Presidente da Câmara, com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal onde eu pude expor o meu ponto de vista e pude ouvir o ponto de vista contrário e não alterei a minha posição em relação a isso, mantive o que defendia.”

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e nove de junho, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
